



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

ENZO VIEIRA DE MELO

A IMIGRAÇÃO NO BRASIL NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX
ENTRE O PENSAMENTO SOCIAL E O DEBATE POLÍTICO

Linha de Pesquisa: Fluxos Migratórios, Questões Étnico-Raciais e Campos de Atuação
Política e Intelectual

São Cristóvão/Se 2024

ENZO VIEIRA DE MELO

A IMIGRAÇÃO NO BRASIL NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX
ENTRE O PENSAMENTO SOCIAL E O DEBATE POLÍTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

São Cristóvão/Se 2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

M528i Melo, Enzo Vieira de
A imigração no Brasil na passagem do século XIX para o XX
entre o pensamento social e o debate político / Enzo Vieira de
Melo ; orientador Marcelo Alario Ennes. – São Cristóvão, SE,
2024. r
105 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2024.

1. Sociologia política. 2. Emigração e imigração - Brasil. 3.
Relações étnicas. 4. Relações raciais. 5. Intelectuais - Atividades
políticas. I. Romero, Silvio, 1851-1914. II. Bomfim, Manoel, 1868-
1932. III. Ennes, Marcelo Alario, orient. IV. Título.

CDU 316:314.15(81)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado busca investigar e analisar sociologicamente as orientações teóricas e políticas que duas figuras das mais significativas na plêiade da intelectualidade da então emergente república brasileira do período entre 1891 e 1920 – Silvio Romero e Manoel Bomfim –, demonstravam a respeito da questão imigratória e sua repercussão no debate sobre política imigratória brasileira no âmbito do legislativo federal, em meio às teorias, à época consideradas científicas, do racismo, que eclodiam mais intensamente neste momento, no bojo da conjuntura das efervescências intelectuais que ora se procediam nesta época a partir do prisma sócio-histórico, e seu diálogo com os debates parlamentares que ocorriam no Congresso Nacional Brasileiro. Para tal escopo, valer-nos-emos intensamente de fontes documentais e bibliográficas, num estudo de interpretação heurística e concatenação das esferas do campo político e do campo intelectual, oriundas da teorização sociológica de Pierre Bourdieu, para entendermos as relações através das quais esses distintos campos de atuação sociológica interagiam uns com os outros.

Palavras-chave: Imigração Europeia ao Brasil. Debate Político. Questão Étnico-Racial na *Belle-Époque* Brasileira. Diálogo entre os conceitos bourdieusianos de campo político e campo intelectual

ABSTRACT

This master's dissertation seeks to investigate and sociologically analyze the theoretical and political orientations that two of the most significant figures in the intellectual community of the then emerging Brazilian republic between 1891 and 1920 – Silvio Romero and Manoel Bomfim – demonstrated regarding the immigration issue and its repercussions on the debate on Brazilian immigration policy within the federal legislature, amid the theories, at the time considered scientific, of racism, which erupted more intensely at this time, in the midst of the conjuncture of intellectual effervescence that was taking place at this time from the socio-historical prism, and their dialogue with the parliamentary debates that took place in the Brazilian National Congress. To this end, we will make extensive use of documentary and bibliographical sources, in a study of heuristic interpretation and concatenation of the spheres of the political field and the intellectual field, originating from Pierre Bourdieu's sociological theorizing, to understand the relationships through which these distinct fields of sociological action interacted with each other.

Keywords: European Immigration to Brazil. Political Debate. Ethnic-Racial Issues in the Brazilian Belle-Époque. Dialogue between Bourdieu's concepts of political field and intellectual field

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
a. Trajetória de Pesquisa – Dificuldades e Desafios	9
b. Plano Geral e Organização da Dissertação.....	10

CAPÍTULO I

HISTÓRICO E PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA DA DISSERTAÇÃO	12
---	-----------

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
---	-----------

CAPÍTULO III - FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	27
---	-----------

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS DADOS

SILVIO ROMERO.....	36
MANOEL BOMFIM.....	55
SILVIO ROMERO VERSUS MANOEL BOMFIM.....	77
ANÁLISE DAS ATAS PARLAMENTARES.....	81

CONCLUSÃO.....	96
-----------------------	-----------

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS.....	100
----------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Busca-se no presente trabalho estudar as orientações teóricas e políticas que algumas figuras das mais significativas na intelectualidade da então emergente república brasileira do período entre 1891 e 1920 demonstravam a respeito da questão imigratória e sua repercussão no debate sobre política imigratória brasileira no âmbito do legislativo federal, em meio às teorias, à época, consideradas científicas, do racismo, que eclodiam mais intensamente neste momento, no bojo da conjuntura das efervescências intelectuais que ora se procediam nesta época a partir do prisma sócio-histórico. Procurar-se-á centrar-se majoritariamente e como foco de nossa análise, nestas figuras-chaves da intelectualidade brasileira, de perspectivas diametralmente antagônicas – no nosso caso, Silvio Romero e Manoel Bomfim – e, majoritariamente, como foco central – na repercussão desta, e na maneira como era debatida esta questão no contexto das discussões políticas parlamentares do então emergente regime republicano, a partir dos derradeiros anos do Império do Brasil e primeiros anos após a Proclamação da República, em meio ao projeto de formação nacional que se engendrava neste momento crucial da formação da nacionalidade brasileira durante, principalmente, a última década do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX.

Valemo-nos, neste escopo, do amparo teórico-metodológico, em significativa proporção, dos conceitos elaborados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu referentes à noção de campo de atuação dentro da práxis sociológica dos agentes sociais. Entendemos, a partir deste primado teórico, que as ações e legado intelectual destes atores sociais – se os tomamos do ponto de vista do efeito praxeológico político que suas atuações manifestaram na prática política – e enquanto autores – se os tomamos enquanto intelectuais que constituíram obra intelectual de considerável repercussão, ou não, em seu tempo –, acima referidos, se procedem dentro do que Bourdieu concebe como “campo de ação prática”, ou seja, dentro dos jogos de ação praxeológica social, lançando nós atenção nos efeitos e consequências na práxis social que as manifestações intelectuais dos referidos autores operavam no momento histórico-social em que se manifestavam, e para além de sua época, nas consequências que posteriormente viriam a efetuar no âmbito das mentalidades coletivas e das contribuições das mentalidades das épocas posteriores, até mesmo os dias atuais.

Adotamos no presente trabalho uma articulação textual inspirada metodologicamente, em considerável proporção, em autores como Lilia Schwarcz e Thomas Skidmore, Roberto Ventura, Antônio Candido e Alberto Luiz Schneider, Alberto Schwartz, Ângela Alonso e Roberto Ortiz, em que a integração da contextualização histórica está intimamente imbricada com a análise sócio-filosófica das mentalidades de cada figura intelectual e mentalidade analisados, seu pertencimento e seu reflexo concernente ao momento temporal em que se encontram inseridos e o seu pertencimento e atinência à questão imigratória e as teorias, no nosso presente momento histórico – mas não propriamente no século XIX, em que eram consideradas totalmente científicas –, hoje consideradas pseudocientíficas, raciais do branqueamento e da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre de imigrantes europeus – com enfoque nuns dos mais numericamente significativos – no nosso caso, os alemães, por serem dos mais relevantes não apenas numericamente, como também nas influências que operaram no tocante à importância populacional, cultural, política, demográfica, prioritariamente – ou seja, em suma, focando-nos no impacto que eles provocaram socialmente com a sua incorporação ao povo brasileiro. No caso dos alemães, diga-se de passagem, eles constituem até dias atuais a maior parcela de imigrantes oriundos da Europa – sendo o alemão o idioma mais falado em território nacional depois do português.¹

Nosso escopo principal neste presente trabalho consiste em verificar e elencar interrelacionalmente – além de explicitar sob que condições sócio-históricas eles assim se procederam –, como figuras como Romero e Bomfim, os exemplares por nós selecionados da intelectualidade, ao lado das do meio político-parlamentar brasileiro abordadas amostralmente nos Anais Parlamentares –, todas elas, sequencialmente, enxergavam a figura do imigrante no bojo do processo imigratório e da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e em meio à emergência das então novas

¹ Fonte: <https://easyts.com/blog/comunicacao-linguagem/as-linguas-mais-faladas-no-brasil/>
https://www.google.com/search?q=segundo+idioma+mais+falado+no+brasil&sca_esv=1323b41f14c85899&sca_upv=1&sxsrf=ADLYWIIzOR5bujZuxrG8y4n15pK3to30_A%3A1720939736296&source=hp&ei=2HSTZryiEPbM1sQP2smYsA4&iflsig=AL9hbdgAAAAAZpOC6A2akWAwCWIeuc4SSSOAsOe0BKn3&oq=segundo+idioma+mais&gs_lp=Egdnnd3Mtd2l6lhNzZWd1bmRvIGlkaW9tYSBtYWlzKgIADIFEAAyGAQyBRAAGIAEMgUQABiABDIFEAAyGAQyBRAAGIAEMgUQABiABDIIEAAyGAQYogQyCBAAGIAEGKIESIIIUABYsxpWAXgAkAECmAGrB6ABjyGqAQowLjE2LjMuNi0xuAEBYAEA-AEBmAIToALDGCICChAjGIAEGCcYigXCAgQQIxgnwglIEC4YgAQYsQMYgWHCAhEQLhiABBixAxjRAXiDARjHAcICCBAAAGIAEGLEDwglIEAAyGAQYsQMYgWHCAg4QLhiABBjHARiOBRivAcICCBAAuGIAEGNQCwglIEC4YgAQYxwEYrWHCAgQLhiABBixA8ICDhAuGIAEGLEDGIMBGnQCwglIOEAAYgAQYsQMYgWEYigXCAgUQLhiABMICCBAAAGBYHhgPwgIGEAAyFhgemAMAKgcGMS4xNC40oAeamAE&scient=gws-wiz

teorias científicas da época do racismo e do social-darwinismo, e da preconização do “branqueamento” étnico-racial como forma de superar as mazelas e o atraso civilizacional da então emergente e identitariamente indefinida nação brasileira dos finais do século XIX e inícios do século XX.

O advento da emigração de europeus – tais como os alemães, que eram vistos pelos arianistas como a melhor matriz étnico-racial para proporcionar o processo de “embranquecimento” da sociedade brasileira – se nos afigura como crucial para o entendimento desta mentalidade arianista, pois que ela representou um anseio muito preclaro em figuras como Silvio Romero, que, com a sua questão do “alemanismo”, enxergava os imigrantes teutônicos como uma solução étnico-racial para promover a arianização da sociedade brasileira e livrá-la do ele e outros mais intelectuais – em que Romero se situava como o mais influente (daí nossa ênfase em sua figura) – considerava a causa do atraso e do subdesenvolvimento deste país emergente dentre as nações de sua época. Na figura de Manoel Bomfim, procuramos, por sua vez, analisar um ponto de antagonismo ao ideário racista que era predominante entre os intelectuais, a partir da perspectiva em que perceberemos a razão de figuras como ele serem marginais no debate de ideias da época, enquanto outros com o já citado Silvio Romero, granjeavam uma influência e prestígio bem mais significativos por parte da plêiade da intelectualidade da época estudada.

Procuramos demonstrar também como esta questão repercutia nos debates parlamentares com foco na Câmara de Deputados na capital federal à época, principalmente no que toca ao processo imigratório, com o processo malsucedido das criações de colônias de imigrantes na região, e, principalmente, com a rejeição por parte dos imigrantes alemães de se mesclarem significativamente com a matriz étnico-racial mestiça do país, frustrando as expectativas de que pudessem promover o processo de arianização ou “branqueamento” da sociedade brasileira – dentre outros aspectos de que também tratamos amostralmente no decorrer desta dissertação.

Nossa justificativa para empreendermos este estudo será, antes de tudo, contribuir com o arcabouço bibliográfico que já se debruçou e dedicou ao assunto até o momento, procurando abordar pontos ainda não explorados até agora pelos pesquisadores. Não obstante seja enorme a matriz bibliográfica sobre a imigração alemã e italiana, o racismo pseudocientífico e o estudo da mentalidade dos intelectuais, cremos que podemos modestamente trazer acréscimos relevantes ao que já se escreveu sobre o

assunto, explorando pontos ainda não muito abordados nestas questões – mais especificamente, na questão do “alemanismo” e na repercussão, nas discussões parlamentares, que as questões do processo imigratório, apresentou.

Empregamos nesta pesquisa, como se trata de um estudo de plano de fundo histórico, de fontes integralmente documentais e bibliográficas. Valer-nos-emos das obras dos intelectuais que abordaremos, de pesquisa de atas parlamentares, bem como de obras historiográficas em que poderemos basear a nossa contextualização histórica, ancorando-a sempre na matriz teórico-metodológica do conceito de Campo Praxeológico de Pierre Bourdieu, numa pesquisa bibliográfica e documental com caráter exploratório.

a. Trajetória de Pesquisa – Dificuldades e Desafios

A nossa trajetória de pesquisa veio se cristalizando em avanços significativos e momentos de pausa para reflexão e mentalização do que já havíamos construído até então. Não sabíamos com muita precisão a que patamares chegaríamos ao final da empreitada, e passamos por muitas reformas de arranjo temático e objetivos finais almejados. Num primeiro momento, estávamos com uma ambição maior do que as condições com que contamos posteriormente, devido a alguns empecilhos surgidos na vida pessoal deste presente pesquisador, e, também, acatando algumas significativas sugestões dos membros da Banca de Qualificação, processo pelo qual já passamos de que já fomos analisados. Neste formato final, decidimo-nos por reduzir a limites e proporções mais modestas o eixo temático e os recortes temporais e de autores a serem estudados. Isto se fez premente para que o trabalho contasse com mais qualidade e pudesse ser razoavelmente levado a cabo até o estágio final, sem tantas deficiências como provavelmente constariam se mantidas as ambições iniciais. Os maiores desafios a chegarmos a este estágio de agora foram de ordem pessoal, que vieram dificultando a redação final a que chegamos nesse momento; mas, felizmente, conseguimos superá-los e alcançamos a finalização a nível de mestrado em que este trabalho se encontra neste exato momento.

As fontes em que nos lastreamos foram sendo agrupadas paulatinamente, num primeiro momento dedicado a leituras e reflexões sobre a qual ponto poderíamos chegar. Combinando nossos interesses às sugestões de nosso dileto orientador, que foram de suma importância para que o trabalho tomasse as proporções e feições que tomou neste estágio final, reformando aqui e ali, ajustando as arestas dos limites, até que finalmente alcançássemos esta presente conformação. Um trabalho em conjunto imprescindível com

nosso orientador, que nos auxiliou sobremaneira para que estivéssemos nesta conjuntura atual de redação e consecução. Por isso, devo a ele grande parte do mérito que possamos ter com este trabalho que agora apresentamos. Seu auxílio foi de capital importância, e a ele agradeço todos os frutos que possamos retirar deste nosso semeio de mais de um ano de avanços irregulares e instáveis, mas que lograram frutificar nesta safra que entregamos agora à crítica da comunidade acadêmica e aos membros da Banca de Defesa.

b. Plano Geral e Organização da Dissertação

O plano geral a que chegamos nesta conformação final em que nos encontramos consiste em, tomando como matriz teórica os conceitos de campo intelectual e campo de atuação política dentro das conceituações teóricas de Pierre Bourdieu, procurarmos matizar e confrontar as percepções de dois exemplares de duas posturas intelectuais diametralmente opostas e conflitantes – as de Silvio Romero e de Manoel Bomfim –, um, Romero, propagador das ideias racialistas e cientificistas no meio intelectual brasileiro de finais do século XIX e início do XX; o outro, Bomfim, baluarte dos avançados e ostracizados – à sua época – valores igualitaristas e culturalistas, que contestavam frontalmente os entendimentos racialistas e cientificistas de Romero – e, por isso mesmo, foram alvo dos ataques truculentos e apaixonados de Romero, seu arquirrival e detrator mais impiedoso. Como eixo norteador desta confrontação estarão as teorias à época consideradas científicas acerca do racismo e do racialismo, bem como a temática da imigração europeia que já se fazia nos seus estágios mais significativos naquele momento histórico de finais do século XIX e início do XX, e que, por conta disso, foi um assunto tratado de forma específica por Romero no seu opúsculo *Alemanismo*, que estaremos analisando particularmente na análise do material de pesquisa desta presente dissertação. Como contraponto, também nos dedicaremos a analisar a obra de Bomfim *América Latina*, buscando extrair desta análise o que se relaciona diretamente com a questão da imigração europeia, fazendo-o de forma seletiva em especial desta obra – uma vez que, diferentemente de Romero, Bomfim não trata de forma sistemática deste assunto, de modo que precisaremos coletar em determinados excertos amostralmente extraídos desta obra os entendimentos de Bomfim acerca da temática imigratória europeia.

Associada a esta confrontação acima referida, empreendemos uma análise amostral das Atas Parlamentares do Congresso Nacional brasileiro referentes aos primeiros anos da recém-proclamada República, tomando como filtro e temática de amostragem o já referido eixo temático da imigração europeia, naquilo em que eram citadas, debatidas e

polemizadas entre os parlamentares que apaixonadamente tratavam dessa temática naquele especial momento histórico. Procuramos tratar com relativa minúcia os trechos amostrais destas Atas Parlamentares, sem sermos exaustivos em excesso, mas procurando demonstrar persuasivamente que esta temática estava bastante em voga nos discursos parlamentares daquele momento – e procurando, principalmente, demonstrar quais eram os posicionamentos mais recorrentes destes parlamentares que versavam sobre o assunto, confrontando-os naquilo que tinham de contrastante e aproximando-os naquilo que os convergia em meio às discussões parlamentares.

Dessa forma, com esta tríplice confrontação e comparação, procuraremos explicitar e analisar sociologicamente de que maneira os campos político e intelectual se confundiam e se contrastavam no que concerne à questão imigratória e às questões raciais no momento da Belle Époque brasileira, tanto na confrontação e rivalidade entre intelectuais como Silvio Romero e Manoel Bomfim, quanto no confronto de ideias, posicionamentos e interesses políticos inseridos dentro do debate parlamentar efetuado no Congresso Nacional brasileiro naquele momento histórico, pairando sempre neste recorte e eixo temático da questão racial, da questão imigratória e do confronto entre os campos político e intelectual, sob o auxílio explicativo sociológico da matriz teórica do conceitos de campos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Estes supracitados são, de um modo geral e sistemático, os eixos temáticos e a estrutura organizacional do corpo desta presente dissertação, nesta conformação final para a Defesa que entregamos agora à crítica do meio Acadêmico e dos membros da Banca.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO E PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

Passemos agora a apontar em que pontos e lacunas dentre o que já se escreveu sobre o assunto nossa presente dissertação poderá servir e auxiliar enquanto trabalho acadêmico relevante perante a comunidade científica.

Nosso objetivo principal é demonstrar como os campos político e intelectual estiveram imbrincados e como se interrelacionavam, sob o embasamento bourdieusiano dos campos de atuação. Acreditamos que, ao trazer para análise o material ainda pouco explorado dos anais parlamentares, estamos dando uma contribuição significativa para a temática dos diálogos e tensões existentes entre a esfera do debate intelectual e sua interinfluência com os debates no âmbito político, mais especificamente nos debates parlamentares – que é o ponto em que acreditamos estar dando nossa maior contribuição acadêmica dentro destes referidos estudos que se irmanam com o nosso na referida temática. Ao menos pelo que temos conhecimento, esta temática ainda não foi significativamente explorada pela plêiade de pesquisadores que até hoje se empenham e se dedicam a esta temática, principalmente concernente à questão imigratória europeia voltada à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado por parte de imigrantes europeus, mais especificamente os de origem alemã.

Outra contribuição significativa de nossa parte, cremos que reside na matriz teórica de que estaremos nos valendo e na sua relação com a nossa temática.

Dessa forma, o presente trabalho encontra-se calcado numa matriz teórica que muito se relaciona com o conceito de campo intelectual desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Estudando as orientações políticas das figuras da intelectualidade das então províncias do norte, no período de recorte temporal pelo qual optamos – e que se nos apresenta como o mais coerente com os nossos escopos –, procuramos demonstrar, inspirando-nos na percepção bourdieusiana, que as relações intelectuais entre esses membros da elite intelectual – os seus diálogos e embates – seguem uma ordem de jogo que se manifestam através de uma série de normas que se podem delimitar e caracterizar como pertencentes ao campo de atuação em que elas se circunscrevem.

Escorando-nos nesta perspectiva analítica e explicativa, as interpretações de autores como Lilia Schwarcz, Thomas Skidmore, Renato Ortiz, Alberto Luiz Schneider,

Ângela Alonso – mais significativamente, mas sem excluir outros autores que mais ou menos se inserem neste escopo –, do ponto de vista de analistas da história dos movimentos intelectuais no Brasil dos finais do século XIX e primeiro quartel do século XX, notadamente nos antecederem e podem nos servir como inspiração tanto do ponto de vista de suas informações contidas nestes textos, passando pela metodologia adotada pelos mesmos na exposição e esquematização do trabalho e como guias, de um modo geral, na consecução da formatação do presente texto, como um todo, na sua categorização de estudo histórico-sociológico da sociologia dos intelectuais e da temática da sociologia dos movimentos imigratórios do período histórico que adotamos, eivados da questão das ideias raciais e do movimento da abolição da escravidão e do período de substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada branca europeia, sob a ótica dos intelectuais e das figuras de parlamentares das províncias do norte.

Aliando um método de reconstituição histórico-sociológica de um exemplar temporal do momento em que se situam os atores que elencamos como os representantes mais significativos – ou seja, analisando as suas ideias sob o plano de fundo em que elas se situavam e do qual elas recebiam claramente as influências, procuramos investigar e explicitar em que dimensões suas ideias foram influenciadas por e influenciaram o momento histórico-social. Isto tanto no que diz respeito aos intelectuais que estaremos analisando quanto no caso dos parlamentares da região que hoje corresponde ao nordeste brasileiro, em seus posicionamentos perante a questão da imigração

Para situar estes atores nos seus momentos histórico-sociais, trazemos dados biográficos da forma concisa como se nos mostra forçoso – respeitando os limites que uma dissertação de mestrado comporta –, mas apenas naquilo em que elas se mostrarem necessárias para explicitar e explanar de forma satisfatória como estas ideias e estes intelectuais foram influenciados e influenciaram os debates de que tomaram parte. Igualmente, procuraremos matizar e mesmo contrastar os posicionamentos antagônicos que figuras como Silvio Romero e Manoel Bomfim, por exemplo, demonstravam a respeito da questão racial e dos motivos do atraso civilizacional que eram a pauta das mais recorrentes no debate dos intelectuais brasileiros de um modo geral, e específico, no nosso caso, dos oriundos do que hoje conhecemos como nordeste brasileiro – que na época em que se situavam eram as chamadas “províncias do norte”.

As obras mais significativas destes autores que selecionamos são por nós destrinchadas no máximo que pudermos operar, com foco nos trechos em que as ideias

dos autores estiverem com maior notoriedade deliberando o mais diretamente que encontrarmos as ideias pelas quais eles ficaram conhecidos e identificados nestes debates. Procuramos trazer lado a lado estes excertos textuais, após apresentarmos cada um isoladamente em um primeiro momento, e depois compará-los lado a lado, de modo a contrastar as ideias e os embates que estes antagonismos se manifestaram, no momento em que estas controvérsias estiveram em maior frenesi – ou seja, quando havia uma polêmica apaixonada entre estes intelectuais. Nisto, estamos um pouco afastados da metodologia adotada pelos autores já supracitados – exceto Ângela Alonso –, uma vez que eles adotem um enfoque mais historiográfico que sociológico, enquanto o nosso interesse e recorte epistemológico seja majoritariamente do ponto de vista sociológico, do campo de atuação dos intelectuais no seu território intelectual em que se manifestam.

No que toca aos parlamentares e as discussões que estiveram em pauta, adotamos um método similar de exposição, da mesma forma selecionando e confrontando, quando se apresentam divergentes, os diversos pontos de vista de parlamentares que se destacaram em sua época, naquilo que concerne às questões raciais e principalmente imigratórias, que é o enfoque central desta dissertação que estaremos desenvolvendo mais adiante.

De um modo geral, estamos procurando confrontar os dois posicionamentos antagônicos com relação à questão da imigração e da implantação do trabalho assalariado livre de imigrantes europeus: o daqueles que eram defensores e entusiastas da implementação do trabalho assalariado como substituto da mão-de-obra escrava africana, procurando nós selecionar e frisar os trechos dos discursos parlamentares dos partidários deste posicionamento, bem como o daqueles que se posicionavam notadamente contrários e críticos da implementação do trabalho assalariado imigrante. Evidentemente, cada membro de um ou outro tipo de posicionamento possui suas peculiaridades e particularidades pessoais, mas nós estaremos mais preocupados em frisar aqueles aspectos dos seus respectivos posicionamentos que mais se inscrevem naquilo que seja comum entre eles todos, tendo-se em vista que o que mais aqui nos interessará será a importância sociológica que estes elementos de um ou outro mais apresentem – principalmente para a temática geral de nossa dissertação.

Adotamos o mesmo método quando estivermos analisando os posicionamentos dos intelectuais, oriundos também, da então província de Sergipe (Romero e Bomfim), com relação à questão imigratória e do trabalho livre assalariado. Entretanto, perceber-se-á

que não será possível separá-los e categorizá-los com o mesmo rigor que é possível se adotar com relação aos discursos parlamentares. Por exemplo, Silvio Romero, que marcadamente defendia um ponto de vista racista, não pode ser colocado, sob o ponto de vista da questão imigratória, com o mesmo critério de antagonismo com relação a Manuel Bomfim no concernente a esta questão – uma vez que eles não se encontram na mesma proporção em lados opostos neste quesito tanto quanto nos posicionamentos da questão racial e de eugenia – em que eles muito mais notadamente se rivalizam e se combatem um ao outro.

Com relação ao plano de fundo em que estas ideias emergiam, em que eram influenciadas pelo seu tempo e por sua vez o influenciavam, procuramos adotar um método de, primeiramente, tratamos cada um deles isoladamente num primeiro momento, para logo após confrontá-los e compará-los em suas posturas antagônicas – empreendendo esta comparação nas dimensões discursivas do plano de fundo sócio-histórico em que elas se encontravam inseridas. Isto, sempre procurando tomar como base central de nosso estudo sociológico a matriz teórica inspiradora da teoria do campo intelectual formulada pelo sociólogo Pierre Bourdieu.

Esta é, portanto, o que acreditamos ser nossa contribuição ao assunto de que tratamos. De forma alguma nos eximimos de também termos nossas lacunas, mas isto há de ser sanado por contribuições de outros pesquisadores que também se interessem pela nossa temática futuramente.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O embasamento teórico em que estruturamos a presente dissertação fundamenta-se basilarmente nos conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu referentes aos campos Intelectual e Político, no bojo mais profundo do conceito de campo, um dos conceitos mais importantes e caros dentro das conceituações bourdieusianas. Primeiramente, de um modo geral, o conceito de campo em Bourdieu consiste num setor ou uma área de jogo e trocas sociais em que ficam predominantemente subsumidas e disseminadas as ações e práticas de determinada categoria social, e no qual essas ações e práticas sociais agem e efetuam mais específica e caracteristicamente, determinando a natureza das ações e características sociais que este determinado setor apresenta enquanto meio de jogo e ação ou mesmo luta social. Para nos utilizarmos das próprias palavras do autor,

“Para determinar se tal conjunto de instituições constitui um campo nos interrogaremos se estas instituições exercem efeitos umas sobre as outras, ou seja, se há proveito em pensá-las em suas relações objetivas” (Bourdieu, 2022, p. 580) Ou como ele também conceitua aqui: “Um campo é um jogo que não foi inventado por ninguém e é mais fluido e complexo que qualquer outro jogo imaginável”, escrevia Bourdieu em seu (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 80).

Ao mesmo tempo em que ocorre a inevitável competição entre os membros deste determinado campo, não se descarta de forma alguma a confluência e cooperação entre os membros que estejam interagindo dentro deste campo dentro daqueles objetivos centrais que os unem dentro dos escopos que fundamentam e alicerçam este determinado campo. No entanto, no caso que estudaremos nesta dissertação, predominam os pontos de conflito com relação aos de cooperação – principalmente na rixa entre Silvio Romero e Manoel Bomfim –, e é justamente esta faceta de competição e luta que fica predominantemente realçada nas relações de eivadas de rivalidade que especialmente havia entre esses dois intelectuais. Assim também nas relações entre os parlamentares dentro dos debates políticos que se travavam no Congresso Nacional naquele momento histórico. No nosso caso, interessa-nos mais analisar os conflitos e disputas que existiam dentro do campo intelectual – no caso dos dois autores supracitados –, bem como nos enfrentamentos entre os parlamentares. Este é o foco em que apresentamos os enormes contrastes existentes entre os dois autores, procurando encontrar de que maneira as suas rivalidades e antagonismos influenciavam na natureza do debate entre os dois – e, possivelmente, se pode se constatar algum tipo de cooperação entre eles, e assim também nos debates travados no Congresso Nacional, e de que modo, ou se não, os campos

intelectual e político se relacionam e se interinfluenciam. Todas essas hipóteses estarão testadas no decorrer de nossa análise, e a partir delas que nortearmos os rumos que nosso trabalho tomará.

Passemos agora a uma revisão bibliográfica que não pretende ser exaustiva ou enumerar toda a gama de obras, artigos e dissertações que se escreveram sobre a temática em que se insere nossa presente dissertação – até porque isto fugiria demais às nossas possibilidades e não caberiam dentro das limitações de uma dissertação de mestrado – mas apenas listar alguns dos principais trabalhos que se desvelaram mais precisamente sobre a nossa temática e que se aproximam mais intimamente aos escopos que nos guiaram neste presente trabalho. Privilegiaremos os trabalhos mais recentes e atualizados, mas não deixaremos de citar as obras mais antigas que se mostram indispensáveis para o auxílio da compreensão das figuras de Silvio Romero e Manoel Bomfim no contexto em que se inseriam e para além dele. Citemos primeiramente as obras de autores de grande fôlego, que apresentam de modo geral e de perspectiva ampla a temática que abordamos.

Sob uma perspectiva de macro dimensões, não podemos de modo algum omitir autores como Lilia Schwarcz e Thomas Skidmore, Roberto Ventura, Antônio Candido e Alberto Luiz Schneider, Alberto Schwartz, Ângela Alonso e Roberto Ortiz, em que a integração da contextualização histórica estará intimamente imbricada com a análise sócio-filosófica das mentalidades de cada figura intelectual e mentalidade analisados, seu pertencimento e seu reflexo concernente ao momento temporal em que se encontram inseridos e o seu pertencimento e atinência à questão imigratória e as teorias científicas raciais do branqueamento e da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre de imigrantes europeus. Antonio Candido citamos aqui mais de forma honrosa, uma vez que seu trabalho sobre Romero possui maior interesse no âmbito literário, o que não se relaciona tão intimamente ao nosso enfoque, o que ocorre também como Alberto Schwartz e Roberto Ortiz – e o destrinchamento de suas obras aqui fugiria bastante do nosso interesse no presente trabalho.

Na ordem em que os citamos, primeiramente pincelemos de um modo geral do que trata a obra (Schwarcz, 1993).

Para Schwarcz, entender as vigências e absorção das teorias raciais no país se faz necessário para refletirmos sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro no esforço de adaptação “ao modelo de sucesso Europeu” dos oitocentos, no que diz respeito

ao ideal civilizatório. Apesar de chegar tarde ao Brasil, as teorias raciais são acolhidas com entusiasmo pela reduzida elite pensante nacional dos diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa da época.

Os denominados “homens de ciência” foram incumbidos da missão de refletir sobre a nação Brasileira, seu futuro e seus impasses, definidos como intelectuais que lutavam “pelo progresso científico do país” (p. 37). Eram eles: Manoel de Oliveira Lima, do IAGP, Francisco José de Oliveira Viana, do IHGN, Tobias Barreto, da Faculdade de Direitos de Recife, Silvio Romero, da Faculdade de Direito de Recife, João Baptistista Lacerda, do Museu Nacional, Raimundo Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia, Euclides da Cunha, do IHGB, Edgard Roquete Pinto, do Museu Nacional, Herman Von Ihering, do Museu Paulista, Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira, da Academia de Medicina do Brasil, A. A. de Azevedo Sodré, da Faculdade de Medicina do Rio do Janeiro.

As teorias raciais europeias como o evolucionismo, o positivismo, o naturalismo, o social darwinismo, começam a difundir-se a partir dos anos de 1870. Estas teorias passaram por adaptações, sendo atualizadas de acordo com o contexto político e social brasileiro, ou seja, os intelectuais da época aproveitavam o que imaginavam combinar com o país e descartaram o que, de acordo com Schwarcz, era problemático para a construção de uma argumentação racial sobre a nação.

As teorias raciais de então, se transformam em um argumento de sucesso para o estabelecimento de critérios diferenciadores de cidadania, bem como meio de pensar um projeto civilizatório para o país, além de legitimaram as diferenças sociais da antiga ordem escravocrata.

Conforme Schwarcz, os “homens de Sciencia”, também chamados como “Novos ricos da cultura” por Candido (1988, p. 30), tenderam a adotar os modelos evolucionistas e em especial o social-darwinista, já bastantes desacreditados no contexto europeu da época. Esses grupos de intelectuais passaram a fazer do ecletismo e da leitura e interpretação de textos e manuais positivistas e darwinistas sua atividade intelectual por excelência.

O que é observado pela autora não é tradução aparentemente aleatória de pensadores estrangeiros, mas o trabalho de seleção realizado por eles sobre as teorias estrangeiras. As teorias adotadas no Brasil não foram “fruto da sorte”, mas, introduzidas

de forma crítica e seletiva, como instrumento de respaldo conservador e autoritário sobre as hierarquias sociais já fortemente constituídas no país. (Ventura, 1988, p. 7, apud Schwarcz, p.42).

Enfim, as construções teóricas dos “homens de ciência”, tiveram como princípio representar uma solução original aos problemas e ao destino do Brasil. Os modelos teóricos adotados por esses “novos ricos da cultura”, simbolizavam “uma nova forma secular, materialista e moderna – de compreensão do mundo” (p.41). E um dos pontos importantes da reflexão da autora, é que a implementação desses modelos no país seria uma aproximação imaginária com o mundo europeu sinônimo de “progresso e de civilidade” para as elites políticas e intelectuais brasileiras. Ao mesmo tempo que apesar do descrédito dessas teorias, no Brasil elas serviriam como justificativas teóricas para a “manutenção das práticas imperialistas de dominação” (p.30), e legitimação das consequentes diferenças sociais e econômicas do país.”

Os “homens de ciência” de que nos utilizaremos dentre os analisados por Lilia Schwarcz, serão, certamente, figuras como Silvio Romero – em maior parte, dentro do espírito que aqui nos permeia.

Quanto à obra de Thomas Skidmore em que nos basearemos, este trecho da obra sintetiza todo o seu conteúdo, naquilo que ela nos servirá como lastro:

“Examinamos as diversas formas pelas quais membros articulados da elite explicavam suas expectativas raciais em termos das teorias raciais dominantes. Quando o racismo científico chegou ao Brasil, os intelectuais reagiram com a tentativa de produzir um fundamento para seu sistema social dentro do marco do pensamento científico racista. Mesmo quando essas teorias caíram em descrédito científico, a elite manteve fé explícita no processo de branqueamento. Como essa crença já não podia ser propagada em termos de superioridade ou inferioridade racial, era descrita como um processo de ‘integração étnica’ que miraculosamente (como tinha sido desde a década de 1890) vinha resolvendo os problemas raciais do Brasil. Como permanecia a esperança de branqueamento, crescia a confiança em sua inevitabilidade” (Skidmore, 2012 p. 12)

Quanto a Roberto Ventura, e o seu livro *Estilo Tropical*, em síntese, analisa as polêmicas literárias e culturais de 1870-1914, do período antirromântico ao pré-modernismo, da crise monárquica a desilusão liberal. Ademais, a partir da centralização do personagem Sílvio Romero, ele busca compreender a crítica instaurada pelo ideário de modernização, que aglutinava naturalismo e evolucionismo. Analisa as polêmicas literárias e a história cultural de 1870 a 1914. Da mesma forma, problematiza as

polêmicas instauradas no século XIX, mostrando como, paulatinamente o debate sobre a consciência abolicionista e o discurso etnológico, foi adquirindo espaço e incorporando o negro no discurso político e cultural dos escritores brasileiros, que estavam divididos entre a abolição e os limites para exercer a cidadania. Igualmente, o também aborda a questão das disputas entre parentelas e oligarquias.

Passemos agora a uma síntese da obra de Ângela Alonso, que também nos será muito pertinente para entendermos todo o conjunto temático de nosso presente trabalho. Sua obra *Ideias em Movimento* em muito nos inspirará na confecção de nossa dissertação, por isto cremos que merece um tratamento adequado de sua contribuição para os estudos sobre os intelectuais da década de 1870 – Silvio Romero e Manoel Bomfim, dentre os que estudamos com mais atenção.

A autora adota uma metodologia de estudo e seleção dos autores e do enfoque a partir do qual eles são estudados que foge completamente ao que se mostra como o mais comum dentre os estudos de figuras da intelectualidade no bojo da bibliografia que se desvela sobre o assunto. Ela foge do tipo de estudo monográfico, que era o mais tradicional entre as metodologias até então, e os enfoca a partir do prisma que também foge ao padrão das abordagens intelectual-doutrinárias, que os situa a partir de seus posicionamentos intelectuais e os agrupa também a partir deste critério. Ela escolhe como marco analítico as trajetórias de carreira de cada um desses intelectuais.

Pode-se perceber que o critério que adotamos foge também aos padrões mais tradicionais de organização analítica, muito embora não sigamos à risca o critério que Alonso adotou em seu estudo, principalmente porque ela, em seu estudo, dedica-se mais à questão das disputas políticas, enquanto nós aqui nos preocupamos mais com a questão da racialidade em relação aos movimentos imigratórios. Mas convergimos no sentido de entender as eclosões e dinâmicas das ideias e posturas intelectuais a partir de sua seleção e reificação ao fluxo das lutas políticas, dos embates em que os autores se metiam enquanto defensores dos seus pontos de vista e ferrenhos atacantes das ideias e pontos de vistas de seus rivais e adversários do prélio intelectual.

Concedemos um espaço um pouco mais largo ao autor Alberto Schneider, em sua obra *Silvio Romero hermenêutica do Brasil: três raças e miscigenação na formação de uma imagem da brasilidade*. De início, mencionemos a definição sintética que Schneider tece a respeito desta sua obra, que foi uma tese de doutoramento:

“O objetivo desta tese é compreender a interpretação do Brasil contida no pensamento de Silvio Romero (1851-1914). Seu livro mais importante, História da literatura brasileira - obra em quatro volumes, publicada em 1888- é mais do que uma história eminentemente literária; é, antes, um esforço sociológico, em que o tema não é apenas o corpus literário do país, mas a própria nação. Trata-se de uma obra destinada a produzir o que chamei teoria do Brasil, na medida em que apresenta a sociedade e a cultura brasileiras como inexoravelmente mestiças e fundadas a partir das três raças, embora devesse prevalecer um país embranquecido e culturalmente ocidentalizado. Essa imagem mestiçada país foi formulada em meio a teorias científico-evolucionistas eivadas de pressupostos raciais eurocêtricos.” (Schneider, 2005, pág. 8)

Esta referida obra é uma das mais significativas dentre os trabalhos mais recentes que procuram entender os conceitos e a faceta intelectual de Romero sob um ponto de vista marcadamente sociológico e, que, no que toca ao tema das questões raciais, muito se mostra pertinente ao nosso enfoque aqui deste trabalho. No entanto, foge ao escopo de Schneider abordar o tema da imigração, que é o assunto central de nossa presente análise, e por isso mesmo não se nos mostra conveniente aqui esmiuçar mais aprofundadamente, até mesmo por questões de espaço.

Sobre Manoel Bomfim, sem nos delongarmos numa enumeração exaustiva de obras que tratam do referido autor, cabe-nos citar, a título de exemplo, *Uma breve arqueologia sobre o sergipano Manoel Bomfim*, artigo de Fátima Bezerra Negromonte e Maria Neide Sobral, que é um trabalho bem recente em que se erige uma arqueologia da formação intelectual e uma análise do pioneirismo e rebeldia aos padrões do seu tempo das ideias de Bomfim, escorando-se na análise de diversos autores que os auxiliam na edificação deste artigo. Entre os pontos centrais que os dois autores postulam, figura a constante série de silêncios e redescobertas do valor da obra de Bomfim, que encontrou sucessivas eras de revalorização e esquecimento de sua obra. Outro trabalho, a título igualmente de exemplo, é a monografia *Os sentidos da retomada de Manoel Bomfim no século XXI*, de Sidinilha Sampaio de Almeida, o que deixa marcante o entendimento de que a temática das redescobertas e revalorizações após períodos de silêncios estiveram marcadamente presentes na apreciação da obra de Bomfim e de suas ideias e trabalho de polímata, a explorar diversas áreas de conhecimento.

Passando a enumerar agora trabalhos que tratam do tema da imigração – e que se irmanam mais intimamente com o nosso trabalho –, podemos citar, igualmente a título de exemplares, artigos como *Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica* de RENÉ E. GERTZ. Para pincelarmos brevemente

o teor deste artigo, transcrevemos o autor em suas próprias palavras, nas considerações iniciais do trabalho:

“A influência de minorias religiosas, culturais e étnicas sobre as relações entre países constitui tema de grande atualidade. No caso das relações entre Alemanha e Brasil, no decorrer dos séculos XIX e XX, temos o dado objetivo de que este último – o Brasil – aparece como o segundo maior receptor de imigrantes daquela – a Alemanha, mesmo que numa diferença numérica muito grande em relação ao país que teria abrigado o maior contingente de alemães, os Estados Unidos. Enquanto para lá teriam emigrado, até a Segunda Guerra Mundial, cerca de cinco milhões de alemães, o Brasil teria recebido apenas algo em torno de 250.000, 5% daquele número. Mas, diferentemente daquilo que se costuma referir em relação aos Estados Unidos, onde os imigrantes alemães se teriam inserido numa realidade caracterizada pelo *melting pot*, (...)” (Gertz, 2008, p. 5)

Outro artigo que muito nos vem a calhar é o de Vogt, 2007. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. *Signo*, 32(53), 225-258. que mostra como o tema do alemanismo não esteve circunscrito a figuras como Romero, mas outros como Graça Aranha, Vianna Moog e Bayard Mércio (que não integram a presente dissertação, mas que nos cabe muito bem aqui mencionar) também abordaram a temática do opúsculo de Romero, cada qual tomando seu ponto de vista e se desvelando para as suas considerações pessoais. Transcrevamos, a título de excerto, esta síntese que o referido autor tece sobre o seu artigo, descrevendo de que maneira se procedia o sentimento de germanidade entre os imigrantes alemães:

“No final do século XIX e início do século XX, imigrantes e descendentes de imigrantes alemães radicados no Sul do Brasil passaram a promover a defesa da ideologia da germanidade ou do *Deutschtum*. A defesa dessa ideologia, que ao longo do tempo teve intensidade variada, despertou reações por parte de intelectuais e de homens do governo brasileiro, que estavam empenhados na construção do estado e da identidade nacional. Essas reações se mostraram mais acentuadas e notadas durante a Primeira e a Segunda guerras mundiais e deram origem ao mito do “perigo alemão”. O “perigo alemão” consistiu em um real ou hipotético patrocínio, por parte do imperialismo germânico, de uma secessão de territórios do Brasil Meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha.” (Vogt, 2007, p. 3)

Mais outro trabalho, a título de exemplar, que podemos citar aqui – e nos desculpendo pela outra enorme gama de estudos afins que não poderemos citar por questões de espaço e limite desta dissertação – é a tese de doutoramento de Cícero João da Costa Filho, *No Limiar das Raças*, que, similarmente a Alberto Schneider, traça uma análise da natureza dos conceitos racialistas de Silvio Romero e de todos os demais

elementos – que não se mostram tão pertinentes assim ao nosso presente trabalho – que caracterizam a obra de Romero.

A título de exemplares, damo-nos por satisfeitos provisoriamente com estas obras que enumeramos aqui. Como já ressaltamos, não há espaço aqui para sermos profundamente exaustivos, e demos maior relevo a estes trabalhos por termos um conhecimento mais razoável dos mesmos dentre a enorme profusão de trabalhos que trataram sobre o presente assunto.

Não podemos omitir, outrossim, para fazer jus à importância do nosso dileto orientador para a excelência na confecção desta presente dissertação, um trabalho do mesmo que versa sobre a temática a ele tão cara da imigração, o seu artigo Dois Olhares sobre a Migração Internacional no Nordeste Brasileiro, escritos por Marcelo Alario Ennes, nosso orientador, em parceria com Rosinadja Morato e Caio Ferreira dos Santos. Neste artigo, ENNES, 2020, nosso dileto orientador Marcelo Ennes, em parceria com os referidos acadêmicos, empreende um estudo das imigrações internacionais para a região Nordeste do Brasil, delimitando este estudo aos períodos entre as duas últimas décadas do século XIX até a década de 1940; e, num segundo momento, entre o Pós-Guerra e a década de 1980. O resultado dos estudos empreendidos neste trabalho os levou a identificar que os fluxos de imigração se intensificaram num primeiro e terceiro momentos. No primeiro intervalo estiveram encontram-se imigrantes provenientes do continente europeu, e no terceiro intervalo estes se compõem por imigrantes oriundos dos continentes asiático e africano. Tais indivíduos adentraram no mercado de trabalho como assalariados, empreendedores e estudantes. Suscitaram os mesmos efeitos diretos de ordem política, econômica, social e cultural. Em muitos momentos estes efeitos se intermesclaram, exemplificando, no entorno de práticas de cunho econômico e/ou político com a o aspecto étnico e religioso entre os mesmos e nativo do próprio Brasil.

Procedamos agora à catalogação das obras de Romero e Bomfim em que nos concentramos na presente análise.

Silvio Romero se situa entre aqueles que produziram uma obra das mais prolíficas e sistematizadas, não obstante as incoerências e mudanças bruscas de ponto vista que elas apresentaram no decorrer dos anos que se passaram, com as suas conversões do positivismo inicial para a postura evolucionista de Herbert Spencer. Malgrado sua vasta obra – com a História da Literatura Brasileira como a sua mais vasta e principal lavra

intelectual –, na maior parte da mesma ele pouco ou nada se ocupou das questões centrais que nos interessam na nossa dissertação – a questão imigratória. Na verdade, seu escrito que mais nos interessa sobre esta temática, em que ele aborda de forma direta e detida este assunto, é o seu opúsculo sobre a questão do Alemanismo dos imigrantes alemães no sul do Brasil, nos finais do século XIX e primeiros anos do século XX. Mediante isto, será nesta obra que focalizaremos nossa atenção interpretativa, pois nela estará sintetizado todo o cerne de seu pensamento com relação à questão imigratória, aliada aos seus conceitos de arianismo, em que ele enxergava o imigrante germânico – se porventura ele se espalhasse por todo o território nacional, e não apenas ficasse concentrado na região sul do Brasil, sem se alastrar (como foi o que de fato ocorreu), poderia promover o “embranquecimento” da população brasileira, como forma de “corrigir” a mazela, que segundo eles e os arianistas racistas, o mestiçamento proporcionava para o atraso civilizacional do Brasil naquele momento histórico.

De Manoel Bomfim, mais especificamente com base na obra *América Latina*, que é a sua obra mais estudada dentre todo o movimento de revalorização de seu trabalho intelectual – que, em sua época, e por muito tempo após, esteve bastante marginalizada e esquecida, mediante o caráter avançado e *outsider* de seus conceitos de parasitismo social por parte das nações hegemônicas europeias das nações latino-americanas. Ele se situa de um prisma praticamente diametral oposto ao de Silvio Romero neste quesito – pois não apenas critica e rechaça frontalmente os conceitos de eugenia e racismo predominantes em sua época, como prega o igualitarismo e a promoção e valorização da população negra ex-escrava, que sofreu amargamente os efeitos de seu abandono por parte dos poderes governamentais quando foram libertos e jogados ao léu, marginalizados e sofrendo discriminação e menosprezo na competição com a população europeia assalariada que vieram substituí-los como mão-de-obra mais qualificada e requisitada pelas novas formas do capitalismo e da industrialização que se desenvolveriam a partir de então. Outra obra sua que visitaremos é a sua análise *Brasil*, obra em que ele se debruça a estudar sob a mesma matriz interpretativa a questão do parasitismo, agora no caso específico do Brasil. Ao abordá-lo, assim como o faremos no caso de Silvio Romero, procuraremos sempre matizar e contrastar as posturas dele e as de Manoel Bomfim, uma vez que se estabeleceu já em sua época uma renhida controvérsia, em que Romero dedicou uma obra específica, o opúsculo polêmico de sua autoria, de título *América Latina*, para contestar ferrenhamente as ideias de Bomfim desenvolvidas em *América Latina* – opúsculo

homônimo à obra de Bomfim, de ferrenha contestação à referida obra. Ao abordarmos esta obra basilar de Bomfim, procuraremos matizá-la e confrontá-la com as contestações que Romero lhe dirige, para percebermos o quanto que em dias atuais este posicionamento corajoso de Bomfim faz jus à revalorização que se operou de sua obra em dias mais recentes, num dos momentos que atualmente mais se rejeita e rechaça nas posturas racistas e hierarquizantes de que Silvio Romero foi retrógrado – aos olhos atuais – defensor – mas, que, contrariamente a hoje, na época era exemplar e bastião das ideias mais defendidas e em voga.

Por fim, consideremos como lidamos com o vasto material dos Anais do Congresso Nacional, em especial do período de 1891 até os primeiros anos do século XX, que foi o período em que conseguimos encontrar maior quantidade e qualidade de dados dentre o acervo do site da Câmara Federal, com algumas importantes alusões da parte dos discursos parlamentares ao processo de imigração. A partir da exploração destes excertos em que se faz alusão, em trechos dos anais, ao fenômeno imigratório é que procederemos a uma reflexão de como, muito possivelmente – já que não se pode conceber conclusões assertivas sobre isto mediante a não grande profusão dos trechos em que se alude diretamente à questão –, se procedia o entendimento de um modo geral nas discussões parlamentares sobre a questão imigratória, tão relevante e recorrente neste momento.

As menções ao fenômeno imigratório, como também ocorre com a maioria das outras fontes em que estaremos nos baseando, aparecem esparsamente, ora algumas poucas vezes em alguns muitos volumes dos anais que conseguimos analisar, ora de forma mais efusiva em alguns específicos volumes – e, justamente, nestes volumes específicos em que as alusões aparecem com maior abundância é que concentraremos nossas atenções.

Em outros termos, por mais que estejamos majoritariamente estudando as dimensões intelectuais da atuação destes atores sociais, estamos interessados bem mais no efeito na práxis social que o pensamento dos referidos intelectuais exerciam, estudando e procurando interpretar as normas do jogo social que estava subsumido nas atuações, nas querelas, em suma, em toda a dimensão da ação prática que as mentalidades dos referidos atores sociais no momento sócio-histórico em que se situavam.

Para tanto, a reconstrução naquilo que seja imprescindível do plano de fundo histórico-sociológico se nos afigura de enorme valia para entendermos por que as regras

do jogo eram de tal forma, e não de outra. Ou seja, porque as mentalidades tais quais a de Silvio Romero conseguiam tanta repercussão naquele momento – sem embargo dos pontos em que não foram tão bem-sucedidas assim – e de Manoel Bomfim, pelo contrário, estiveram tão refratárias e marginalizadas naquele momento em que se desenvolveram – e, mesmo, porque hoje elas nos soam tão avançadas para o seu tempo. Tudo isto, como cremos, passa-se por conta das regras dos jogos sociais que pairam sob a dinâmica social de um dado momento histórico e social. Procuramos, portanto, destrinchar quais eram essas regras e como elas atuavam no proceder destes agentes sociais que estudamos. Passemos agora a algumas considerações preliminares, para encerrar este primeiro instante deste presente trabalho.

Por mais que tenhamos selecionado ao máximo as fontes que nos basearemos, que delimitemos e recortemos com máximo de rigor que nos seja possível os marcos teóricos, temáticos, temporais, geográficos e das intelectuais que iremos abordar no decorrer do nosso trabalho, mesmo assim podemos admitir que não é um conteúdo de pouca monta. Nosso trabalho central consiste em reunir e confeccionar todos esses elementos que estivemos pautando neste tópico sobre o modelo de análise, de modo a formar um conjunto razoavelmente coerente, teoricamente embasado, documentalmente lastreado, justificadamente delimitado nas suas fronteiras e com a pretensão de se mostrar útil e contribuir mesmo que modestamente para a bibliografia dos estudos que se ocupam desta temática. Este será nosso objetivo principal ao nos lançarmos nesta empreitada. Tudo isto está exposto no capítulo 4, no tópico de exposição e análise dos dados sociológicos.

Esperamos que nos seja possível cumprir o mais razoavelmente possível este escopo a que nos lançamos. Esforçar-nos-emos com todo o nosso empenho para construirmos um trabalho que traga contribuições relevantes para a bibliografia sociológica.

CAPÍTULO 3 - FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Por se tratar de um trabalho de sociologia de plano de fundo histórico, e, obviamente, nosso objeto de estudo estar situado no tempo pretérito, as fontes primárias de nossa investigação serão em sua totalidade de natureza bibliográfica e documental. Assim como também as fontes secundárias, os estudos sociológicos e historiográficos em que nos basearemos, são todos de natureza bibliográfica. Isto, devemos admitir, destoa de uma tendência que está se abrindo cada vez mais no campo da sociologia para os estudos contemporâneos e empíricos, em que se emprega diretamente a coleta dos dados na prática e na práxis social. Nosso trabalho, evidentemente, não se enquadra neste tipo de pesquisa de empiria direta. Portanto, o que se pode considerar como material empírico de nossa pesquisa são os materiais bibliográficos escritos, as obras em que nos lastrearemos. Esta é a súpula do que se pode considerar empírico, por mais que nosso objeto se desvele mais para o campo das ideias, e o que mais nos interesse neste trabalho orbite na constelação do trabalho intelectual de seletos agentes sociais – o que se costuma chamar de “formadores de opinião” –, as mentes que se costuma considerar as formadoras das grandes mentalidades de uma época histórica.

Para destrinchar com mais propriedade os conceitos de Bourdieu de que nos utilizaremos enquanto ferramenta teórica, basear-nos-emos na síntese dos seus conceitos apresentada no artigo de De Oliveira Lima, 2010.

Enunciamos os trechos em que se sintetizam os conceitos de campo intelectual e de homologia em que estaremos nos lastreando:

“As teorias e as escolas, como os micróbios e os glóbulos, se devoram entre si e com sua luta asseguram a continuidade da vida” (Bourdieu, 1983, p. 8).

O conceito de campo intelectual, gestado por Pierre Bourdieu enquanto estudava o sistema educacional francês, nos será de enorme valia enquanto ferramenta interpretativa das disputas ocorridas dentro do campo intelectual em que se situavam tanto a plêiade dos pensadores que abordaremos no nosso trabalho quanto dos políticos e de seus debates e rinhas pelo domínio do poder e de legitimação de seu lugar no campo da intelectualidade.

Uma vez que, baseando-nos nesta matriz interpretativa bourdieusiana, ao entendermos o local que o agente intelectual ocupa dentro do campo em que se situa nos

permitirá compreender toda a sua natureza social e política dentro dos jogos e disputas de poder – procuraremos, escorados nesta via de interpretação sociológica, buscar compreender como o local em que cada um dos intelectuais que estudamos neste trabalho influenciou a natureza dos seus pensamentos e como este pensamento se inseriu e mesmo influenciou a dinâmica dos debates e disputas de poder e legitimidade dentro do campo intelectual e políticos em que ele se situa, do qual recebe influências – majoritariamente do campo dos debates políticos – e ao qual exerce suas influências e imprime seu pertencimento e legitimação dentro do grupo dos membros deste campo.

Apoiando-nos nas postulações de Bourdieu, entendemos que este pertencimento ao campo intelectual por parte dos intelectuais efetua uma espécie de agregação magnética entre os membros que constituem este campo – no caso de nosso objeto de pesquisa, entre os intelectuais que partilhavam de posicionamentos semelhantes dentro do debate intelectual. Ainda acompanhando o entendimento de Bourdieu, entendemos que o campo intelectual não se confunde com os campos econômico, religioso, político, entre outros, adquirindo uma espécie de independência com relação às outras instâncias de imbricações de poder.

Este campo de atuação intelectual, agregando os membros que partilham da mesma sensação de pertencimento, apresenta um conjunto de regras que regularizam o jogo das disputas e das interações entre os membros deste campo – segundo as postulações de Bourdieu – e, desta forma, dirigem os rumos que os debates e as disputas tomam no decorrer das interações do jogo dos membros deste campo intelectual. Isto fica bem explicitado neste excerto do próprio Bourdieu, que pode ilustrar bem isto que lhe indicamos:

“É no horizonte particular dessas relações de força específicas, e de lutas que tem por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam e isso por meio dos interesses específicos que aí são determinados.” (Bourdieu, 1996, p. 61).

Trazendo agora estas postulações para o nosso objeto de pesquisa, podemos perceber que as disputas e lutas de que intelectuais como Silvio Romero travavam, por exemplo, em oposição aos seus apaniguados adversários, ocorriam dentro de um campo específico em que se organizavam e balizavam os intelectuais contemporâneos a ele, e que se destinavam a legitimar e demonstrar sua primazia e mesmo que superioridade em relação às posições concorrentes e rivais – em especial medida, no caso de Manoel

Bomfim, que era seu mais ferrenho opositor e um dos com quem Romero mais truculentamente se afrontava nas polêmicas. Dentro das suas disputas, auxiliado pelo fato de que as ideias que ele defendia eram as predominantes na época – e levando-se em conta a enorme maior influência e prestígio que ele desfrutava nos meios das disputas políticas do período histórico em que nos debruçamos, assim podemos compreender o porquê de Bomfim haver-se eclipsado e ficado de tal forma à margem do prestígio intelectual em sua época, enquanto Romero pôde desfrutar de tamanho prestígio.

Ainda nos lastreando na interpretação auxiliar, de que nos valem para reforçar nossa própria interpretação:

“O campo é sempre caracterizado pelas lutas concorrenciais entre os agentes, em torno de interesses específicos. Por exemplo, no campo da ciência as lutas concorrenciais acontecem em torno da autoridade científica; no campo da arte, em torno da legitimidade (ou autenticidade) dos produtos artísticos; no campo da psicanálise, em torno da autoridade psicanalítica (ou seja, quem tem autoridade para falar da psicanálise, para ser psicanalista) — que foi delegada, inicialmente pela autoridade maior, Freud, e, depois, por seus discípulos e as instituições que criaram, os quais fizeram parte da história da constituição desse campo.” (De Oliveira Lima, 2010 p. 3)

Intelectuais combativos como Silvio Romero, por exemplo, claramente buscavam se impor como a figura de maior representatividade no campo intelectual do Brasil dos finais do século XIX e inícios do XX – e assim o faziam num jogo de constante enfrentamento e luta com as demais figuras de sua época com quem polemizava – além de Manoel Bomfim, também encarniadamente com José Veríssimo e Machado de Assis, que, ao lado de Bomfim, antagonizavam com ele, defendendo ideias diametralmente opostas às que Romero defendia.

Devemos entender que este conceito de campo intelectual não é um conceito ortodoxo ou que exista por si mesmo em forma concreta, mas uma ferramenta teórico-metodológica que muito nos auxilia a entender sociologicamente os embates que havia entre os intelectuais que estamos estudando, como era o processo interrelacional entre os mesmos e como que os membros deste campo intelectual se relacionavam com as outras esferas das relações humanas – no nosso caso, com mais relevância, o campo do debate, e mesmo do embate político-parlamentar – numa espécie de jogo relacional entre os membros que só faz sentido – ou, pelo menos, somente apresenta real relevância

sociológica para o nosso estudo – nas interações, enquanto ocorrem as interrelações entre os membros tanto da intelectualidade quanto dos debates políticos – no nosso caso, nas discussões parlamentares travadas entre os membros do Congresso Nacional, dentro de seus discursos coletados nas atas parlamentares em que nos balizamos.

Estas esferas se interpenetram através justamente deste jogo da interrelação entre os campos intelectual e o campo político, desta interconexão entre os seus discursos – na maneira como os mesmos interferem e influenciam uns aos outros, de como eles se conflituam. Todo este fio agregador que estamos tentando compor baseia-se diretamente, portanto, nas postulações teóricas de Pierre Bourdieu, que nos serve de ferramenta de inspiração a partir da qual trabalho é desenvolvido a exemplo conceito de homologia por ele utilizado para identificar e analisar as conexões e sobreposições entre diferentes campos, como é caso do campo intelectual nordestino e o campo político-legislativo. Este é o fio condutor a partir do qual toda a nossa interpretação sociológica dos objetos de nosso estudo é compreendida; é nossa bússola norteadora que traz, assim esperamos, a coerência geral entre todos esses vastos, e mesmo discrepantes, elementos que estamos unindo e concedendo-lhes coerência e interrelação para, juntos, num processo de artesanato intelectual, compormos a totalidade que possa ser formada a partir de todas as partes em que estamos nos baseando e que estão compondo e integralizando nosso presente trabalho.

O tema central de nossa pesquisa é a maneira como Silvio Romero e Manoel Bomfim, no recorte temporal já fartamente citado, pensavam e concebiam o fenômeno da imigração de europeus ao país como forma de substituir a mão-de-obra escrava africana – isto, em meio a um momento em que as ideias arianistas e racialistas estavam em plena voga, e que eram a base do pensamento racista que enxergava nesta imigração de brancos europeus como forma de “branqueamento”, de extirpar, desta forma, a mestiçagem étnico-racial que, para muito na época – e, entre os autores que trabalharemos, enquadra-se nisto Silvio Romero, de forma mais peremptória. A obra que nos será mais concernente será justamente aquele opúsculo ensaístico que já citamos anteriormente, *O Alemanismo no Sul do Brasil*, obra em que de forma direta ele trata da cultura e do habitus cultural dos alemães do seu tempo, e em que lança mais veementemente suas críticas à maneira como estava se procedendo a fundação de colônias germânicas naquele tempo em que ele vivia – com os imigrantes se isolando e concentrando todos na região sul, sem se espalharem pela totalidade do território nacional, que era o que entusiasticamente Romero esperava

que viesse a ocorrer. Este comportamento dos colonos alemães não apenas o decepcionou, como o embruteceu em suas críticas ferrenhas, que os acusavam de, num momento posterior, provocarem a separação da região sul do restante do território nacional brasileiro.

Neste opúsculo, pelo que pudemos notar, situa-se o local onde Romero expõe sistematicamente as suas ideias arianistas, e em que trata diretamente da questão da imigração europeia alemã ao Brasil, todos reunidos num mesmo texto.

Dos seus demais opúsculos – e principalmente da *História da Literatura Brasileira* – estaremos coletando a maneira geral como Romero concebia o seu arianismo, baseado no evolucionismo de Herbert Spencer, exposto de maneira bastante inconstante ao longo de sua obra, mesmo incoerentemente, que preconizava que uma das principais maneiras de o Brasil se livrar de seu atraso civilizacional seria através da incorporação de população branca europeia para “branqueá-la” e torná-la similar à população europeia, tida pelas concepções racistas arianistas como o ápice civilizacional da humanidade.

Bomfim, por sua vez, comparativamente, era autor de uma mentalidade muito avançada para a sua época, ainda mais se tratando nos meios em que atuava, em que ele em nenhum momento conseguiu a repercussão que autores como Romero granjearam de suas ideias nem tampouco o prestígio que este alcançou, certamente ao custo de sua postura truculenta e apaixonada. Por isto mesmo, ele ficou em segundo plano entre os autores que discutiam suas ideias em seu tempo, e pode-se perceber que ele recebeu a atenção de autores como Romero apenas – ou em maior medida, para sermos mais precisos – enquanto apaniguados contestadores das doutrinas que o sergipano famoso em sua conjuntura histórica. Aliás, a formação intelectual de Bomfim foi bem diversa da de Romero – enquanto este último era formado largamente com um vasto conhecimento jurídico, filosófico, histórico, sociológico, antropológico, literário, político, tendo vastamente lido autores destas áreas e escrito sobre elas; Bomfim, primordialmente, detinha uma formação em medicina, e, mesmo nessa área, não foi reconhecido e valorizado em seu tempo nem sequer analogamente a Romero. A sua obra que analisaremos mais a fundo, sobre a questão do atraso e do subdesenvolvimento da América Latina, adotava uma postura explicativa totalmente contrária ao que Romero e análogos defendiam em seu tempo: ele se valia de metáforas da Biologia como o parasitismo como ferramenta para elaborar uma contumaz crítica à exploração das nações colonizadoras e hegemônicas destes povos.

Enquanto o racismo e arianismo evolucionista de Romero procuravam naturalizar e culpabilizar os próprios latino-americanos pelo seu subdesenvolvimento e atraso, sob o estigma de serem raças inferiores e maculadas pela mestiçagem, o igualitarismo de tons socialistas de Bomfim, em contraposição, colocava os latino-americanos – e os brasileiros, obviamente – sob a ótica de vítimas de uma espoliação desde os tempos coloniais, sugados pelo parasitismo destas nações hegemônicas, que surrupiaram seus recursos naturais, sorveram como sanguessugas, verminoses ou plantas parasíticas a seiva de seu povo, e os deixaram nesta condição de subalternos, proibindo-os de se desenvolverem no mesmo ritmo e proporção das nações europeias.

Pode-se perceber que o critério que adotamos foge também aos padrões mais tradicionais de organização analítica, muito embora não sigamos à risca o critério que Alonso adotou em seu estudo, principalmente porque ela, em seu estudo, dedica-se mais à questão das disputas políticas, enquanto nós aqui nos preocupamos mais com a questão da racialidade em relação aos movimentos imigratórios. Mas convergimos no sentido de entender as eclosões e dinâmicas das ideias e posturas intelectuais a partir de sua seleção e reificação ao fluxo das lutas políticas, dos embates em que os autores se metiam enquanto defensores dos seus pontos de vista e ferrenhos atacantes das ideias e pontos de vistas de seus rivais e adversários do prélio intelectual.

Nota-se que eles também coincidem em grande parte com os escopos analíticos de Ângela Alonso, daí porque cremos que ela mereceu uma menção especial em nosso trabalho, como o que fizemos nos parágrafos anteriores.

Por fim, uma pesquisa nas atas parlamentares publicadas em coletâneas nos servirá de lastro para coletar os discursos parlamentares que selecionamos e analisamos, façamos uma imbricação de tudo o que viemos analisando sobre os autores que abordaremos com o a súmula do que os discursos parlamentares nos indicam sobre os modos de pensar que eram predominantes sobre a temática dentro das discussões e mesmo querelas parlamentares que se traçavam nesta época.

As citações, no decorrer das atas, ocorrem de maneira muito repetitiva e com grande emprego de retórica de política pragmática. Abaixo traçamos uma análise sintética, sem entrarmos nas grandes minúcias, de como aparecem e em quais atas elas aparecem.

Coletando e analisando os dispersos trechos dos Anais Parlamentares do Congresso Nacional Brasileiro entre os anos de 1891 e 1905 – que foi o trecho temporal em que mais nos foi possível encontrar as referidas atas – em que se alude ora vagamente, ora de forma mais sistemática e diretamente o fenômeno imigratório, podemos perceber alguns temas e características centrais que permeiam os debates e mesmo as disputas verbais que se travavam entre os deputados.

Pudemos perceber que além da questão do tratamento discriminatório que se alude nos discursos entre as colônias de imigrantes que se instalavam na região sul – que eram privilegiadas – com relação às da região norte, alude-se também ao caráter oneroso da subvenção federal a estas colônias que recebiam tratamento privilegiado.

Fazem-se queixas também no sentido do aspecto precário e da pobreza a que alguns muitos destes imigrantes estavam submetidos, além de, segundo entendimento de muitos, servirem de elementos de perturbação pública.

Como se pode perceber, o tema do fenômeno imigratório esteve significativamente presente nos debates parlamentares deste período, com heterogênea frequência, nuns aparecendo com grande profusão, noutros, de vez em quando, algumas poucas vezes. O ápice das alusões, ocorre em 1892 – e, como se percebeu, por ora, somente analisamos algumas de 1891 –, e procuraremos entender o porquê de haver tantas menções justamente neste ano.

Por enquanto, podemos afirmar que predomina nas discussões entre os parlamentares que aludem ao processo imigratório no decorrer destes anais parlamentares uma queixa de que o governo central privilegia as colônias de imigração da região sul do país, em detrimento de uma significativa negligência e discriminação com relação à região norte do país, e que, mesmo no sul, não há um controle satisfatório por parte do poder central da forma como esta imigração se foi procedendo, ou seja – eles se alojam e acabam, por conseguinte, se isolando das demais instâncias do país, gerando espécie de colônias isoladas e sem contribuírem da maneira como se esperava no processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado.

Neste ponto, as queixas dos parlamentares coincidem com as críticas que Silvio Romero acerbamente direciona aos imigrantes alemães no seu opúsculo sobre o Alemanismo – de que, por possuírem um orgulho de raça muito arraigado em sua visão de mundo com relação ao seu povo, eles antes preferem se isolar e ficar alheios ao que se

passa no restante do território brasileiro, ao que se consideram não pertencer, ciosos de que sua matriz étnica não se misture com a população geral do país.

No que nos interessa quanto à temática da imigração na região norte – ou Nordeste atual – do Brasil, predomina esta questão discriminatória por parte do governo central de que os parlamentares nortistas se queixam – o que nos leva a concluir que a predominância da imigração direcionada para as regiões sul e sudeste do país foi algo marcadamente deliberado, não propriamente algo casual ou aleatório. Sobre esta temática, ver ENNES, (2011. p. 312-334).

Em ambas as modalidades, porém, conseguimos captar o espírito da época – nos intelectuais, com maior riqueza filosófica; nos debates parlamentares, com mais pragmatismo e testemunho direto das discussões práticas da época e da temática que estamos aqui estudando. Percebe-se que em muito elas se coincidem ou mesmo se confundem, mesmo que cada uma delas apresente este enfoque que acabamos de lhe identificar. Como cada uma delas possui sua importância peculiar, cremos que não podemos prescindir de uma em relação à outra. Uma é bastante importante para se compreender a outra, e o paralelismo de uma com a outra faz-nos entender muito melhor tanto uma quanto a outra, naquilo em que elas dialogam e naquilo em que se afastam uma da outra. Analisamos estes documentos parlamentares logo após estudarmos a súmula do pensamento de Romero e Bomfim.

Cabe-nos, agora, aludir à obra de Beatriz Maria Lazzari, (Lazzari, 1980), que estuda uma temática muito parecida com esta nossa, referente aos debates político-parlamentares, e que em grande parte nos inspirou a trazer a este nosso estudo dissertativo a análise e compreensão de como os discursos parlamentares dialogavam com as questões debatidas na época, a ideologia que perpassava por trás dos mesmos.

Teçamos agora algumas considerações sobre as técnicas e os instrumentos de pesquisa em que nos alicerçamos para fundamentar e estruturar esta presente dissertação.

Nossa metodologia aqui se mostra majoritariamente amostral. Como se trata aqui de um trabalho de dimensões bem delimitadas, não nos é possível alongarmos demais na análise de nenhum dos elementos nossos componentes, de modo que a relevância e o grau de pertinência nos são de suma importância na seleção dos excertos textuais, tanto dos dois referidos autores quanto do corpo amostral das Atas Parlamentares. Através da menção desses exemplares é que procedemos a um

entendimento por inferência de como muito possivelmente deverá se configurar a totalidade do espírito do pensamento tanto dos dois autores por nós analisados, como do espírito das opiniões dos parlamentares do Congresso Nacional exemplificadas nas Atas por nós analisadas, de que extraímos os excertos pertinentes para a nossa interpretação.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS DADOS

Sílvio Romero

Uma vez enquanto o primeiro a analisarmos, Sílvio Romero² se situa entre aqueles que produziram uma obra das mais prolíficas e sistematizadas, não obstante as incoerências e mudanças bruscas de ponto de vista que elas apresentaram no decorrer dos anos que se passaram, com as suas conversões do positivismo inicial para a postura evolucionista de Herbert Spencer. Malgrado sua vasta obra – com a História da Literatura Brasileira como a sua mais vasta e principal lavra intelectual –, na maior parte da mesma ele pouco ou nada se ocupou das questões centrais que nos interessam na nossa dissertação – a questão imigratória. Na verdade, seu escrito que mais nos interessa sobre esta temática, em que ele aborda de forma direta e detida este assunto, é o seu opúsculo sobre a questão do Alemanismo dos imigrantes alemães no sul do Brasil, nos finais do século XIX e primeiros anos do século XX. Mediante isto, será nesta obra que focalizaremos nossa atenção interpretativa, pois nela estará sintetizado todo o cerne de seu pensamento com relação à questão imigratória, aliada aos seus conceitos de arianismo, em que ele enxergava o imigrante germânico – se porventura ele se espalhasse por todo o território nacional, e não apenas ficasse concentrado na região sul do Brasil, sem se alastrar (como foi o que de fato ocorreu), poderia promover o “embranquecimento” da população brasileira, como forma de “corrigir” a mazela, que segundo ele e os arianistas racistas, o mestiçamento proporcionava para o atraso civilizacional do Brasil naquele momento histórico. Aprofundamos bem mais esta questão na sequência desta presente seção. A partir de agora, nos dedicaremos a destrinchar analiticamente o opúsculo sobre a questão da imigração alemã ao Brasil, intitulado o *Alemanismo*.

De um modo geral, esta obra está de um canto a outro imersa no espírito do momento histórico em que foi concebida. Na época, a unificação alemã havia se procedido há

² Sílvio Romero (1851-1914) foi um escritor, professor e político brasileiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº. 17. Foi também pensador social, folclorista, poeta, jornalista e crítico literário. Era sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

relativamente pouco tempo, ou seja, era um fenômeno bem recente ao momento em que Romero elaborou o referido opúsculo.

O autor estava grandemente entusiasmado pela pujança de desenvolvimento econômico que os alemães haviam conseguido em tão pouco tempo, saindo da condição de estado desagregado e atrasado no centro da Europa para a de potência maior no continente europeu, com ímpetos de superar mesmo a grande potência colonial que a Grã-Bretanha representava na passagem do século XIX para o XX. Eivado que estava dos conceitos racistas e eurocêtricos que imperavam na mentalidade dominante na época, Romero tomava o povo germânico como exemplo de civilização superior, e de matriz étnica com enorme potencial para alavancar o desenvolvimento da então emergente nação brasileira da condição de atraso para uma civilização capaz de pleitear alcançar o estágio de desenvolvimento civilizacional das nações europeias.

Para tal, ele idealizou o processo imigratório de alemães para o Brasil como maneira de “branqueamento” e expurgo da matriz étnica mestiça, que era tomada como o grande motivo do atraso civilizacional brasileiro, implantando no Brasil uma grande injeção de seiva racial europeia, que as teorias racialistas entronizavam como a “raça superior” – e que Sílvio Romero identificava como a maneira ideal de o Brasil encher-se de sangue europeu “superior” e poder galgar aos estágios de civilização que os europeus haviam alcançado por conta da sua condição de “raça superior” dentre todas as demais da humanidade.

Dessa forma, podemos entender este opúsculo de Romero como uma espécie projeto civilizacional para o futuro de uma sociedade brasileira que estaria superando as suas mazelas raciais, ao modo destas teorias do racismo, que entendia e interpretava os motivos do desenvolvimento ou atraso das civilizações humanas a partir do prisma da concepção racialista e profundamente racista.

Como uma concepção e projeto para o futuro, esta expectativa de Romero logo se esbarraria numa grande frustração e decepção da sua parte, ao perceber que, diferentemente do que ele desejava e esperava, os alemães vindos ao Brasil não se interessaram por se misturar à população brasileira, mas, pelo contrário, se isolaram e reuniram em conglomerados, sem se misturar em nada significativamente ao restante da população brasileira à qual se unia, ao mesmo tempo em que se afastava e repelia.

Pode-se afirmar que este grande motivo de admiração de Romero pela “raça germânica” foi o principal motivo de sua decepção (que, ironicamente, se voltou contra ele mesmo) – e a sua ingenuidade de pensar que esse povo então orgulhoso de sua “pureza racial” se daria ao propósito de se mesclar a estas “raças inferiores” pegou Romero de surpresa, frustrando suas esperanças baseadas em grande parte no paradoxalmente contraditório de suas concepções sem embasamento num estudo mais empirista da realidade, ao mesmo tempo que se arvorava de cientificidade e legitimidade em sua época.

Romero é exemplar icônico dentre aquela parcela da intelectualidade e da classe de políticos práticos que fomentavam e valorizavam o processo imigratório como maneira não apenas de substituir a mão de obra escrava negra como também de “branquear” e eugénizar a matriz mestiça. Como notamos, ele demonstrava um conceito bastante positivo dos imigrantes europeus até o ponto em que viu suas esperanças frustradas.

Na prática, na verdade, conforme pudemos perceber retrospectivamente, não se confirmaram os exageros de nenhum dos dois lados. Não houve de forma alguma o “branqueamento” que figuras como Romero vaticinavam para o decorrer do século XX, nem tampouco se predominaram os elementos degredados e patológicos que os críticos do processo imigratório esperavam que viesse a predominar.

Romero pode ser classificado num tipo que se posicionou, sob o ponto de vista geral, sob um prisma de inconstância ou mesmo incoerência nas suas posições. Ele oscilava entre os posicionamentos, saindo do entusiasmo inicial de uma possível europeização da população brasileira através deste processo imigratório, a uma espécie de desilusão ao perceber que os imigrantes alemães não demonstravam interesse nos seus escopos de “branqueamento” da população brasileira, mas vinham ao Brasil, prioritariamente, com o fito de fugirem da condução de pobreza em que se encontravam em seus países de origem.

Havia um temor por parte de Romero de que a chegada dos alemães da maneira como estava se procedendo – isolando-se do restante da população brasileira e se concentrando e constituindo aglomerações bem hermeticamente fechadas – acabasse provocando o risco de fragmentação geográfica da região sul das demais regiões do país, que era o que temia, e o que criticou e vituperou em seu opúsculo *O allemanismo no Sul do Brasil*.¹ (ROMERO, 1906.)

Uma perspectiva retrospectiva nos demonstra que este foi mais um dos vários exageros e erros de prognóstico da parte de Romero. Mas pode-se perceber que este seu

temor se encontrava muito condizente com a sua visão idealistamente racalista de que os alemães não apenas seriam a “solução” para as mazelas e atraso civilizacionais do Brasil.

Mas este paradoxo se apresenta de uma maneira um tanto diversa da que permeia a questão racalista de Romero com relação às matrizes étnicas originárias da população brasileira. Com o seu prezo pelo arianismo predominante e em voga na época, Romero concebe os alemães, a raça germânica, num patamar de ainda maior superioridade com relação aos portugueses. Seguindo um entendimento oriundo de autores como Spencer e Haeckel, ele entendia as matrizes étnicas de origem na península ibérica como inferiores às matrizes mais racialmente puras, ao seu ver, de nações como a germânica e a inglesa e escandinava, que, segundo este entendimento arianista muito presente na época, era a matriz racial mais pura e naturalmente dotada de superioridade por conta dessa sua natureza de ápice civilizacional com base na supremacia que a civilização germânica do Segundo Reich unificado naquele momento histórico em que Romero escrevia sua obra – além do apogeu do Império Britânico que também se processava nesta época histórica – que, estes dois, eram as duas superpotências que dominavam e subjuguavam através do neocolonialismo do século XIX todo o restante das nações do mundo consideradas à época como colônias direta ou indiretamente destas duas civilizações europeias – juntamente, da mesma forma, com a civilização francesa, que eram as três nações soberanas da Europa naquele momento da História da humanidade.

Silvio Romero, seguindo esse entendimento eugenista e arianista, entendia a integração dos germânicos à população brasileira como maneira de superar o considerado atraso civilizacional oriundo dos próprios ibéricos portugueses, que naquele momento já estavam em profunda decadência cultural e científica e não influenciavam em mais nada as demais civilizações e culturas europeias. O paradoxo deste entendimento e ponto de vista demonstrou-se na crença como Romero esperou de populações com o grau de orgulho racial e prezo pela pureza da raça que eram característicos nos povos germânicos daquela época, que eles fossem se interessar realmente por se mesclar à matriz étnica do Brasil.

Mesmo que a grande maior parte dos imigrantes alemães fizessem parte da parcela mais miserável e sem perspectivas em sua nação, deve-se entender que as questões étnico-raciais não se confundem obrigatoriamente com questões de classes e estratificação social. Para o entendimento arianista da raça humana, mesmo o mais pobre e miserável socialmente pertencente à chamada raça superior, será superior ao mais nobre dentre as

estratificações sociais de sua sociedade que faça parte da chamada raça inferior. Romero mancomunava deste entendimento racista que enxerga de um ponto de vista marcadamente biológico a natureza das pretensas superioridades e inferioridades raciais humanas. Isso pontua ainda mais o caráter paradoxal de sua esperança de que a vinda dos imigrantes alemães ao Brasil se processasse com toda a boa-vontade que ele esperava que viesse realmente a se consubstanciar.

O que ele imaginava como solução logo se transformou mais adiante num novo problema, na sua perspectiva (que, assim como no outro aspecto, também se mostrou totalmente equivocada em seu prognóstico) – o perigo de separatismos das regiões que foram povoadas pelos alemães que vieram ao Brasil. Ao perceber que sua esperança havia sido totalmente frustrada, que os alemães não se interessaram em se integrar à população brasileira da maneira como ele esperava, ele chegou a esta outra expectativa de que a maneira como os alemães estavam se aglomerando e isolando do resto da população brasileira provocaria um sério risco de a região sul do país se fragmentar da totalidade do território brasileiro.^(1 ROMERO, 1906.)

Aquelas chamadas novas ideias que Romero identificava como o de mais moderno e avançado que pudesse existir naquele momento histórico, e das quais ele bebeu e mesmo que macaqueou acriticamente em certa parte, que lhe conferiram tanto prestígio por eles as defender naquele momento em que poucos sabiam ler e que, por conta disso, tanto lhe conferia este status de grande intelectual e polemista são mesmo motivo pelo qual ele nos soa hoje tão superado.

Passemos a analisar amostral e pontualmente o opúsculo de Romero que nos compete neste trabalho.

Romero abre este trabalho demonstrando desde o início que havia em seu tempo intelectuais que defendiam ideias arianistas de forma bem mais enfática e mesmo cruel que ele, ao expor criticamente o ponto de vista de um autor, o qual não cita diretamente, que defendia ideias extremistas de se eliminar os povos considerados “inferiores”, refutando e condenando como abertura do opúsculo esta conjectura de se promover um genocídio ao modo de regimes perversos como nazi dos povos “inferiores” como forma de extirpar as “impurezas raciais”, que, segundo esses arianistas, era o motivo do atraso e condição periférica dos povos latino-americanos.

O autor demonstra uma considerável honestidade intelectual ao afirmar, mais adiante, que não conhece de forma satisfatória a realidade dos demais povos latino-americanos de forma a poder traçar-lhes os prognósticos que estará lançando acerca da nação brasileira no quesito da questão da racialidade de seu povo. Mais adiante, delinea as bases do que ele considerará como as medidas a se tomar para superar o perigo a que ele está se referindo durante este opúsculo. Afirma ele:

“Creio que, no que concerne ao nosso. viver social e político, á nossa existencia como nação, quatro são os caminhos que teremos a seguir: 1., o actual systema, rotineiro e perigoso, que, além do atrazo e da apathia geral que produz, traz. fatalmente, o desequilibrio entre o norte e o sul do paiz com o desastrado regimen de colonisação que se tem seguido; 2., o systema de infusão de novas e altas idéas, nova intuição realistica do mundo e das nações, preparada por forte instrucção moderna, superior e technica; 3., o systema de formação de character novo por um regimen especifico de educação adequada; 4., o systema de formação de character novo por meio da colonisação integral do paiz, com a immigração espalhada por todas as zonas.”(Romero, 1906, p.3)

Mais adiante ele prossegue:

“O primeiro systema é anachronico e tem dado pessimos resultados e ha de acarretar, se proseguirmos nelle, o desmembramento futuro do paiz. E' o systema que se póde chamar brasileiro.

O segundo é util e conveniente, quando encontra a base forte de um character firme, capaz de grandes empreendimentos. E' o systema dos japonezes. Este admiravel povo, sem pedir immigrants, sem se misturar com estrangeiros, povos de qualidades moraes superiores, senhor de uma alta cultura, entendeu de a modernizar no sentido europeu, adoptando os proventos. materiaes da civilisação occidental.

Fel-o com uma segurança, um atilamento sem igual. E' hoje uma das primeiras potencias do mundo.

O Brasil não se acha absolutamente em eguaes condições. ¶

E o systema que só pode ser empregado de combinação com o terceiro. (Romero, 1906, p.3)

Nestes parágrafos acima, como se pode notar, Romero expõe seu plano para evitar o que ele acreditava que acabaria por acontecer. Pode-se notar todas as suas características mais patentes eivando todos os tópicos e diatribes do que seria essencial para o aperfeiçoamento civilizacional e étnico do país: o arianismo com status de teoria científica à época, o cientificismo e prezo entusiasmado pela imigração espalhada em todos os cantos do país, sem a qual, segundo ele, estaria semeada o desmembramento e perda de sua enorme grandeza territorial, mantida a tanto custo até o seu tempo e mesmo até dias mais recentes. Nota-se também o seu temor pela incorporação das características supostamente que tornariam esses povos imigrados elementos aderidos à nova pátria: ou seja, o aprendizado e adoção do idioma nacional brasileiro, o português.

A partir deste ponto, Romero passa a delinear uma genealogia sintética da formação do povo germânico, uma vez que sustenta que é preciso conhecer-lhe a História de sua formação e entender as causas de seu assombroso progresso àquele momento, na primeira década do século XX, para entender a gravidade do problema que supostamente se agravaria com o tempo a partir dali.

Ele primeiramente traz à baila o problema que os povos germânicos sempre enfrentaram desde os primeiros tempos de sua História: a falta considerável de terras suficientes para aplacar a sua voracidade por conquistar novos territórios:

“Occupam certamente hoje uma vasta região na Europa, zona que, na porção meridional, é regularmente fértil e rica e cuja porção do norte está grandemente modificada por maravilhosos esforços duma cultura acima de todo elogio. Mas, para gente de tal vitalidade, de tão intenso ímpeto de expansão, é pouco. Assim, de todos os povos arianos-os germânicos, portadores de qualidades de primeira ordem, são os peior aquinhoados no tocante à terra. E essa desproporção torna-se ainda mais chocante, se é comparada à de certos povos que, com, razão ou sem ella, os germânicos julgam seus inferiores. Não lhes soffre muito a paciencia que vastas regiões da Asia, da America e d’Africa, estejam noutras mãos que não as delles.” (Romero, 1906, p. 5)

Permanece bem claro nestas asseverações de Romero o quanto que ele é adepto das ideias arianistas e que em nenhum momento questiona estes sentimentos que os povos “arianos” apresentavam de seu orgulho por serem a “raça superior” da humanidade. O que o apoienta é propriamente a sua contraditória crítica de que somente no Brasil os alemães não se interessaram de forma alguma em se incorporar ao bojo da sociedade brasileira, contrariamente ao que ocorreu em outras partes do mundo, nas quais os alemães não apenas se incorporaram como substituíram suas características culturais pelas da nação à qual imigraram.

No histórico que sinteticamente Romero traça nas páginas imediatas fica claro a sua intenção de demonstrar a grandeza e arrojo dos povos germânicos, que ocasionaram o colapso do Império Romano. Perpassa pela sua expansão por toda a dimensão da Europa e norte da África após a queda de Roma, formando mais adiante o Sacro Império Romano Germânico, que se intencionava se tornar a nova Roma, arranhando de imediato a condição em que se encontrava já em seu tempo.

Como convicto arianista e produto de seu tempo, Romero se mostra enorme entusiasta do processo de colonização que os europeus – os alemães, neste caso específico – empreenderam pelo mundo, sempre a defender que os europeus detêm este direito e prerrogativa de conquistar e exaurir os demais povos considerados seus “inferiores”.

“Sem este preparo, não se póde fazer uma idéa do conjuncto das forças em acção; não se póde fazer idéa da amplidão do systema; não se póde marcar nelle o logar em que se prende o caso brasileiro; quero dizer: o que em meio das aspirações allemãs representam as suas colonias do Brasil...” (Romero, 1906, p.9)

O grande dilema de Romero, nesta argumentação, é a espécie de paradoxo que existe entre ele enaltecer a grandeza do povo germânico e, concomitantemente, postular que essa superioridade traria efeitos deletérios para o seu projeto de imigração para o Brasil, que humilhante e diferentemente do que ocorreu em outras nações, acaba por prejudicar ao invés de trazer a resolução do atraso civilizacional do Brasil, provocando forçosamente, segundo ele acreditava, o desmembramento e conquista separatista do território nacional.

“A sua acção mundial se divide em duas di- recções bem distinctas; a emigração para os paizes feitos, como os Estados-Unidos, por exemplo, onde teem grupos de individuos esparsos, o que se costuma impropriamente denominar colonias, mas não merece este nome; e as colonias propriamente ditas, que são dependencias politicas, porque estão debaixo da soberania e protectorado do imperio.” (Romero, 1906, p 9)

O seu lamento maior é justamente que esse fenômeno de absorção que havia entre os alemães que migravam para os Estados Unidos, como ele refere neste trecho acima, nem de longe se procedia entre os alemães que migravam para o Brasil.

Havendo-se lastreado todos os pontos que viemos afirmando serem o teor do discurso e argumentação de Romero, urge-nos comentá-la e interpretá-la segundo o panorama de sua época.

A postura de Romero frente aos alemães e sua civilização nos parece ser muito paradoxal, mas de um tipo de paradoxo que carrega seu tanto de coerência. Com um pensamento eivado de muito pessimismo com relação à natureza da sociedade brasileira – temperado com seu tanto de patriotismo e desejo de trazer soluções para os problemas brasileiros de sua época –, ele enxerga que somente enquanto amálgama que se misturasse às “raças inferiores” os alemães enquanto “raça superior” trariam a solução para as causas do atraso da nação emergente e retardatária à época.

O grande ponto nodal desta análise de Romero quanto à forma ao seu ver equivocada e perigosa como os alemães vinham imigrando e se isolando de todo o restante da população brasileira é a sua inconformação pela postura totalmente diversa que estes apresentavam em outras localidades para as quais imigraram – como os Estados Unidos, em maior proporção – e, portanto, esta frustração que esta postura isolacionista e sem se

mesclar e adquirir as feições de todo o resto da população brasileira estava em seu interesse por que eles se mesclassem e “embranquecessem” a população, na sua ânsia por que esta injeção de sangue ariano servissem de solução para o mestiçamento e tudo o mais que o seu entendimento racista e biologicista preconizava como solução para o atraso civilizacional do Brasil. Percebemos que, nesta frustração de Romero, como que fica implícito um sentimento de ainda maior “inferioridade” nata da nação brasileira de sua época, ao mesmo tempo em que um certo sentimento de patriotismo o impelisse a estar, através deste opúsculo, a denunciar e a reverberar em alto tom este seu temor de que futuramente este isolacionismo dos alemães que se instalaram no sul do Brasil gerasse um movimento separatista desta região de todo o restante do país. Subsistem estes dois sentimentos, de inferioridade da nação brasileira e de um patriotismo que reagisse a esta condição e clamasse por providências e de reação contra este fim fatídico que ele estava prevendo – equivocadamente, conforme a perspectiva temporal nos possibilita enxergar – como consequência desta metodologia equivocada de imigração que naquele momento histórico estava se procedendo.

Nosso interesse em pontuar com minúcia este opúsculo de Romero reside em demonstrar um caso típico de intelectual defensor das ideias racialistas, muito significativo de sua época, e de contrapô-lo ao seu mais diametral oposto nesta postura – no nosso caso, o seu arquirrival Manoel Bomfim. Mas o nosso interesse maior é pontuar e situar a contraposição destas duas figuras no bojo ainda maior do debate que começava a se instalar entre as ideias racialistas, que tinham seu auge nesse tempo, mas que paulatinamente estavam já se desgastando e começando a ser questionadas e perdendo o seu prestígio. O recorte temporal que adotamos não permitirá avançar muito até este momento em que o racismo já estava prestes a ficar desacreditado. Mas, desde já, podemos perceber neste momento em que prognósticos como os de Silvio Romero já começavam a se demonstrar falhos, muitos dos germes que podem nos elucidar o porquê de estas ideias racialistas não poderem ter se sustentado mediante os novos tempos históricos que estavam por vir. Perceberemos que este postulados presumidos científicos e baseados no que de mais atual existia dentro do arcabouço explicativo científico da época perderiam toda a legitimidade pelo desgastes que estas presumidas verdades encontrariam na dinâmica de superação e nas novas ideias e paradigmas científicos que viriam a questionar e invalidar frontalmente esta presunção, científica à época, de que existem “raças superiores” e “raças inferiores” – e de que isto, no entendimento de um

dos seus mais entusiastas defensores, como Romero, seria o motivo da “inferioridade” racial inata da nação brasileira.

Para entender com mais propriedade como estes dois pontos de vistas se enfrentavam naquele momento, consideramos imprescindível também abordar o opúsculo de Romero em que ele refuta virulentamente a obra de Bomfim *A América Latina* – e isto o que faremos a partir de agora. Faremos isto após analisarmos isoladamente o pensamento de Bomfim, no setor em que confrontaremos as ideias de ambos.

Como Romero não se preocupava com aspectos estéticos, isto se reflete muito bem em sua escrita quase mecânica, de palavrado. Seu prezo por fundamentar suas afirmações nas fontes em que se baseia o leva muitas vezes seu gosto pelas mesmas quase ao ponto do puro plágio, ao nosso ver, uma vez que ele faz extensas citações das fontes com muita frequência, muitas vezes passando duas e quase três páginas de pura citação alheia, embelezando e avolumando seu texto não apenas com as ideias alheias, mas com o próprio texto alheio literalmente.

Isto se verifica em especial neste opúsculo do Alemanismo, em que ele demonstra sua inépcia com relação ao idioma alemão ao apenas citar autores franceses, tomando as ideias em segunda mão, demonstrando-se, muitas vezes, quase mero compilador das fontes que toma como lastro, o que se reflete nas longas citações ao pé da letra que procede sem nem sequer as interpretar em muitos casos, apenas encaixando-as ao seu texto como modo a sustentá-lo e trazer-lhe a legitimidade que ele, por si mesmo, jamais conseguiria por méritos próprios.

Romero sempre reforça a sua ideia de que a imigração dos alemães para o Brasil da maneira como estava se procedendo seria catastrófica para a integridade do território nacional. Ele o reitera novamente neste trecho:

(...) a Allemanha já é, e pretende sêl-o cada vez mais, uma potencia maritima. A Allemanha espalha, sem proveito para si propria, o excesso de sua população pelo mundo inteiro; depende de nós, allemães, conservar para o nosso paiz suas forças vivas, dirigindo a emigração para regiões que fiquem sujeitas ás nossas leis e à nossa protecção. Ha, para isto, logar na Africa, nas ilhas da Oceania e na America do Sul».

E... note-se bem, na America do Sul (!!) onde? No Brasil e na Patagonia (!!) Eram os dois pontos indicados.

Prepararam-se mappas de todas as regiões da terra, onde se poderiam, como donos, estabelecer os allemães. (...)” (Romero, 1906, p.16)

Ele credita à doutrina Monroe dos Estados Unidos a responsabilidade por proteger a América Latina dos interesses cobiçosos dos europeus, principalmente os alemães:

“Pelo que toca á America do Sul, chegou-se a pensar muito seriamente num golpe de audacia contra a Patagonia, cuja posse pela Argentina ou pelo Chile andava ainda em litigio; e, quanto ao Brasil, immensa foi a agitação das associações de emigração e commercio n'Allemanha com repercussão nas colonias do sul.

Só uma coisa nos salvou então, está salvando ainda agora e salvará no futuro, até certo tempo: A DOCTRINA DE MONROE, O receio de uma complicação provavel com os Estados Unidos. (ROMERO, 1906, p.17)”

Prosseguindo, reforçando sempre esta ideia:

“Os amantes e colleccionadores de papeis velhos devem ter em mão varios documentos sobre o assumpto.

Os mesmos telegrammas recentissimos fallaram tambem do discurso feito por um allemão de nome Arendt, ex-general do exercito, que esteve contractado em Buenos-Ayres, e foi dis- pensado da sua commissão, por motivo moral, pelo general Roca, quando presidente dessa Republica. Nesse discurso, o referido Arendt chamou a attenção de seus compatriotas para a facilidade de colonisarem a Palagonia, conser- vando os colonos as suas tradições, costumes e sentimento nacional, contrariamente ao que succede no Canadá (...)”(Romero, 1906, p.17)

Neste outro trecho, ele argumenta que os alemães se valem de uma tática especial no Brasil para conseguirem conquistar o território de maneira sutil:

“Noticias como estas andam nas folhas do tempo esparsas ás duzias.

Conhecedores do risco a correr com o levantar no mundo um enormissimo alvoroço, se ousassem tratar terras americanas como fize- ram ás costas d' Africa e de Nova-Guiné, re- ceiosos dum conflicto armado com os Estados- Unidos, que teriam a seu lado provavelmente a Inglaterra e a França, deixaram o plano da conquista directa do sul do Brasil, mudaram de tactica, contentando- se, por emquanto, com a expansão do Deutschtum, com a formação dum - Brasil Germanico ou duma- Allemanha Antartica, que vem a ser a mesma coisa. (ROMERO, 1906,p.21 a 26)

(...)”

Continuando Romero a sua argumentação, sempre procurando de todos os modos malear os dados factuais de modo a que tornem, ao seu ver, sua argumentação calcada em legitimidade e quase que obviedades que poucos queriam enxergar em sua época:

As provas do facto são innumeraveis, evidentes e de todos conhecidas.

O aferro que mostram por sua linguagem tradições, que não trocam pelas nossas, é um dellas e da maior importancia.

Se nos estimassem, é claro, deixar-se-ian assimilar no meio de nossas populações.

O desprezo que ostentam por nossa vida publica, da qual não participam de proposito, é outra prova irrefragavel.

A abstinencia é tão completa que chega a parecer materialmente impossivel,” (Romero 1906, p.33)

Alega Romero que os alemães imigrados ao Brasil naquele tempo não se interessavam pelos assuntos nacionais, e demonstravam mesmo desprezo por tudo o que fosse brasileiro, e somente tinham prezo pela terra que eles estavam colonizando e se apossando paulatinamente, sem nenhuma consideração ao povo a quem esta terra pertencia, segundo a interpretação de Romero.

Isto, aliás, é desmentido pelas informações que extraímos na obra de Emilio Willems sobre o processo de aculturação dos alemães ao Brasil em seu processo de colonização. Ao passo que Romero afirma que os alemães troçavam da língua nacional do Brasil e se recusavam a adotá-la, uma pesquisa bem mais aprofundada levada a cabo por Willems nos mostra algo razoavelmente distinto disso.

Romero segue citando o tratamento injurioso e insultuoso que este viajante alemão refere a como se deveria tratar o Brasil na questão de conquista de territórios e os seus preconceitos a respeito dos brasileiros de então:

“... Como representantes do povo brasileiro, o colono allemão só conhece o habitante da serra propriamente dito, indigente e ignorante, e o funcionario publico. O serrano hostile a todo trabalho regular, condemnado a eterna penuria, sem fé nem probidade nas relações commerciaes e no trato, além disso não raro oriundo de sangue negro ou mestiço de indio, vivendo vida de mancebia, entregue a todos os desregramentos dos sentidos, não podia servir ao lavrador allemão de exemplo digno de ser imitado.” (ROMERO, 1906, p.38)

Estas análises de Romero, em que escora toda a sua argumentação, baseiam-se primordialmente em fontes em quantidade amostral, pois se percebe que ele valoriza bastante estas poucas fontes a partir de onde ele faz a suas presunções – e que em sua época, devemos relevar, eram de enorme dificuldade de se conseguirem em maior profusão –, citando-as largamente, e tomando-as como fonte fidedigna, sem o crivo de uma percepção com seus próprios olhos, numa típica pesquisa de gabinete, baseada em fontes de segunda mão. Porém estes elementos amostrais de que se vale Romero para lastrear sua argumentação claramente induzem a tender a ratificar esse entendimento do autor de que os alemães realmente provocariam a fragmentação do território nacional.

Já perto das últimas páginas do opúsculo de Romero, ele se refere a uma paródia de enorme menosprezo ao Brasil, e que Romero utiliza como prova cabal de que os alemães para aqui vindos não tinham senão desdém e desinteresse por tudo o que dissesse respeito à terra brasileira e seu povo.

Podemos perceber como, persistentemente, Romero demonstra uma espécie de patriotismo mesclado a um sentimento de superioridade da parte dos alemães, mas matizado por esse sentimento de patriotismo, que se queixa do menosprezo que estes casos que ele relata demonstra para com o ethos nacional brasileiro. Trata-se de uma mescla de sentimentos que pode mesmo ser compreendido como uma grande incoerência, mas que, no final das contas, traz seu tanto de coerência com a expectativa e o prezo de que os alemães se mostrassem interessados por se integrarem à nação brasileira – o que, marcadamente, não acontece.

A incoerência que apontamos reside neste ponto: como um povo pretensamente “superior” como o alemão se interessaria por se integrar passivamente a uma sociedade “inferior” racialmente como a brasileira? – que era o que Romero francamente esperava e ansiava por que ocorresse. Durante todo o decorrer deste opúsculo pairam marcadamente esses dois sentimentos conflitantes: ao mesmo tempo que Romero enaltece esta “superioridade” racial alemã, queixa-se e se lamenta insistentemente de que ela ocorra – o que explica o porquê do desdém que esses testemunhos que ele paulatinamente denuncia e mescla de críticas lamuriosas, mescladas de patriotismo e insatisfação, venham muito infelizmente na sua ótica, ocorrendo – ao menos nos testemunhos que ele elenca no decorrer do opúsculo.

Ao mesmo tempo em que ele vê sua “solução” para os problemas civilizacionais ruindo de ralo abaixo, nota-se que, ao lado de sua denúncia do perigo de desfragmentação do território ocupado pela tumultuada e ao seu ver equivocada maneira de imigração dos alemães, existe uma espécie de vácuo decorrente deste paradoxo que paira no entendimento de Romero: se os alemães não estavam se integrando ao ethos da sociedade brasileira, por que se esperaria que eles fossem se integrar e, principalmente, como isto poderia ser de fato uma “solução” para o Brasil, se ela se mostra fracassada e inaplicável? Nisto é que enxergamos a grande incoerência das expectativas de Romero, como uma espécie de fantasia a que ele se apegasse, e que, por não ser plausível e aplicável, ele trata com essa lamúria travestida de frustração e insatisfação.

Retrospectivamente, óbvio que percebemos que esta fantasia não passa de um conjunto de equívocos, mas devemos matizar e relevar pelo fato de seu entendimento como uma mentalidade fruto da sua época, e que, por não ser mais apreciável em nossos dias – e justamente por conta disso – ela se mostrou tão em voga naquele momento histórico, e que contava provavelmente com muitos adeptos além do próprio Romero.

No momento em que Romero tecia suas considerações e sua enorme preocupação porque o Brasil viesse a perder a região sul, onde a colonização alemã era mais intensiva e sistematizada, dificilmente alguém que estivesse em tal conjuntura pensaria – compartilhando dos mesmos preconceitos e expectativas de Romero – de maneira muito diferente desta que o mesmo renitentemente expõe no decorrer deste opúsculo. Isto se intensificava pelo fato de que, segundo constata Romero, esta postura desdenhosa e o desinteresse de se integrar à população brasileira somente ocorria da parte dos alemães na sua implantação ao Brasil – diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos, por exemplo, em que os alemães se integraram de forma bem diversa do que o fizeram no Brasil, ou seja, integrando-se, mesclando-se e adquirindo feições próprias ao se integrarem ao ethos da emergente sociedade norte-americana.

Mais adiante, Romero lança mais uma das suas lamúrias:

“Houve em 1886 este pequeno alvoroço que trouxe a demissão de Frankenberg. Tudo, porém, caiu logo na usual modorra; a nossa incuria continuou a dormir; o alemão – nismo social e político proseguiu na sua marcha ovante. Hoje, nem talvez fosse demittido da Escola Normal o lente que escrevesse ou consentisse, em sua folha, o tal Hymno nacional brasileiro... O Deutschtum tem progredido tanto que, ao menor abalo, surgem por cá seus enviados ex-traordinarios, que teem recepções principescas, como se foram chefes de Estado... E' incrível; chega-se até a se lhes manifestar o desejo de que seus patricios façam cada vez mais uzo exclusivo da lingua allema.” (Romero, 1906, p.38)

Percebe-se nesse trecho o sentimento multifacetado de Romero perante a natureza dos alemães enquanto povo orgulhoso de sua pureza racial – e que provoca no mesmo este misto de admiração e frustração paradoxal ao nutrir a esperança de que porventura eles pudessem se interessar em se mesclar à população brasileira passivamente tal qual era o plano e o desejo de Romero. Ao mesmo tempo que admira, cria-se nele um sentimento de frustração mesclada a uma espécie de repúdio perante a postura pedante dos alemães perante a população brasileira e sua cultura intrínseca, que a eles se apresentava como inferior e que não merecia da parte deles nenhum interesse de acalantar o sonho romântico de Romero de que eles porventura se dessem ao ar da graça de se mesclar passivamente à população brasileira.

“(…) Parece um sonho.
Mas é triste realidade..”
(...)
“Isto li eu nos jornaes do tempo, que sinto não ter agora á vista.” (ROMERO, 1906, p.38)

Neste ponto se percebe o quanto que Romero não se vale de uma metodologia plenamente fiável e segura de enumerar as suas fontes, uma vez que ele as cita de memória

e sem poder comprová-las da forma como nas regras mais recentes de elaboração intelectual. Mas, novamente, devemos salientar que em sua época, não existindo as facilidades tecnológicas que existem em nossos dias, isso se apresentava muitíssimo mais difícil e impraticável. Isso, porém, retira um tanto a credibilidade das afirmações que Romero tece em seu texto, ponto que pode servir de grande fragilidade para aqueles que queiram por em dúvida as suas ideias e postulações.

“Era o carro adeante dos bois, prova da consciencia da força de que já dispõem em nossas terras: em vez de pedir aos brasileiros que não uzassem de nativismo para com os allemães, aconselhava a estes que não o empregassem contra nós. Isto pinta a situação.

Era também contraproducente e manhoso porque, ao passo que batia o exclusivismo, exhortava sua gente a não deixar a sua língua, a sua litteratura e até a sua musica, coisas paixão característica do allemanismo.”

(...)

“E ' o erro irreparavel.

Não ha sophismas que possam illudir a quem enxerga dois dedos adeante de si. (Romero, 1906, p 40 a 43)

Neste ponto fica comprovado com suas próprias palavras o quanto que Romero era convicto em suas posições, tomando-as como espécie de verdades absolutas e evidentes por si mesmas, sem nenhuma possibilidade de refutação, na sua ótica.

“Existem duas especies de individuos que teem interesse em fazer acreditar no contrario: os proprios allemães e seus descendentes, e certos politiqueiros brasileiros que precisam de não desagradar aos colonos de Santa Catharina, Paraná e Rio-Grande. (Romero, 1906, p. 40 a 43)

O resto do Brasil pensa de modo de todo diverso.

Mas, dizia eu, para se aquilatar da verdadeira situação das coisas no sul, mistér é apreciar o tado psychico dos teulos com relação aos brasileiros.

Já fiz ver alguma coisa de singular neste sentido. Existe, porém, outro criterio, originado daquelle, que, sendo d'elle effeito, indica de modo claro e inilludível o estado de adeantada divergencia em que andam os dois povos.”³ (Romero, 1906, p. 45) (...)

Neste ponto fica ilustrado o quanto que Romero busca encontrar as raízes mais profundas dos fenômenos sociais, ao menos em sua intencionalidade, por mais que ele não o faça de modo impecável. Não lhe retiramos o mérito de ter sido um precursor nessas análises mais aprofundadas dos fenômenos sociais, sem ater simplesmente aos aspectos superficiais e imediatos.

“Só existem hoje alguns ignorantes, cujo voto não tem nem póde ter o menor pezo, para acreditarem no valor da politica, das relações a que se costuma dar este nome, independentemente das condições sociaes. Toda a gente sabe que o estado social é que representa a substancia, o amago, a verdadeira estrutura, o exacto valor de um povo qualquer.” (ROMERO, 1906, p.43 a 46)

³ Idem, pág. 43 ou 157

Novamente nesses trechos fica evidente a convicção e certeza quase fanática pela qual Romero assevera este seu prognóstico, como se tratasse de algo já consumado – e que não passa, na verdade, de apenas um preconceito superficial de sua parte, sem se atentar às profundezas do assunto e sem empreender qualquer pesquisa mais aprofundada que pudesse fundamentar um ponto de vista mais sólido.

“O governo brasileiro ha de sahir a campo para contêl-os; travar-se-á lucta; a Allemanha,então, intervirá com forças militares, porque não ha de consentir que allemães sejam trucidados no Brasil, conforme a cantiga de sempre. Nessa conjuntura, acceitarão os teutos, st et in quantum, o protectorado moral da Allemanha e não o politico, porque este o imperio não lh'o póde dar, visto como não póde ter novas colonias na America. Mas bastar-lhes-á esse protectorado moral oral para facilitar o seu reconhecimento como Estado independente. Quando, pois, os optimistas, crendeiros no valor inven- cível do Brasil, berram que não ha perigo de separação das colonias germanicas, porque o imperio não sonha nem póde sonhar com comprem as terras do sul. A Allemanha não é estúpida, nem ingenua; ella deixa as coisas seguirem seu curso normal; espera que o fructo caia de maduro.” (ROMERO, 1906, p. 46)

Neste ponto se aprofunda o seu paradoxo, pois ao mesmo tempo que admite que jamais um povo orgulhoso de sua racialidade como o germânico poderia se admitir mesclar com um povo racialmente “inferior” como o brasileiro, ele se indigna e acalenta a esperança de que talvez pudesse ocorrer de outro modo.

“Pois póde lá nunca a Allemanha, que conta com a prolificidade de sua gente, com o vigor de seus filhos e com a habilidade delles, admitir que um, ou dois, ou tres milhões de germanicos, collocados nos nossos Estados do sul, se deixem governar, dirigir, pelos mulatos (é como elles nos chamam a todos) do Brasil ?” (ROMERO, Sílvia, 1906, p.46)

Neste ponto Romero começa a se lançar como o grande arauto para solucionar este problema que, para ele, era algo inevitável que fosse ocorrer – por mais que, de fato, nunca tenha ocorrido de verdade. Fica bastante evidente neste opúsculo o quanto que suas ideias tomam impressões como fatos consumados, e a argumentação contrária à sua – que na verdade, era a mais digna de fé e a que de fato se consumou – como monte de sofismas e de entendimentos equivocados que se deveriam combater, e que ele combatia com radicalismo e rispidez orgulhosas.

“Que tem o Brazil a fazer para impedir essa desastrada solução do Deuschtum que nos ameaça no sul?
E' o que resta indicar.
Emquanto as colonias não crescem demasiado, a ponto de se tornarem perigosas, ha alguma coisa a tentar.
As affirmações que fazem de fidelidade ao Brasil são para nos enganar e para o norte-americano vêr.
Se a empreza fosse coisa a ser feita directamente pela Allemanha, repito, já ella o teria tentado; mas como não é, porque nem ella o póde, por causa do monroismo, nem os allemães de cá teem fortes desejos de se collocar na dura suieicão do imperio, espera-se a solução do tempo, trazida com o augmento da população, do territorio e da riqueza.

O imperio, porém, não suspeita claramente que a aspiração de independência dos teutos não se estende só para com o Brasil e que o envolve também a elle. Por isso, não perde nunca a esperança de empolgar aquellas terras por um arranjo qual-quer, possível no decorrer dos tempos.

Nessa esperança, busca todos os meios imagináveis de illudir, de sophismar a doutrina de Monroe, contra a qual faz propaganda entre as proprias nações do continente, ás quaes faz acreditar que a phrase a America é dos americanos quer dizer: delles - americanos do norte, dos filhos dos Estados Unidos. Pintam a estes, umas vezes, como conquistadores que nos virão subjugar; proclamam que o monroismo equivale a uma tutela humilhante e outras sophisticarias do genero.

Recorrem, outras vezes, á proposta de harmonia para engolirem de accordo a preza latino-americana.” (Romero, 1906, p.47 a 48)

No geral, desde logo percebemos a enorme convicção de Romero com relação a estes destravamentos em que piamente ele acreditava que viria a suscitar o problema do alemanismo, e a enorme relutância e mesmo inconsistência das soluções que ele timidamente propõe para evitar que isto viesse a ocorrer. Fica subsumido na sua argumentação que não haveria como tomar medidas enérgicas e que realmente evitariam que este processo de separação ocorresse, a menos que se agisse com celeridade e se ficasse sob o amparo da Doutrina Monroe, tomando medidas preventivas de antevisão ao que fatidicamente viria a ocorrer quando a intervenção do Reich alemão para amparar os colonos separatistas se consumasse, sem mais condições de o governo brasileiro resistir a esta intervenção, decorrendo-se daí o processo de conquista destes territórios ocupados pelos colonos alemães. Suas mais renhidas convicções – aquelas que ele defende com maior radicalismo e termo duros – são justamente aquelas que não se procederiam, tal qual ele imaginava que viessem a se consumir.

Precisamos agora arrematar o sentido geral que este opúsculo representa para a questão imigratória nos finais do século XIX e início do XX na emergente nação brasileira, que é o ponto nodal e o que mais nos interessa ao espírito geral desta presente dissertação.

Conforme pudemos perceber no decorrer deste opúsculo, Romero enxerga a imigração de elementos raciais “superiores” como forma de conspurcar e melhorar racialmente a matriz étnica brasileira, branqueando-a e tornando cada vez mais análogas às civilizações europeias, que, para o seu entendimento racalista e cientificista, seriam o ápice em que todas as demais civilizações e raças humanas deveriam tomar como modelo a seguir. Dessa forma, para Romero, a imigração de europeus – alemães em especial – não somente seria um elemento positivo, mas também imprescindível para a otimização

e desenvolvimento no rumo correto da sociedade e da civilização brasileira. Mas, desde que os alemães, conforme a sua pretensão quase ingênua – acreditando que eles abdicariam de seu orgulho racial –, se prestassem a se mesclar e integrar fielmente à sociedade e à civilização brasileiras. Como isto notadamente não ocorreu, ele se sentiu frustrado e numa sensação de impotência e indignação pela tendência – conforme ele assim pensava – de que essas colônias de imigração alemãs logo, logo tenderiam a querer se emancipar do restante do território brasileiro – com Romero a assistir de camarote a sua pretensa solução para grande parte dos males da civilização brasileira de seu tempo transformando-se num enorme problema ao invés da solução que ele enxergava neste processo de imigração.

Conforme apontaram autores posteriores ao Romero, e bem antes de nossa presente análise, os conceitos e entendimentos de Romero tendem a ser muito paradoxais e incoerentes em grande parte, pois possuem natureza muito contraditória e apaixonada, de uma convicção que o leva às beiras da rispidez e do desrespeito aos seus pares, tecendo críticas amargas e por vezes bastante injustas, alçando-se numa condição de empáfia e pretensa superioridade sua perante os demais, como forma de se afirmar e de se empavonar intelectualmente perante os demais pares, de preferência aos seus opositores e apaniguados desafetos. Isto fica bem claro no decorrer deste opúsculo, em que, como é de sua praxe, ele constantemente erige seus prognósticos com vaidade e convicção apaixonadas, criticando violentamente seus opositores, tecendo ideias contraditórias e mesmo paradoxais e colocando-se como único a defender a verdade e pretendendo-se salvador da condição brasileira se suas ideias fossem levadas a sério e seus prognósticos e receituário para a solução dos problemas brasileiros fosse aplicada da maneira como ele imaginava que teria de ser aplicados. Principalmente por, em grande parte, eles não serem levados a sério da maneira como ele desejava, sempre enxergando os outros como os equivocados e mal direcionados, e ele como o único a enxergar a verdade e estar corretamente a par dos rumos que a nação brasileira deveria tomar.

Manoel Bomfim

De Manoel Bomfim⁴, abordaremos com mais foco a obra *América Latina*, que é a sua obra mais estudada dentre todo o movimento de revalorização de seu trabalho

⁴ Manoel José Bomfim (Aracaju, 8 de agosto de 1868 — Rio de Janeiro, 21 de abril de 1932) foi um médico, psicólogo, pedagogo, sociólogo, historiador e intelectual brasileiro. Foi o nono diretor-geral da Escola Normal do Distrito Federal (hoje Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro).

intelectual – que, em sua época, e por muito tempo após, esteve bastante marginalizada e esquecida, mediante o caráter avançado e *outsider* de seus conceitos de parasitismo social por parte das nações hegemônicas europeias das nações latino-americanas. Ele se situa de um prisma praticamente diametral oposto ao de Silvio Romero neste quesito – pois não apenas critica e rechaça frontalmente os conceitos de eugenia e racismo predominantes em sua época, como prega o igualitarismo e a promoção e valorização da população negra ex-escrava, que sofreu amargamente os efeitos de seu abandono por parte dos poderes governamentais quando foram libertos e jogados ao léu, marginalizados e sofrendo discriminação e menosprezo na competição com a população europeia assalariada que vieram substituí-los como mão-de-obra mais qualificada e requisitada pelas novas formas do capitalismo e da industrialização que se desenvolveriam a partir de então.

Outras obras de Bomfim, a título de menção, que figuram em sua bastante significativa e esquecida obra – mas revalorizada posteriormente, e principalmente em tempos atuais – podem-se listar: *Lições de pedagogia* (1915), *Noções de psicologia* (1916), *Pensar e dizer: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem* (1923), *O methodo dos testes* (1926) e *Cultura do povo brasileiro* (1932), entre outras.

No geral, pode-se considerar as ideias de Manoel Bomfim bastante semelhantes aos vários tipos de socialismo – e, em especial às ideias marxianas e do marxismo. Elas preconizam enormemente o igualitarismo, e sempre colocam os marginalizados – opostamente às ideias racialistas, que hierarquizam os seres humanos – como vítimas da espoliação dos mais poderosos, maneira pela qual se explica a situação de inferiorizados e marginais dos mesmos. Do ponto de vista dos intelectuais no Brasil em sua época, ele se encontrava numa condição de solitário e altamente avançado no contexto em que estava inserido. Por isso mesmo, ficou marginalizado e esquecido por um longo tempo – e principalmente no seu tempo de vida. No seu duelo de ideias com Romero, devido à condição de alto prestígio que este outro sergipano desfrutava em seu tempo, pode-se afirmar que ele ficou ainda mais isolado e marginalizado justamente por conta desse embate, em que Bomfim não apenas ficou mais ofuscado.

Ele, não obstante o caráter avançado de suas ideias, ainda se encontrava um tanto preso aos paradigmas metodológicos de seu tempo, em que a Sociologia ainda não se encontrava plenamente consolidada, uma vez que ele se vale largamente de metáforas e mecanismos explicativos emprestados das Ciências Naturais, principalmente da Biologia.

A sua metáfora mais célebre desse tipo é o seu conceito de parasitismo. Fazendo analogia aos seres vivos parasitários, ele entende a relação entre os países hegemônicos e as nações subjugadas como uma relação de parasitismo da parte dos hegemônicos das riquezas e recursos naturais e humanos das nações periféricas, que desde o início de sua História estiveram sob o processo de espoliação e exploração da parte das metrópoles colonizadoras. Essa é, em síntese, a chave pela qual ele interpreta as razões pelas quais o Brasil e a América Latina como um todo estiveram fadadas à sua condição de subdesenvolvimento e atraso – como podemos notar, o inverso diametral do entendimento de Romero, que colocava como causa do subdesenvolvimento do Brasil no caráter mestiço “inferior” etnicamente da população brasileira.

Ousamos agora lançar um paralelo entre o conceito de parasitismo desenvolvido por Bomfim e o conceito bastante análogo de mais valia de Karl Marx. Ambos os conceitos procuram explicitar o caráter exploratório e espoliador do processo de dominação de uma elite que suga e sobrevive em seus privilégios a partir da exploração do trabalho de uma classe – ou de um país e/ou zona geográfica no caso do Brasil e da América Latina – de modo a espoliar toda a seiva do trabalho e recursos dessa classe ou desse povo ou zona geográfica e deixar este sujeito espoliado exaurido e empobrecido, enquanto que a metrópole ou o explorador, no sentido amplo do termo, fica não apenas com todas as riquezas deste sujeito ou vítima de exploração, como também se arroga a uma condição de superior enquanto que enxerga a partir deste pretensioso pedestal aquela vítima a quem usurpou e exauriu como culpado de sua suposta inferioridade e alvo de uma dádiva ou benesse do explorador, naquilo que se conhece como “fardo do homem branco”. No caso do conceito marxiano e marxista, seria a ideologia da classe dominante a tachar o proletário de indolente e inferior, e culpabilizá-lo pela sua condição de marginalizado socialmente.

Evidentemente, pelo que se percebe ao analisar as vidas e o reconhecimento póstumo de Bomfim comparando-a com a de Marx, nem de longe este primeiro gozou da fama e repercussão de sua obra em vida e após o falecimento. As ideias de Bomfim, por mais que avançadas e valorizando os marginalizados e oprimidos da humanidade, carregam um forte teor de intelectualismo sem preocupações pragmáticas da parte do autor, que, aliás, esteve sempre à margem dos grandes centros de divulgação e propagação das ideias. Pode-se mesmo argumentar que a sua natureza de polímata, desvelando seu trabalho intelectual por vários campos do conhecimento humano, contribuiu em grande

parte para a sua obra ter-se limitado a um restrito e intelectualizado limbo de leitores e conhecedores de suas ideias – que aliás, em grande parte em sua época não comungavam ou apoiavam seus pontos de vista avançados e excêntricos para o seu tempo. Isto se complicou mais ainda ao ter como adversário e inimigo ferrenho uma figura combativa e prestigiada na época como Silvio Romero, que procurou de todo modo espezinhar e desmerecer o teor e o autor destas ideias tão avançadas e marginalizadas naquele momento.

Falta agora situar Bomfim na nossa temática, principal, ou seja, no tocante ao fenômeno imigratório. Será bem mais dificultoso que no caso de Romero, uma vez que Bomfim nem de longe trata sistematicamente do tema do fenômeno da imigração de europeus ao Brasil. Teremos que pautá-lo fragmentariamente, e interpretá-lo pelo teor geral de suas obras – ora coletando trechos esparsos, ora analisando-o pelo espírito central e geral de suas obras, sempre embasadas pelo seu conceito de parasitismo das metrópoles e dos exploradores poderosos dos marginais e vítimas de um processo de parasitismo da parte dos dominadores.

Manoel Bomfim, conforme se pode perceber da leitura de suas obras, demonstra possuir um vasto leque de conhecimento em áreas tais quais a História e a nascente Sociologia e Antropologia (ou Etnografia, mais especificamente) de seu tempo, além das ciências naturais em que ele pega emprestado o seu conceito de parasitismo. O estudo empreendido em *América Latina* demonstra bastante desta sua erudição, pois ele sustenta toda a sua argumentação acerca deste seu conceito de parasitismo num apanhado histórico e antropológico das raízes históricas dos países latino-americanos – ou seja, no passado antropológico das duas nações ibéricas, em todos os seus antecedentes desde os tempos da Antiguidade, passando pelo seu momento de apogeu nos séculos XVI e XVII, até a sua decadência a partir do século XVIII até o momento em que se situa o autor, o século XIX. O autor se vale do conceito de parasitismo como maneira de explicar a decadência das duas nações ibéricas a partir deste ponto, a partir de uma metáfora e analogia a um animal que atrofia as suas funcionalidades e complexidades a partir do ponto em que deixa de agir como um grande e complexo organismo que exercita todas as suas potencialidades, e, uma vez partindo a viver de sugar os seus nutrientes de outrem, ou seja, a partir de quando se torna um mero parasita que não precisa mais se esforçar para sobreviver, cai em uma decadência e atrofiamento de seus organismos, deixando de ser

um organismo pujante e complexo para se tornar um organismo rústico e de funções vitais medíocres.

Desta maneira Bomfim explica como Espanha e Portugal saíram de suas condições de nações pujantes e pioneiras nos séculos XVI e XVII para paulatinamente irem se regredindo a partir de quando se tornaram meros sugadores da seiva de que se sustentavam de suas colônias nas Américas, da qual passaram a depender totalmente, e que passaram a regredir à medida em que essas riquezas sugadas iam se minguando. Uma vez que estavam totalmente dependentes desta fonte de sustento, o seu declínio e consequente esgotamento deixaram estas duas nações atrofiadas e acostumadas integralmente à condição de meros sugadores parasitas de suas colônias, e viram-se então sem fonte de onde se sustentar, e sem saberem mais se sustentarem por suas contas próprias, a partir do que, caíram na decadência e mediocridade em que chafurdavam à época em que Bomfim escreveu suas análises.

Seu outro ponto de argumentação consiste, conforme já o afirmamos várias vezes, em contestar frontalmente os conceitos racialistas e negativistas da parte dos europeus com relação às nações latino-americanas, que culpavam o atraso civilizacional das mesmas por conta de sua natureza mestiça, constituída por um tipo, para eles, racialmente inferior e incapaz de, por si mesmos, superarem este atraso.

Na nossa percepção deste leque das suas argumentações, fica a nós subsumido um entendimento de que Bomfim nem de longe compartilha dos conceitos de Romero de “branqueamento” como forma de superar o “atraso civilizacional”. A nós, fica implícito que Bomfim acredita no potencial das nações latino-americanas de superarem o seu atraso por si mesmas, pois de forma alguma – conforme asseveram os racialistas que ele frontalmente refuta – os latino-americanos sejam por si mesmos inferiores aos europeus em potencial. Ele procura argumentar isto com muita profusão de dados, de modo a demonstrar que o racialismo não possui qualquer respaldo nos dados factuais em que supostamente se escora, os quais, conforme ele insistentemente argumenta, levam a pensar justamente o contrário, que não há nada que justifique estes conceitos negativos da parte dos racialistas, os quais se baseiam antes em preconceitos e ideias deturpadas do que realmente consiste a natureza das nações dos povos latino-americanos, conforme podemos constatar neste trecho abaixo:

Não aparecem, é verdade, nenhuns desses longos estudos, circunstanciados e sábios, onde os mestres em assuntos internacionais dizem o que sabem sobre a

história política, social e econômica do país de que se ocupam, para daí deduzirem os seus juízos. Não; como de costume, sempre que se trata das repúblicas latino-americanas, os doutores e publicistas da política mundial se limitam a lavrar sentenças – invariáveis e condenatórias. A ouvi-los, não há salvação possível para tais nacionalidades. É, esta, uma opinião profundamente, absolutamente arraigada no ânimo mesmo dos governos, sociólogos e economistas europeus (grifo do autor) (Bomfim, 1905, p.38)

Antagonicamente a racialistas como Silvio Romero, ele demonstra um conceito muito positivo das nações latino-americanas, refutando veementemente os conceitos de que os negros e indígenas sejam racialmente inferiores aos brancos, num posicionamento que ilustra bastante o avançado de suas ideias, as quais, desse tipo, eram alvo de total descrédito pela grande maioria dos intelectuais, e somente com o passar do tempo, com o posterior descrédito que as ideias racialistas foram tomando, e com a tardia redescoberta da obra de Bomfim, pôde-se perceber e reconhecer o valor de sobeja raridade destas ideias *outsiders* de Bomfim. Esta outra passagem ilustra o que afirmamos:

Ao examinar a influência de cada uma das raças sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual o valor absoluto dessas raças, em si – a sua capacidade progressista: se são civilizáveis ou não. Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes. (Bomfim, 1905, p.243)

Portanto, essas ideias nos levam cogitar e lançar a hipótese de que Bomfim não entendia propriamente o fenômeno imigratório como uma necessidade cogente para o avanço civilizacional do Brasil, uma vez que, para ele, os próprios brasileiros em sua natureza civilizacional possuíam o potencial e as condições de, no futuro, conseguirem superar este atraso que o parasitismo lhe relegou, pois não eram inferiores racialmente como os racialistas alegavam que fossem, e, tendo-se superado este movimento de parasitismo de que ele foi vítima, naturalmente encontrariam o seu rumo e demonstrariam o potencial que esteve por tanto tempo mitigado e adormecido pelo processo de espoliação e exploração de que foi vítima até então da parte dos europeus. Ou seja, como podemos perceber, trata-se do diametral oposto do que racialistas convictos e apressados como Romero defendia em seu opúsculo sobre o *Alemanismo*.

No prosseguimento, estaremos trazendo elementos textuais das obras de Bomfim – ou, mais especificamente, da obra *América Latina* – que ratificam estas afirmações e esta hipótese que lançamos até aqui, pontualmente comentando-as e confrontando-as com o pensamento racialista que ele frontalmente refutava a combatia.

A coleta desses trechos se faz aqui de maneira amostral, pois em vários locais de seu texto ele tece considerações que podem se agrupar neste naipe que selecionamos.

Além de se valer de elementos de interpretação teórica oriundos das ciências naturais, Bomfim também emprega uma análise genealógica histórica de todos os elementos factuais que corroboram para o seu entendimento de que o processo de colonização da América Latina se procedeu com um escopo e metodologia altamente parasitários, ou seja, de espoliação e exploração da seiva das riquezas provenientes dos recursos naturais e humanos latino-americanos. Para isto, ele se remete aos primórdios da cronologia histórica, nas origens dos povos ibéricos, espanhóis e portugueses, baseando-se largamente em historiadores como Oliveira Martins, de que se vale de largos excertos de suas obras que versam sobre a gênese medieval de todo este processo de colonização e espoliação, para demonstrar que o parasitismo em que consiste sua tese principal remonta a tempos muito remotos, e se intensificaram e alastraram conforme o processo histórico foi se desenvolvendo e desenrolando.

Para em sua análise um tom muito tenebroso e pessimista do processo de colonização e desenvolvimento histórico da América Latina. Em contraponto a Silvio Romero, cujo tom pessimista procura naturalizar a suposta inferioridade racial do processo de mestiçagem da formação dos povos latino-americanos – e do brasileiro em especial –, Bomfim, por sua vez, parte de uma premissa diametralmente oposta: de que os povos latino-americanos foram vítimas desta sua condição de inferioridade, provocada justamente pela inclemente exploração e espoliação dos recursos, pelo processo de emulação e ódio entre as raças, que, segundo ele, desde o início do processo de colonização foram impelidos a se odiarem, e a se hierarquizarem forçosamente, sendo-lhes imposta por este processo de espoliação a se estratificarem – o que, para Bomfim, foi um construto oriundo de um processo imposto, e não algo que fosse natural e mesmo naturalizado numa suposta hierarquia étnica entre os povos.

Nisto, em linhas gerais, em que consiste a argumentação e tese principal de toda a obra *América Latina*. Passemos agora a esmiuçar as especificidades da obra, sem sermos muito exaustivos, mas buscando a profundidade em nossa análise.

Analisemos, desde o início, este excerto de Bomfim:

“Sucedará o mesmo com os organismos sociais? Sim; é impossível negá-lo. Uma causa deprimente e pernicioso para os indivíduos em particular não pode deixar de ser pernicioso e deprimente para a sociedade no seu total. Os

organismos sociais regem-se por leis peculiares a eles, mas estas leis não podem estar em oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular; o todo participa das qualidades das partes, e delas depende. O vigor de um organismo representa a soma de vigor dos elementos que o constituem; uma condição que é nociva a esses elementos considerados individualmente é fatalmente nociva ao organismo. É noção banal em sociologia que o progresso social se faz segundo um paralelismo perfeito com o progresso.” (Bomfim, 1905, p.69)

Percebe-se aí que, por mais que avançadas para o seu tempo, as ideias de Bomfim ainda se escoram nas premissas positivistas de sua época, entendendo os processos sociais como regidos por leis com rigidez análogas ao universo da Biologia e leis naturais que se poderiam medir de maneira o mais proximamente possível do objetivismo.

Continuando o autor neste outro excerto:

“Se a marcha do progresso e da evolução é a mesma nos organismos Biológicos e nos sociais, é fatal que as circunstâncias capazes de entrar no progresso nos primeiros há de forçosamente produzir os mesmos efeitos nos segundos. Demais, o simples exame do fato em si é bastante para mostrar que um grupo, um organismo social, vivendo parasitariamente sobre outro, há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, evoluir, em suma. Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento da inteligência, pelo esforço contínuo para aproveitar do melhor modo possível os recursos havidos da natureza, da qual tiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, permitindo uma cordialidade maior entre os homens, uma solidariedade mais perfeita, um interesse maior pela felicidade comum, um horror crescente pelas injustiças e iniquidades...” (Bomfim, 1905, p.65)

Baseia-se em premissas de seu tempo, mas consegue situar-se além dele, quando se afasta da naturalização racialista em que Romero persiste, nisto já buscando entendimento culturalista, mesmo que ainda preso e limitado a uma metodologia biologicizante.

Percebe-se neste trecho o quanto que Bomfim busca a harmonia e o altruísmo entre os seres humanos, a superação da pura rivalidade, competição e ódio entre os membros da sociedade. Entendimento de grande teor culturalista e de natureza socialista.

Mas nos voltemos brevemente para os parágrafos iniciais da obra, em que ele enuncia a maneira desdenhosa e de menosprezo pela qual os intelectuais europeus, segundo ele, enxergam e se referem ao continente latino-americano:

“A opinião pública européia sabe que existe a América Latina... e sabe mais: que é um pedaço de continente muito extenso, povoado por gentes espanholas, continente riquíssimo, e cujas populações revoltam-se freqüentemente. Essas coisas, porém, já lhe aparecem num vago mal limitado; riquezas, terras vastas, revoluções e povos, tudo se confunde para formar um mundo lendário, de lendas sem grande encanto porque lhes falta o prestígio da ancianidade. Onde estão essas riquezas, o que valem; como se fazem as revoluções, quem as faz,

onde as fazem: são questões que se não definem, sequer, no obscuro longínquo desta visão única – a América do Sul...”. (Bomfim, 1905, p.76)

Postula Bomfim que o grande motivador destes conceitos de desdém e de menosprezo pela América Latina advém do enorme estado de ignorância em que se encontram os publicistas e intelectuais europeus da verdadeira realidade dos povos latino-americanos, segundo Bomfim sempre os julgando através de estereótipos e conceitos malevolentes e totalmente caluniosos, tendendo a incidir nos conceitos e características negativas, como as crises violentas e as lutas armadas, que, segundo o autor, sempre se apresentam distorcidas e enfatizadas enormemente nesses pontos negativos, de desordem, violência e total inferioridade dos latino-americanos quando os europeus os comparam à condição de superiores e de exemplos para a humanidade – conforme os europeus se enxergam, principalmente se comparados aos latino-americanos, em especial da América do Sul, como Bomfim categoricamente enfatiza.

Continuemos com mais este excerto da obra:

“Que é que eles vêm da América do Sul?... Preparam-se levantes, fazem-se revoluções, substituem-se governos amiudadamente; os partidos políticos lutam freqüentemente à mão armada, em guerras encarniçadas, que duram anos, às vezes. Estes homens têm naturalmente os seus chefes, que os levam à batalha, e esses chefes, por analogia com as outras guerras, recebem o nome de generais; por vezes, os generais pertencem efetivamente às milícias que têm o nome de exército; mas, neste caso, o general é um caudilho, possuído pela paixão política, feito dos mesmos sentimentos que os outros políticos; não há, na sua psicologia, nenhum dos traços que caracterizam o tipo do cesariana europeu; ele pertence ao exército,(...)”. (Bomfim , 1905, p.98)

Percebe-se que a crítica de Bomfim a estes estereótipos que, segundo ele, impregnam o sentimento dos intelectuais europeus para com a América do Sul em especial, acaba como que gerando outra espécie de estereótipo, agora da parte dele: sempre tece suas críticas contra essa calúnia num claro tom de generalização, o que, de certa forma, abriu brecha para que Romero conseguisse enxergar contradições prementes na argumentação de Bomfim, que, ao mesmo tempo em que critica os conceitos malevolentes que ele paulatinamente denuncia, acaba se contradizendo com o tom negativo que mais adiante estará pairando no seu diagnóstico da realidade latino-americana. Mas, desde logo, devemos ressaltar que essa contradição Romero ressalta de maneira muito parcial e sem atentar que Bomfim procura a todo momento ressaltar que os latino-americanos não são os culpados e autores de seu estado negativo – mas, acima de tudo, são vítimas do espólio e exploração da parte dos europeus, ao oposto do que postula Romero, que naturaliza e coloca culpa do atraso civilizacional dos latino-

americanos na sua suposta inferioridade inata e natural, da qual não podem se libertar senão através de métodos eugenistas biologicizantes, dos quais Bomfim se afasta e que combate peremptoriamente.

“No entanto, haveria verdadeira vantagem para a Europa em conhecer bem, a fim de julgar com segurança e justiça, a situação e as condições políticas e sociais dos países sul-americanos. Haveria grande vantagem para ela, e por conseguinte para a humanidade e a civilização em geral, e vantagem para nós em particular. Para os países da América do Sul, isto representa, quase, uma questão de vida ou de morte. Em primeiro lugar, porque esse juízo universal, condenatório, a nosso respeito se reflete de um modo perniciosíssimo sobre nós mesmos. Somos a criança a quem se repete continuamente: “Não prestas para nada; nunca serás nada...”, e que acabará aceitando esta opinião, conformando-se com ela, desmoralizando-se, perdendo todos os estímulos..” (Bomfim , 1905, p.98)

Esta argumentação Bomfim tece e desenvolve durante todo o decorrer de seu texto, sempre trazendo exemplos que defendem seu entendimento de que estes conceitos de inferioridade dos latino-americanos perante os europeus são basicamente pautado em conceitos errôneos e levianos, sem profundidade, sem conhecer o cerne da questão dos povos, ao seu ver, não apenas explorados e injuriados, mas profundamente caluniados por parte dos europeus.

Um ponto nodal em que a argumentação de Romero incidiu na refutação a estas ideias, foi no fato de que Bomfim, por mais que critique e assevere que estes conceitos negativistas são caluniosos, não consegue demonstrar o oposto de maneira muito coerente – ou seja, de que, se de fato isto é uma calúnia, quais os elementos que demonstram que são realmente calúnia e qual seria a verdade, de fato? Não afirmamos, porém, que ele não demonstre a alternativa a estes estereótipos – na verdade, a alternativa a isto é justamente o fato que ele sempre elucida, de que os latino-americanos são vítimas, e não culpados e promovedores de sua própria condição de inferiorizados e estigmatizados pelos europeus. Conclama inclusive a que as nações americanas se insurjam contra estes conceitos malevolentes e não se resignem de serem tratados como nações de segunda classe, sem importância e relevo aos olhos dos europeus.

“Poderão, deverão as nacionalidades latino-americanas resignar-se a esta situação? Certamente que não. Por muito simpáticos que nos sejam os Estados Unidos – nação cujo desenvolvimento e progresso todos os povos americanos veem com prazer e orgulho – por muito grandes que sejam estes sentimentos de estima, não há país da América Latina que não repila a ideia de abdicar da sua soberania, absorvido pela proteção norte-americana.” (Bomfim, 1905, p.123)

Nota-se o quanto que as ideias de Bomfim trazem um teor muito semelhante aos postulados mais recentes do discurso igualitarista e revolucionário dos tempos mais

atuais, que apregoam a defesa dos valores da justiça social e do combate às iniquidades e inclemências que o “imperialismo” que antes partia dos europeus, e que agora é preconizado pelas mais recentes nações soberanas, mais especificamente os EUA. Suas afirmações clamam pela insurreição, pela não aceitação de uma realidade negativa e inferiorizadora, e a busca e a luta pelo empoderamento e libertação desta realidade nefasta e antes de tudo impingida, jamais provocada pelos latino-americanos a si mesmos e tampouco inatas e de natureza biológica, conforme racialistas como Romero afirmavam.

Este excerto demonstra a coerência que Romero peremptoriamente tenta anular na argumentação de Bomfim:

“Deverá concluir-se, daí, que são essas violências e extorsões a causa única dos males que nos atormentam? Não; justamente, tais violências só se realizam porque outras causas, que vêm de longe, perturbam e embaraçam profundamente o nosso progresso. Reconhecendo esta verdade, temos que reconhecer também que a nossa situação social, política e econômica é efetivamente bem triste. Quando os publicistas europeus nos consideram como países atrasadíssimos, têm certamente razão; não é tal juízo que nos deve doer, e sim a interpretação que dão a esse atraso, e principalmente as conclusões que daí tiram, e com que nos ferem 9 .” (Bomfim, 1905, p.126)

Justamente partindo deste ponto, como alternativa e refutação às interpretações que os europeus teciam contra os latino-americanos, que Bomfim inicia a sua postulação de quais seriam os reais motivos deste subdesenvolvimento: o *parasitismo* dos europeus.

Muito possivelmente o ponto de contradição da argumentação de Bomfim resida no fato de que ele admite que os povos latino-americanos se encontram em estado lastimável, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, reitera que esta asseveração seja uma calúnia da parte da intelectualidade europeia – e foi justamente deste escorrego em que Bomfim incorre que incidiu toda a refutação de Romero de modo a desmerecer e menosprezar a argumentação de Bomfim. Podemos ilustrar isto neste trecho abaixo:

“Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável. Nações novas deveriam progredir como 100, enquanto as antigas e cultas progridem como 50; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como 10, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna.” (Bomfim, 1905, p.134)

O que, ao nosso ver, confere coerência na argumentação de Bomfim, sem embargo deste paradoxo em que ele incorre, é justamente a tese que ele erige, do *parasitismo*, que ao seu ver seria a verdadeira explicação e refutação das teses racialistas, de que os latino-americanos não são culpados de sua inferioridade, mas injustiçadas vítimas, que deveriam

lutar pela sua redenção – que é a solução que fica sugerida por Bomfim para a resolução desta realidade – em antagonismo aos entendimentos de eugenia e “branqueamento” racial da sociedade brasileira. Entendimento diametralmente oposto ao de Romero, que refutaria este clamor com os seus mais virulentos desdêns e menosprezo ao postulado igualitarista de Bomfim.

Passemos agora a comentar a tese biologicista de Bomfim, demonstrando que, por mais que se baseie em conceitos ainda presos às limitações metodológicas da Sociologia de seu tempo, com esta bricolagem ele consegue erigir um conceito muito original para a sua época, e que possui grandes traços de atualidade ainda em nossos dias.

Vejamos a abertura do capítulo em que Bomfim começa a erigir sua tese:

“Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse velo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades – digamos os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos.” (Bomfim, 1905, p.156)

Admitindo que mesmo em sua época as interpretações biologicistas já estavam e desapareço, ele procura demonstrar que não se valerá disto para um emprego tradicional, mas procurará transcender as estreitezas em que o método biologicizante até então incorria. Sua orientação em buscar razões no passado, na História das sociedades latino-americanas, varando os momentos mais iniciais de seu pretérito, buscando lá na Antiguidade e Idade Média os germes dessa condição atual, que lastreia num entendimento de médico que ele era, acaba por tomando um verniz de novidade, de inovação, uma vez que ele se vale do método genealógico para buscar entender as razões de uma realidade presente, dos problemas que grassam a sociedade latino-americana de seu tempo. Saltando uma plêiade de formulações teóricas com base na Biologia, em que não nos delongaremos aqui, centremo-nos agora nas primeiras investigações de cunho histórico que Bomfim traça para expor a genealogia dos seus conceitos de *parasitismo*, comentando-as sem muita exaustão, naquilo que elas interessam à nossa temática.

A genealogia histórica empreendida por Bomfim começa desde os mais primordiais tempos históricos dos povos ibéricos, que constituiriam as nações espanhola e portuguesa, nos primeiros tempos da Antiguidade e Idade Média. Não nos debruçaremos em detalhes nestes primeiros pontos da abordagem de Bomfim, mas cabe desde já frisar que este interesse de Bomfim por buscar as razões da natureza

antropológica e social dos povos ibéricos demonstra que o autor acreditava piamente que se deve penetrar desde o mais profundo das raízes de uma sociedade para se poder compreendê-la no que ela possui de mais profundo de entender as causas mais recônditas de sua existência. Ele procura demonstrar que esta viagem até as raízes mais profundas que o processo histórico pelo qual passaram os povos ibéricos se constituiu numa sucessão de conflitos e conquistas de um povo pelo outro – num primeiro momento, os cartagineses, sucedido pelos romanos, pelos celtas, pelos visigóticos, pelos árabes, até a final constituição da península Ibérica como uma mescla de origens étnicas e raciais bem vastas e plurais, em que o sentido de luta e pilhagem estiveram claramente marcantes, no momento em que um povo sucedia o outro na conquista do anterior, através sempre do regime do domínio e da violência da conquista de um pelo posterior. Assim como também um regime de ódio e rivalidade de um povo em relação a outro, e entre os próprios cristãos, que não estavam ainda unificados, e que se enfrentavam virulentamente no regime de ódio e rivalidade sem medidas.

Este excerto atesta esta argumentação de Bomfim:

“Qual o efeito destes onze séculos de guerra constante e generalizada sobre o caráter das nacionalidades ibéricas? De que forma esse passado vem influir sobre o futuro?

Duas foram as consequências deste passado de lutas permanentes sobre os povos ibéricos, consequências que se combinaram maravilhosamente para os impelir às aventuras que constituem a sua vida posterior: a educação guerreira, exclusivamente guerreira, a cultura intensiva dos instintos belicosos de centenas de gerações sucessivas; o regime a que eles se afizeram durante esses longos séculos – de viver de saques e razias; o desenvolvimento sempre crescente das tendências depredadoras; a impossibilidade, quase, de se habituarem ao trabalho pacífico.” (Bomfim, 1905, p. 189)

Aí estão as razões mais profundas, para Bomfim, deste entendimento de que os povos ibéricos sejam naturalmente penderes à pilhagem violenta, a conquista e usurpação de outros povos, dos quais eles extrairiam a seiva num regime de parasitismo, num espírito belicoso e guerreiro. Podemos perceber que o autor estabelece outro tipo de fatalismo e naturalização de uma característica de um povo – mas, diferentemente de Romero, jamais de natureza biológica, mas de natureza marcadamente cultural.

“Como se vê, já é a perversão do heroísmo – pelear por pelear. Esta perversão toma aspectos vários: a audácia do bandido, a intrepidez cruel do toureiro, a selvageria das festas e torneios – tudo resulta, na península, dessa cultura intensiva dos instintos guerreiros. “Batalhar era o Único meio de passar o tempo, ganhando fama e dinheiro ou terras. Não faltam desordens e revoltas oriundas das necessidades barulhentas da fidalguia”. Quando faltava guerra em casa, ia-se aos vizinhos. “Em aquelle tempo os fidalgos portugueses hiam à Castilla muitas vezes por se provarem pellos corpos quando em Portugal mesteres non avia”. Se não havia na Inglaterra quem desagrasse as damas,

lá iam os magriços... “Alancear mouros tornou-se a ocupação constante”.” (Bomfim, 1905, p. 211)

Através da busca destas características do passado das nações espanhola e portuguesa que, mais adiante, analisando o processo histórico em que se desvelariam essas duas nacionalidades nas Américas, que Bomfim procurará explicar a razão de o processo de colonização destes povos ter-se procedido através desta dinâmica, segundo Bomfim, nascida dos seus primeiros momentos de formação histórica, que mais adiante se veria intensificada e sistematizada de forma bem mais violenta e espoliadora.

“Foi assim que a Espanha se formou; não há que separar o pequeno reino português – a história é a mesma. Oito séculos de luta contra o sarraceno, e, depois, ela aparece organizada, vigorosa, intrépida, unificada, possuída de um pensamento único: “conquistar o mundo”, diz um dos seus panegiristas. Sim; e se ela o queria conquistar é porque o movimento adquirido a precipitava a isto; porque se habituara a viver exclusivamente do fruto das conquistas; porque não sabia fazer outra coisa senão guerrear; porque cultivara, intensamente, por onze séculos, os instintos guerreiros e agressivos, e guerrear se tornara para os homens uma necessidade orgânica; porque, em contato por oito séculos com o árabe depredador e mercantil, tomara gosto ao luxo e à riqueza facilmente adquiridas; porque aprendera com ele a ter horror e repugnância ao trabalho normal (...)” (Bomfim, 1905, p.223)

Nota-se que ele erige uma ideia bastante determinista, mas de natureza marcadamente cultural, buscando na psicologia social e histórica destes povos a razão de os mesmos terem-se transformado no que viriam a se tornar, e a razão por que eles se tornaram assim e não de outra maneira, como outros povos diversamente se tornaram. Ele deterministamente demonstra que os povos ibéricos nasceram e se constituíram para a conquista, por dominar e espoliar outros povos, pelos motivos que ele buscou nas suas raízes históricas, e que viriam a se consumir e alastrar no processo de colonização da maneira como eles a operaram na América Latina. Mesclando entendimentos tanto de natureza histórica, cultural, antropológica, histórica e geográfica, ele erige um determinismo dos grandes motivos para um povo deter um tipo de temperamento, mas que lança a novidade de que não mais está centrado nas razões raciais e biologicamente inatas, mas na formação cultural e histórica de um povo, que condicionaram dentro de um longo processo histórico a virem a se tornar tal qual vieram a se tornar.

Como se verá mais adiante, este determinismo que Bomfim engendra para explicar todo o processo de espoliação da América pelos ibéricos espanhóis e portugueses traz também uma natureza de manutenção de uma característica que ele foi buscar lá no remoto passado medieval, uma espécie de essencialismo, pois ele aponta que, por mais que tenha perpassado novas gerações e adquirido novas feições, esta característica belicosa e espoliadora tornou-se uma espécie de constante que, tendo nascido no passado, não somente explicaria os desenvolvimentos históricos posteriores como também seria a

base, alicerce cultural que faria dos ibéricos a sua verdadeira essência, e que explicaria tanto o apogeu de todo este processo como também determinaria o seu posterior colapso, com o declínio e decadência de seus impérios coloniais, devido ao gerenciamento inepto dos recursos, o imediatismo e falta de estratégia de manutenção e superação em dias posteriores.

Isto fica bastante patente neste excerto que transcrevemos logo abaixo:

“O regime parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influiu naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. Há no caráter das novas nacionalidades uma série de qualidades – vícios – que são o resultado imediato desse mesmo regime imposto pelas nações ibéricas. Essas qualidades traduzem a influência natural do parasita sobre o parasitado, influência constante, fatal mesmo, nos casos de parasitismo social, máxime quando o parasitado procede diretamente do parasita, quando é gerado e educado por ele.” (Bomfim, 1905, p.234)

Bomfim postula mais adiante que o grande culpado pelo estado de miséria em que chafurdam as nações latino-americanas é notadamente este processo de parasitismo entre das metrópoles para com as colônias, argumento e afirmação em que ele insiste permanentemente durante a sua obra, e que permanecem como um refrão contínuo, que nós aqui também reprisamos insistentemente.

Este outro trecho reverbera esta ideia bem claramente:

“Em certos casos, se o parasitismo feroz de um grupo sobre outro não produz o aniquilamento deste último, trazendo como resultado final o aniquilamento total da sociedade, é porque o grupo explorador conseguiu renovar a sua provisão de vítimas. Tal é a história da escravidão no Brasil e nas outras partes da América. Os pobres pretos eram literalmente devorados pelo chicote, sacrificados pela alimentação insuficiente e pelo excesso de trabalho. A população negra não atinge hoje, no Brasil, a dois milhões; se não fora esse extermínio, ela seria superior, talvez, à população branca.” (Bomfim, 1905, p.242)

Sempre perpassando esta analogia aos fenômenos biológicos, Bomfim compara a forma como o parasitismo força e coage o ente parasitado a lhe fornecer serviços e préstimos além da fonte de alimentação e subsistência, não apenas sugando a sua seiva como escravizando-o e retirando-lhe o vigor e certas características intrínsecas do ente parasitado. Como neste trecho ele afirma:

Essa sua ideia central vai-se desenvolvendo através destes exemplos que o autor elenca, como arcabouço de argumentos factuais que escoram e alicerçam sua tese central, sempre a demonstrar nos fatos históricos, aliados à sua metáfora de caráter biologicista que transcreve os fatos da vida natural aos fatos de natureza humana e social.

“Nos organismos sociais inferiores, as cochonilhas se adaptam de tal forma a ser parasitadas pelas formigas, que perdem até a faculdade de desembaraçar-se por si mesmas do líquido açucarado de que, sobre elas, se alimentam as formigas parasitas. Os grupos humanos oferecem-nos grande número de exemplos análogos. As classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível e a viver com o mínimo de conforto de alimentação; os que se não afaziam a isto pereciam. Assim morreram os milhões de africanos importados para engordar os colonos espanhóis e portugueses.” (Bomfim, 1905, p.256)

Sempre com seu tom tenebroso e de lástima pelo processo de espoliação dos povos nativos, Bomfim reforça a ideia de que os conquistadores espanhóis e portugueses foram do pior tipo de parasita, aqueles que não se limitam a surrupiar de modo a deixar meios de subsistência ao ente parasitado, mas que elimina todas as formas de possível sobrevivência do parasitado, destruindo-o e deixando-o arrasado e totalmente exinanido.

Essas considerações sombrias de Bomfim deram grande ensejo para as críticas de Romero a ele dirigidas, de que nem mesmo os europeus mais pessimistas traçaram um quadro tão tétrico das condições da América Latina, em especial do Brasil, naquele momento histórico em que eles se situavam. Mas cabe salientar novamente que este quadro que Bomfim traça traz um pano de fundo explicativo totalmente diametral oposto ao de Romero, para qual o Brasil era de um atraso civilizacional inato, culpado e sob o peso do fastígio de sua mediocridade – enquanto que, para Bomfim (e este argumento se repete no seu texto bem mais intensamente do que no nosso), o subdesenvolvimento da América Latina era reflexo e culpa da espoliação parasítica por parte dos portugueses e espanhóis, e oriundo do regime de ódios e rivalidades engendradas historicamente entre as três matrizes étnicas que são a base da sociedade brasileira e latino-americana, por conta do caráter belicoso e exploratório parasítico do pior tipo por parte dos colonizadores espanhóis e portugueses.

Consumado este processo de parasitismo postulado por Bomfim, o mesmo enxerga como consequências diretas do estabelecimento deste regime de imediato, a sedentarização destas sociedades, uma vez que constantemente sugadas e enfraquecidas pelo processo de espoliação e exploração de suas riquezas e energia vital, estas sociedades não mais encontram meios de progredir em sua situação, mas, na verdade, não apenas caem em estagnação como passam por um processo de esgotamento e enfraquecimento viral de suas forças e riquezas, o que, para Bomfim, ocasiona outro elemento intrínseco destas sociedades produtos do processo espoliador parasitário: o conservadorismo, o

prezo pela manutenção da ordem já estabelecida, o medo e temor pelas novidades, pelas mudanças. Bomfim frisa com muita ênfase a natureza conservadora e apática às novidades e à mudança destas sociedades latino-americanas, em especial a brasileira. Até mesmo porque a mudança da ordem estabelecida prejudica e põe em xeque os privilégios e benesses que a condição atual lhes trazia enquanto classe dominante e diretamente dependente das classes espoliada (que eram as únicas verdadeiramente a produzir dentro deste regime político) – e que só tinham a perder mediante qualquer mudança que se operasse nesta estrutura de espoliação e privilégios oriundos da condição social parasítica, enquanto que as classes dominadas, para parafrasear Karl Marx, nada teriam a perder com quaisquer mudanças que se operassem nesta estrutura social. O conservadorismo é a grande arma de que se valem as classes dominantes para manter e proteger os seus privilégios – e este seria o grande mote pelo qual elas sustentam e justificam os seus privilégios não apenas até os dias em que Bomfim escreve sua obra, mas já penetrando nos limiares do século XX até nossos dias atuais.

A condição de subdesenvolvimento destas sociedades decorre do enfraquecimento que o processo de sucção de suas riquezas e energias lhe acarretou dentro deste processo de parasitismo, jamais por uma inferioridade inata que lhes impingem os racialistas – novamente frisando, os latino-americanos são vítimas de sua situação, jamais culpados. Assim é como o entendimento igualitário e culturalista de Bomfim explica o processo de formação histórica e a condição marginalizada em que chafurdam os latino-americanos em sua época. De modo algum elas deveriam se contentar com isso, mas procurar se insurgir e buscar ser tratadas com equanimidade pelos europeus. Para Bomfim os latino-americanos jamais deveriam se resignar de serem tratados como inferioridade civilizacional, mas buscar reverter esta pecha a que foram submetidos e buscar o progresso – mas, de forma alguma, jamais com os expedientes racialistas que prescreviam figuras como Silvio Romero, mas com armas de natureza social, política, econômica e cultural – visão muito avançada para a sua época, e que era inclementemente rechaçada por conservadores e reprodutores passivos de ideias alheias como Romero, aclamado em sua época por ter sido simplesmente um produto de sua época de um modo geral, sem o caráter de visionário de figuras como Bomfim, alvo direto e odiento de seu desdém conservador da parte de seu grande adversário que era Romero.

Sua constante tônica igualitária e socialista também o faz tecer largas críticas ao modo bacharelesco como se formaram as natas abastadas das sociedades latino-

americanas, em especial, da brasileira. Totalmente distanciadas do povo, configurando-se numa esmagadora minoria, ela como que integralmente se afasta da natureza e dos anseios do povo em geral, fazendo-a uma classe à parte do povo, extremamente dependente das classes espoliadas e cheias de orgulho e empáfia para com a grande massa de analfabetos e ignorantes que perfazem a enorme maioria das sociedades latino-americanas e brasileira em especial.

Dedicando-se em especial à análise do processo escravocrata a que estiveram submetidos as duas raças consideradas “inferiores” por Romero e os demais racialistas, Bomfim os classifica dentro daquela dinâmica em que o parasita não se limita apenas a sugar seus hospedeiros – sempre com a analogia biológica na sua análise –, mas também se sustentam e se apoiam nas atividades dos entes parasitados, usufruindo-lhes como mão-de-obra, como meio de defesa, ou seja, o sustentáculo de que os parasitas dependem enormemente, no qual se escora para a sua sustentação cômoda, e, arrogando-se de superiores aos seus entes parasitados, não passam de encostados que dependem do parasita para tudo e sobrevivem pelo imobilismo e resignação dos entes parasitados, que aceitam em grande parte com resignação essa sua condição de sustentáculos dos parasitas, sem a deliberação e coragem para romper com esta cadeia e selar o fim deste processo de dominação.

Tece também críticas, como consequência deste regime bacharelesco, ao total alheamento e afastamento dos anseios e da realidade da enorme massa da população, por parte do arcabouço jurídico que rege as relações de poder e dominação das classes dominantes para com a enorme massa popular. Ou seja, as leis são engendradas e promulgadas sem quaisquer compromissos com a realidade e a aplicabilidade da vida real, sendo redutos e defensores da manutenção dos privilégios da classe dominante, partindo de uma dinâmica puramente livresca e afastada da realidade dura e crua em que chafurda a população como um todo. Isto se reflete também, conforme a crítica de Bonfim, no caráter de irrisórios dos orçamentos nacional para o fomento da educação e instrução pública – outro óbvio indicador de que a classe dominante depende enormemente da manutenção da ignorância e apatia da população, reflexos do parasitismo, para que, através do conservadorismo, sejam asseguradas as garantias de manutenção e imobilidade da natureza social da sociedade, e seus privilégios sejam permanentemente mantidos e sacralizados.

Este outro trecho também é altamente sintético de todo o espírito de sua argumentação:

“Esses intermediários são os drenos por onde se escoia para lá toda a riqueza produzida. É por isso que as nações da América Latina, depois de três séculos de produção, depois de ter visto sair de seu solo riquezas fantásticas – todo o açúcar, café, ouro e diamantes do Brasil, todo o ouro e toda a prata da América espanhola – depois de ter produzido tanta riqueza, se achava tão pobre no dia da independência como se dezenas de gerações de milhões de índios e negros não houvessem morrido a trabalhar, sobre um solo fertilíssimo, semeado de minas preciosíssimas. Como fruto destes 300 anos de trabalho, restavam: engenhocas, casebres, igrejas, santos, monjolos e almanjarras, bois minúsculos, de mais chifres do que carnes, cavalos anões e ossudos, carneiros sem preço, estradas intransitáveis...”. (Bomfim, 1905, p.256)

Poderíamos citar vários outros trechos do texto de América Latina em que permanecem sempre candentes essas nuances téticas e profundamente pessimistas que Bomfim traça do espírito do processo de colonização e do amalgamento das raças no processo de colonização, sempre traçando esse paralelo de antagonistas entre os exploradores e os explorados, os parasitas e as vítimas do parasitismo, os algozes e as vítimas. Não procuramos de forma alguma negar a existência desta dicotomia, mas frisamos que estes pares antagônicos quase que criam na análise de Bomfim uma espécie de maniqueísmo que nem mesmo em Karl Marx encontramos em tons tão tenebrosos e negativistas como nestas páginas amargas de Bomfim. Sempre estão presentes nas formulações de Bomfim esta figura estereotipada do parasita que somente suga inclementemente a sua vítima, naturalmente perversa e em que não se poderia encontrar nenhum traço positivo, e vice-versa, a figura do escravo e parasitado, que, sempre e unicamente enquanto vítima, é sempre a figura do explorado e do injustiçado, imaculada vítima que somente existe para ser explorada e na qual não se pudesse enxergar nenhum traço negativo. Aliás, como já frisamos, é também neste maniqueísmo pessimista e estereotipador, e de tons tão funestos, que mais a crítica – não muito justa, se procurarmos analisar com o máximo de imparcialidade possível – de Romero incide sobre a argumentação de Bomfim, em que ele ao mesmo tempo condena a “difamação e injustiça” dos conceitos dos europeus para com os latino-americanos, ao mesmo tempo em que ele mesmo reforça e mesmo talvez exagere (pela natureza de total maniqueísmo e dicotomia parasita versus vítima) neste quadro funesto que viemos acompanhando até aqui, da maneira como ele delinea a natureza da colonização ibérica na civilização latino-americana.

Porém, no limiar deste processo de espoliação e de extremado negativismo e decadência moral, atenta Bomfim para um elemento que faria no mais ou menos tardar todo este sistema de dominação e espoliação começar a ser questionado e abalado em suas bases mais profundas

Assim como Marx, Bomfim enxerga no pensamento crítico, na filosofia e no conhecimento científico as armas para se superar e questionar esta realidade estabelecida, mas também expõe como sendo estes os motivos do recrudescimento em que incorreram estas classes dominadoras para tentar não perder o controle dentro deste processo de espoliação, de modo a não permitir às massas tomar ciência e consciência do pensamento de esclarecimento e de crítica às injustiças sociais que grassam na exploração as suas naturezas exploradas e espoliadas até a mais profunda medula.

Adiante, para retomarmos um ponto que deixamos sem muito desenvolvimento, Bomfim traça as consequências psicológicas que este processo de colonização parasítica, ao seu ver, ocasionou dentro da natureza humana das nações latino-americanas – e sua análise se centra na classe parasita – : o conservadorismo e a tendência para manter a condição atual e de resistência a qualquer inovação e mudança que se pretenda realizar dentro da ordem estabelecida, tão cômoda a eles, e tão injusta e incômoda aos parasitados e vítimas. Isto, para Bomfim, ocasiona mais outro traço característico, que também muito acusa Romero, mas por motivos bem diversos: a mania dos latino-americanos de não se conhecerem, de não possuírem uma ciência e uma crítica filosófica próprias, ou seja, a sua propensão ao conhecimento livresco e bacharelesco, sem contato e conhecimento direto com a realidade, sem nenhum traço de originalidade, mas pecando sempre pela imitação servil e subserviente da ciência europeia, por conhecer as coisas de segunda mão, de não tomar pioneirismo em nada que se refira a isto, mas sempre se pautar pela imitação subserviente, pelo pastiche, pela incompatibilidade e afastamento ferrenhos da teoria com a realidade prática. Isto não apenas na literatura e nas produções artísticas e científicas, mas principalmente no corpo jurídico das leis, todas platonicamente afastadas da realidade efetiva, puramente abstratas e sem procurarem refletir a natureza da realidade das nações latino-americanas.

Este trecho novamente ilustra isso que viemos afirmando:

“(…) Veio a República, e, quando a proclamaram, já foi – a República Federativa dos ESTADOS UNIDOS do Brasil. Aboliu-se a centralização, adaptou-se o federalismo, pediu-se uma Constituição... Uma Constituição para o Brasil não centralizado?... Está achada: abre-se a Constituição dos Estados

Unidos da América do Norte, e a Constituição da Suíça, e algumas páginas da Constituição Argentina; corta daqui, tira daí, copia dacolá, cosem-se disposições de uma, de outra, e de outra, alteram-se alguns epítetos, pregam-se os nomes próprios, tempera-se o todo com um molho positivístóide, e temos uma Constituição para a República do Brasil – federativa e presidencial” .” (Bomfim , 1905, p. 271)

Mais adiante, tecendo comparações com a classe proletária europeia – sempre com o tom crítico e pessimista dos que questionam as injustiças sociais –, o nosso autor chega à conclusão de que mesmo as classes proletárias europeias disfrutam de uma melhor condição que as classes subjugadas latino-americanas. Em suas palavras:

“Por mais triste que seja a condição do proletário europeu, é inegável que, lá, ele tem por si umas tantas vantagens e garantias que lhe facilitam a vida: as cooperativas de produção e de consumo, as organizações sindicais que o protegem, certa facilidade e possibilidade de protestar contra a exploração capitalista, condições políticas que permitem uma maior atividade social, uma tal ou qual participação na vida da nação. Tudo isto o ocupa, o distrai o consola, inspirando-lhe esperanças. E a higiene, e a assistência pública, e o serviço de polícia são mais perfeitos. (...)” .” (Bomfim, 1905, p.277)

Este exceto aqui nos cai em cheio em nossos escopos de descobrir o entendimento de Bomfim para com a natureza do fenômeno imigratório. Continuando:

“De outro modo, só virão para a América Latina ou indivíduos cujo nível social e intelectual é sensivelmente igual ao dos infelizes que, desamparados, vivem nestes sertões extensos; ou os indivíduos atraídos por promessas falazes, e que, ao sentirem o contato deste meio, inferior e rude, se retrairão indispostos, mal encobrando o desgosto e provocando, assim, ressentimentos e ódios das populações naturais. Contemos também com os parasitas e exploradores; esses virão de mais em mais, enquanto a fraqueza e o atraso destes países lhes permitirem as traficâncias e maquinações...” .” (Bomfim, 1905, p.279)

Este trecho acima apresenta um teor bastante negativista, aproximando Bomfim do entendimento dos que enxergavam os imigrantes europeus que se prestavam a migrar para as terras americanas – e o Brasil, em especial – como exemplares das classes mais miseráveis e necessitadas de seus países de origem, os quais, iludidos por falazes esperanças de uma vida de progresso na terra para onde migravam, deixavam-se entrar nesta aventura na terra bravia, na qual encontrariam todas as suas ilusões ceifadas e permutadas por um amargo sentimento de desilusão; e, além do mais, Bomfim partilha deste entendimento pessimista de que os imigrantes que para aqui vinham eram majoritariamente membros da parte mais marginal e mesmo parasítica dos membros de seus países de origem, compostos de marginais e degredados.

Prossegue o autor mais adiante:

Temos de convir que é absurdo, reconhecendo que o estado político e econômico do país não é bom, pretender e esperar que os estrangeiros o venham reformar e organizar, educar e aperfeiçoar. Quem emigra, emigra para

melhorar de sorte, e não para organizar nações e fazer pátrias; e, quando o faça, há de fazê-lo para si, e não para quem se confessa por si mesmo incompetente. Os Estados Unidos podiam ter aproveitado muito da emigração; mas o certo é que, ao encaminhar-se para ali o forte da colonização, já o país apresentava uma nacionalidade pacífica, ativa, instruída, vivendo sob um regime civil e político tão livre e adiantado como os mais livres da Europa. O nível geral da sociedade americana era comparável ao dos países mais cultos. O emigrante não sentiria, ali, essa impressão desagradável, fatal a quem se transporta a um país rude e mal organizado. .” (Bomfim, 1905, p.283)

Aí se percebe o quanto Bomfim se afasta do sentimento de esperança que muitos apresentavam de que eles realmente viriam a se interessar em se integrar e amalgamar à matriz populacional das nações americanas. Opostamente a isto, ele apresenta uma visão também muito negativista e sem grandes esperanças de que os europeus viessem realmente melhorar o nível cultural – mas sem jamais analisar do ponto de vista racialista, e sim, sempre, pelo ponto de vista dos hábitos de cultura. Na verdade, ele já percebe que os europeus se adaptam de forma muito melhor a países com nível social e cultural e semelhante aos seus, como os Estados Unidos, do que a nações bem mais atrasadas e incompatíveis com o seu espírito avançado, como era o caso das nações latino-americanas – e o Brasil, em especial. Mais adiante, ele continua:

Pensam resolver o caso – escrevendo, em decretos, a “grande nacionalização” do colono; seria muito bom, se o decreto bastasse... A nacionalização política não importa para o caso; o essencial é a assimilação social, e esta só se obtém pela difusão da instrução, pela absorção das inteligências nas escolas – que os estadistas, no entanto, julgam desnecessárias (...)” .” (Bomfim 1905, p.284)

Claramente criticando o costume das autoridades em tentar solucionar os problemas que o processo de colonização por parte dos imigrantes através de decretos ineficazes e mesmo inexecutáveis, e sem o devido prezo pelo fomento do aperfeiçoamento educacional e dos costumes – o que os estadistas, predominantemente, negligenciavam e consideravam de somenos. As seguir, ele emite uma dura crítica a mais um erro comum por parte dos estadistas, tais como o conservadorismo e a falta de observação direta e efetiva da realidade social em que viviam os povos. Vaticina também o estado de desilusão e desestímulo que os colonos enfrentavam diante dos graves problemas com que se deparavam nas terras brasileiras, entregando-se à vida de vadios e com cada vez mais intenção de abandonar a nova terra e regressar aos seus lugares de origem:

“Nesta questão de emigração, o erro dos políticos vem, não só da falta de observação, como do conservantismo obscuro de quase todos. Não vêm, no caso, senão uma importação de braços. A expressão é técnica e preciosa. Os efeitos políticos e sociais da colonização não são compreendidos; pensa-se, apenas, nesta famosa importação de braços, que permitirá perpetuar um regime arcaico de lavoura, mantendo o fazendeiro no seu tipo – parasita, ignorante, ocioso, muito contente de viver das diferenças entre o preço do café e o salário do trabalhador. E esse trabalhador (que nenhum encanto pode encontrar na

vida de assalariado, vida que, por forma nenhuma, o prende à terra) não tem outra esperança que acumular o preço de três ou quatro anos de trabalho e voltar à pátria, ou ir parasitar pelas cidades, ou cavar indenizações. No fim de 50 ou 60 anos de uma tal lavoura, o solo está esgotado, a terra está cansada, a ignorância não sabe como fertilizá-la, o plantio não dá mais lucros, os colonos foram-se, o fazendeiro vai-se também, deixando ao banco, onde a hipotecara, a fazenda deserta – uma tapera.” (Bomfim, 1905, p.286)

Neste ponto seguinte, ele frisa outros pontos problemáticos da fixação dos colonos às novas terras, principalmente na sua inadaptabilidade à realidade social e cultural das terras brasileiras, mormente no que diz respeito ao desconhecimento do idioma do país, o que atrapalha bastante a comunicação destes estrangeiros com os nativos da terra a que imigraram.

Dir-se-á que, ao lado desta colonização, há outra, sedentária, dos que se fixam. – Sim, todos a conhecem; são, por exemplo, os núcleos que, no Brasil, existem no Espírito Santo, ou em Santa Catarina. No estado do Espírito Santo há povoados, vilas inteiras, de italianos ou polacos, vivendo tão miseravelmente e acanhadamente como as populações naturais, e mais tristes do que elas. É aí, nessas povoações, que se podem ver indivíduos de 16 ou 18 anos de idade, nascidos no Brasil, e não sabendo comunicar-se com os naturais, por não conhecer a língua do país onde nasceram e se criaram... Quando um país não está ainda suficientemente organizado, nem bastante desenvolvido e culto para assimilar as populações emigrantes, ficasse quieto, aceita-se os que vêm, e deixa-se de estar perturbando e embaraçando ainda mais a sua organização com a infusão de elementos heterogêneos.” (Bomfim, 1905, p. 290)

Percebe-se aí uma significativa coincidência – algo muito raro de encontrarmos – entre os entendimentos de Bomfim e de Romero, neste caso, com relação a como se deveriam se proceder os estabelecimentos de colônias de imigrantes no Brasil. Os dois entendem que deve haver como característica inescapável a assimilação e amalgamento dos traços culturais dos imigrantes com a cultura nativa em que estão se instalando. O que os afasta, notoriamente, é o fato de que Romero acalentava um sentimento bem mais esperançoso do que o que Bomfim demonstra – por sinal, como vimos acima, bastante pessimista e sem grandes esperanças de que os imigrantes europeus realmente se adaptariam e fixariam devidamente à terra brasileira.

Essas ideias o autor segue tecendo e remoendo paulatinamente no decorrer do texto, sempre se escorando em dados históricos factuais que não nos calha muito bem transcrever neste texto, para não o alongar além do necessário. Conforme dissemos, ao mesmo tempo que se aproxima de Romero no entendimento de que os homens de poder não se importam, mas mesmo governam contra as classes populares e em defesa de seus interesses mais mesquinhos, ele, de alguma forma, concede munição para que Romero encontrasse em sua argumentação este ponto de contradição que subsiste nas ideias de Bomfim: primeiramente, ele afirma que as nações latino-americanas são caluniadas pelos

européus, e agora, posteriormente, ele mesmo ratifica estes conceitos a que chamou de calúnias e difamações. Mas, devemos calhar, esta contradição também se encontra presente em Romero: ele frisa esta contradição de Bomfim, mas, ao mesmo tempo, ele mesmo compartilha dessas ideias de Bomfim, frisando-lhe a contradição simplesmente com o escopo de desmerecê-lo, sem se lembrar – ou procurando esconder – de que ele mesmo afirmou coisa semelhante a respeito dos povos latino-americanos, e brasileiros em especial. Ambos traçam uma imagem muito negativa do homem público e da nação brasileira, mas pautam-se em entendimentos e explicações diametralmente opostas para elucidar a razão desta realidade e dos caminhos que se devem tomar para tentar superá-la e levar os povos latino-americanos – e o brasileiro, em especial e maior ênfase – a tempos bem melhores que a condição deprimente em que se situavam naquele momento histórico, no entendimento de ambos os autores, que compartilham desta postura pessimista da condição histórica em que eles se situavam.

SILVIO ROMERO VERSUS MANOEL BOMFIM

Justamente neste ponto que incide o ponto nodal em que estamos amarrando os entendimentos e interpretações de Romero aos de Manoel Bomfim – e destes todos às conclusões que as análises dos anais parlamentares nos levarão a alcançar. Perceberemos que as características que conferiram prestígio e relativa aceitação de ideias como as que Romero defendia se procedem paralelamente aos motivos pelos quais pensamentos avançados como os de Manoel Bomfim estiveram tão marginalizados à sua época. Bem como os motivos de as ideias de Bomfim soarem tão contemporâneas hoje são os mesmos que nos fazem enxergar Romero como tão ultrapassado e obsoleto nos dias atuais. Os que se enquadram fidedignamente ao seu tempo tendem a ser esquecidos posteriormente, ao passo que os avançados e esquecidos em seu tempo tendem a ser revalorizados e redescobertos em dias pósteros – como é o caso de Manoel Bomfim.

Para fecharmos esta nossa análise, concentremo-nos no entendimento de Bomfim para com o processo de imigração de europeus para o Brasil, aprofundando um pouco mais a nossa própria análise, e terminando de compará-la com os entendimentos de Romero.

De um modo geral, permanece marcante na argumentação de Bomfim – sem embargo das suas analogias biológicas – um enorme prezo por entender os processos sociais do ponto de vista cultural, como construtos de um processo histórico, jamais como algo inato de natureza biológica – tal como, ao gosto do seu tempo, tendia a entender Romero os racialistas de um modo geral. Para Bomfim, as características humanas são construções sociais e históricas. Dessa forma, toda a culpa do atraso civilizacional brasileiro e latino-americano advém de todo esse processo histórico que acompanhamos nesta nossa análise, enquanto vítimas e jamais como culpados de seu atraso.

Confrontemos agora mais diretamente o pensamento de Bomfim ao de Romero e vice-versa. Uma ferramenta que se nos afigura muito pertinente para tal é seu opúsculo de contestação à obra América Latina, uma larga obra de total refutação e desmerecimento das ideias de Bomfim.

Neste referido opúsculo, mais extenso do que o Alemanismo, Romero procura de todos os modos desmerecer e aniquilar toda a argumentação de Bomfim no que concerne

aos seus conceitos de parasitismo, tachando suas ideias de sofismas e conjunto de mentiras e disparates, atacando os seus pontos de defesa e tecendo mea-culpas nos autores que Bomfim refuta frontalmente – mormente aqueles que defendem a existência de hierarquias entre as matrizes étnicas humanas, como Gustave Le Bon, e todos aqueles por que Romero demonstra seu maior prezo.

Inicia a partir desses pontos as críticas incisivas e inclementes à obra de Bomfim:

O auctor da America Latina suppõe haver atinado com a raiz primaria dos alludidos males sociaes e políticos e haver descoberto o remédio adequado á sua extirpação. Etiologia e therapeutica infalliveis, a seu vêr e de muitos que, por falta da precisa cultura, andam ahi boquiabertos deante d'essa inesperada prova da sabedoria indígena. Passado o primeiro momento de effusão no clan litterario e profissional de que faz parte o auctor do livro encomiado, já é tempo de sobra para dizer a verdade e mostrar que o novo producto do joven professor não passa de um acervo de erros, sophismas e contradicções palmares. Falsa é a sua base scientiflca, falsa a ethnographica, falsa a histórica, falsa a econômica. .” (Romero , 1905, p.5)

De imediato, Romero acusa Bomfim de contradição, uma vez que afirma que as nações latino-americanas são alvo de calúnia por parte dos europeus, ao mesmo tempo em que, ele mesmo, segundo Romero, pinta a situação dos latino-americanos com tintas bem mais escuras do que os próprios europeus a pintam. Neste mesmo teor, ele procura gradativamente desmerecer toda a argumentação de Bomfim, esquecendo-se de que ele mesmo, Romero, não pinta a situação das nações latino-americanas, e do Brasil, em especial, com tintas menos sombrias. Na verdade, ele incide esta contra-argumentação, em que se escora todo o seu ataque às ideias de Bomfim, e a sua defesa dos autores que Bomfim ataca, toda neste princípio de que Bomfim se contradiz no desenvolvimento da obra do que ele afirma logo no início, como maneira de se mostrar persuasivo de que as ideias de Bomfim são sofismas e mentiras sem comprovação nos fatos – quando, na verdade, Romero procura manipular os fatos e enviesá-los de modo a parecer que eles sustentam irrefutavelmente seus pontos de vista racistas e cientificistas. Na verdade, toda a sua argumentação segue um viés muito enfático e dogmático, tomando os seus preceitos e postulados como verdades inquestionáveis, típicos da postura de Romero de considerar seus pontos de vista precipitados e baseados integralmente nas doutrinas dos grandes autores em voga de seu tempo, e generalizadas de maneira apressada e sem a real comprovação em estudos empíricos aprofundados, como se fossem originais de sua lavra, e evidentes por si mesmos, uma vez que contam com prestígio naquele determinado momento, e poucos terem acesso no Brasil daquele momento às obras originais dos autores em que Romero beberica e ruma açodadamente como um grande divulgador

das ideias europeias, e, simplesmente por conta disso, arvorando-se na condição de grande intelectual e dotado da verdade inquestionável que a sua postura científicamente positivista lhe faz arrogar a si mesmo.

Quem aborda a fatigante leitura da America Latina é para logo surpreendendo por uma contradicção intrínseca, visceral, orgânica de todo o livro, contradicção que o vicia e corrompe de principio a fim. Refiro-me ao facto de apresentar o auctor a America, Latina como a victima da calumnia europêa e, ao mesmo tempo, como cheia das mais deprimentes mazellas. As duas coisas se repellem: se a America é uma cáumniada, é que os males que lhe assacam os europeus não são verdadeiros; e, se estes são verdadeiros, ella deixa de ser uma victima da má vontade do Velho-Mundo, BOMFIM, ." (Romero, 1905, p.8)

Seu prezo por desmerecer as ideias de Bomfim, pode-se perceber, obedece ao seu escopo de satisfazer suas vaidades intelectuais, uma vez que, ao supostamente refutá-las e mostrar a sua condição de sofismas, ele estaria reforçando os pilares em que a suas ideias racialistas se escoravam, acusando Bomfim de atacar injuriosamente ideias como as de Le Bon, e as de todos os autores racialistas em que suas convicções se baseavam, levantando contra elas a defesa dos explorados e injustiçados. Na verdade, com esta acusação de que Bomfim se contradiz, Romero procura camuflar e desvirtuar o sentido em que flui a argumentação de Bomfim – tomando-se em conta que Romero entende a inferioridade das nações mestiças como um fato biologicamente inato das referidas nações, enquanto Bomfim procura demonstrar que elas foram um construto cultural e social erigido por um longo processo histórico de espoliação, jamais um fato biologicamente irrefutável a que os latino-americanos estariam naturalmente fadados a sofrer como um destino inexpugnável.

Leia-se toda a primeira parte do volume, intitulada A Europa e a America latina, -e repare-se que ahi esta porção do planeta é a misera victima da petulante má vontade e do vêsio de calumniar que a seu respeito nutre a Europa. Escusado é citar;, é só ler quem quizer os dois capítulos da referida parte, denominados— A opinião corrente e — Conseqüências da malevolencia eurppêa. Não resta a menor duvida: somos uns calumniados, o que não impede que, nos três quartos seguintes do livro, sejamos pintados como uns pobres diabos cheios de terríveis vícios e defeitos. ." (Romero, 1905, p.10)

Este é, aliás, um ponto-chave de diferencia diametralmente as de Romero e Bomfim: a visão professada por Romero se arroga a uma condição de verdade absoluta, uma vez que se entende baseada em princípios irrefutáveis e evidentes por si mesmos – que é teor em que consiste todo o ataque que Romero dirige virulentamente contra Bomfim –, ao passo que o ponto de vista de Bomfim sempre se sustenta numa premissa relativista e se baseia num método genealógico, em que demonstra que todos os construtos humanos são edificados num longo processo histórico, que faz com que visões precipitadas e

superficiais como as de Romero, ao não procurarem encontrar as raízes profundas do fenômeno – mas apenas se contentar com as suas manifestações externas e efêmeras –, acreditarem que elas são evidentes por si mesmas apenas por seduzirem mais os seus olhos embaçados, que acreditam que aquilo que parece mais óbvio momentaneamente é irrefutavelmente a natureza real e plena daquela realidade.

E' o que se vae mostrar á evidencia, sine ira ac studio, para reivindicção dos direitos dos factos, das doutrinas, da verdade, cruelmente desvirtuados no livro do psychologo do Pedagogium. Seguirei na analyse, ora emprehendida, o stricto methodo objectivista de mostrar a verdade rigorosamente documentada. Não é o talento do auctor que vae entrar em jogo; é, sim, a pouca segurança de muitas de'suas vistas, a erronía das suas doutrinas capitães, a falsidade da mór parte de seus conceitos, a precipitação de suas conclusões, o nenhum valor das fontes em que bebeu. .” (Romero 1905, p.11)

Ainda mais que a sua refutação de Bomfim procura defender todos os cânones de ideias de que ele se apropria como se delas ele tivesse algum mérito ou supostamente fossem de sua autoria – uma postura que se pode perceber ainda hoje em muitos incapazes de formular ideias originais, que se preocupam mais em proteger a legitimidade das ideias de seus manuais de conceitos como forma de captar para si algum mérito por sua postura perdulária, e minimizar a incompetência de sua pobreza intelectual diante de mentes que, brilhantemente rebeldes, questionam frontalmente paradigmas tomados como preciosidades intocáveis, e, por isso mesmo, arrojam-se ao ofício inclemente de desbravar novos caminhos em meio às tacanhas mentes conformistas e conservadoras que procuram brilhar como meros espelhos refletores do mérito alheio – como é o caso de Silvio Romero e “suas” ideias racialistas.

Com esta postura de Romero, que traçamos acima, ele garantiu seu prestígio em maior parte dentro daquilo que era voga em seu tempo – e atacando enviesadamente as ideias de Bomfim, reforçamos novamente, ele supostamente se vangloria, engrandecendo-se diante da crítica que, ao seu ver, lhe daria a palma da razão no caso.

Comparativamente a Bomfim, Romero deixa muitíssimo mais claro e inequívoco o seu entendimento com relação ao processo imigratório – principalmente por dedicar-se sistematicamente a este tema neste opúsculo do Alemanismo. Em Bomfim, o seu entendimento sobre o processo imigratório fica bem mais subsumido, tácito, e notadamente com uma interpretação e entendimento diametralmente opostos aos de Romero.

ANÁLISE DAS ATAS PARLAMENTARES

De um modo geral, a análise das atas parlamentares nos vem conduzindo a um panorama que muito pode se mostrar significativo das nuances e pluralidades de visões que eram predominantes não apenas entre as discussões parlamentares, mas do âmbito político para além das discussões puramente ocorridas nos plenários parlamentares. A sua análise nos vem levando a um entendimento de que tanto os entusiastas quanto os críticos da política imigratória de europeus ao Brasil se dividiam grosso modo entre um grupo que se valia de estereótipos tanto para ressaltar qualidades e vantagens do trabalho assalariado de imigrantes, tanto quanto de outro grupo que também se valia de estereótipos para, opostamente, enfatizar a natureza de marginais e escória da sociedade europeia que, segundo eles, os imigrantes representavam.

Nossa leitura dessas atas está pautada pela temática que abordamos na presente dissertação, de modo que estaremos sempre filtrando e selecionando os elementos destas fontes dentro daquilo em que elas se encaixem ao nosso escopo. No universo da nossa temática, o fenômeno imigratório de europeus ao Brasil no momento de passagem do século XIX para o século XX, essas características que pontuamos acima se encontram bem presentes na maneira como os parlamentares debatem a política imigratória que se fomentava naquele momento histórico.

Manifesta-se fortemente esta tendência em se basear em ideias estereotipadas tanto para enaltecer a figura do imigrante europeu que aqui chegava tanto quanto para depreciá-lo e desmerecê-lo. Os que defendiam enfaticamente a vinda dos europeus enalteciam e muitas vezes exageravam o lado positivo deste processo, valorizando com grande enfoque as qualidades e benefícios que o imigrante traria para a economia nacional, bem como – da parte dos racialistas – serviriam como maneira de branquear e arianizar a população brasileira. Os que a rechaçavam, exageravam, por sua vez, o lado sombrio e negativo, e ignoravam grandemente o lado positivo, sempre o refutando incisivamente nas suas incongruências e praticamente ignorando as suas respectivas contradições e inconsistências – principalmente quando o lado oposto os enfatizava para defender seu ponto de vista antagônico.

As discussões sobre o fenômeno imigratório nas atas parlamentares aparecem com certa frequência no decorrer das páginas dos anais por nós aqui selecionadas. Isto o que tomamos como argumento para utilizá-las e em empregá-las com ênfase em nosso estudo. É justamente no estudo destas atas que procuramos trazer nossa principal contribuição científica e acadêmica através de nosso estudo. Aprofundamos nas páginas seguintes a leitura e interpretação dessas atas, de modo a demonstrar todas estas características que pontuamos até agora concernentes a isto, bem como sua interrelação com o campo intelectual. Em linhas mais específicas, a relação entre o campo político em que se situam estes discursos parlamentares e o campo intelectual.

Iniciamos nossa análise destas amostras das atas parlamentares que coletamos com um exemplar amostral do conflito em que se colocavam os parlamentares em mostrar o seu zelo pela causa pública e se afanar e tentar se afastar ao máximo das acusações de que se nutriam de verbas públicas para usufruto particular – ou de que surrupiavam os cofres públicos, para nos expressarmos sem eufemismo. No caso, há uma queixa aqui de que o mecanismo de se apegar “às tetas do erário público” se faziam ao custo destes contratos onerosos para os cofres públicos que se impetravam para com as companhias de imigração dos finais do período monárquico e início do republicano.

Destaca-se nestas primeiras páginas que tomamos como amostra o nome de João de Siqueira⁵, parlamentar que aparece nestas atas como autor de projeto de lei para se fecharem os portos à imigração de asiáticos e africanos. Estas menções no texto da ata se fazem com acentuada brevidade, distintamente do que ocorrem com as transcrições das falas dos parlamentares, que, quando surgem no texto da ata, assim surgem com maior prolixidade e expondo de forma clara o seu gosto pela retórica e pelo tom de bravejo e conflito com os seus apaniguados.

Transcrevemos, selecionando o máximo que pudemos, um excerto dos anais que adiante interpretamos devidamente:

⁵ Mandatos (na Câmara dos Deputados):

Deputado(a) Federal - (Constituinte), PE, Dt. Posse: 15/11/1890; Deputado(a) Federal - PE, Dt. Posse: 11/05/1897; Deputado(a) Federal - PE, Dt. Posse: 03/05/1909; Deputado(a) Federal - SE, Dt. Posse: 02/05/1912.

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

Auditor de Guerra; Chefe , Polícia do Estado, BA; Juiz , Apelações do Território do Estado, AC; Juiz, Comarca Municipal, Pelotas, RS; Major , Exército Brasileiro.

“Sessão em 6 de Outubro de 1891

(...)

Qual é então a immigração que querom, exclama o orador; a immigração dos sabios, fabridos barguezes, dos capitalistas? Os que assim aryozonin não são homens praticos, mostram conhacer bem pouco o assumpto que mais se impõe à meditação e ao estudo dos homens que taem a responsabilidade da administração publica.

Esta phrase-immigração a tanto par cabeça não tom nenhum valor moral para deter- minar o repudio do systema seguido palo orador menos sabia do que leviana.

Em verdade, tratando-se da introdução de immigrants, é claro que o transporte delles davosar regulado pela somma de despeza que nada um delles fiser, tanto como qual- quer outro passageiro por via marítima terrestre. A causa parece antes dirigir-se

A qualidade pessoal do immigrant, suposto que pretendia-se excluir da immigração subvencionada, os individuos mãos ou incapazes pela idade ou por doença. Mas, não fez outra cousa o acto de 28 de junho, que expressamento instituiu:-1º a ex- clusão des indigenas da Africa e Asia; 2 a preferencia para as familias constituídas e a estas prefertudo-se as que que forem agricul torus; 3 a exclusão dos criminosos, dos mendigos e indigentes, dos enfermos ou com defeitos phisicos.

Para sobrelevar n face humana que o orador imprimiu a todos os actos que instituiu em relação no serviço de immigração, basta alludir an premio de cem mil francos, que ereon na disposição 16, da lei de 28 de junho, de em favor da emprazn navegação que trans- portar durante una ango 10.000 immigran tas pelo menos, sem ter havito reclamação a respeito das lagagaus e de tratamento a bordo. Os que alludem tão superficialmente no que einmam trafico dos brancos, estão em verdade bem longe das noções elementares que conduzem á solução do problema do povoamento, consagradas pela observação secular e continuadas até hoje,se, como parece, opinam pala selecção dos individuos que devem vir povcar os desertos do Brazil. Conhecem provavelmente a immigração da puritanos que a in dirigiram da Europa para a America. Ingleza e imaginom que esse agrupamento de homens familias submettidas a uma m guntsação ecclesiastica especial, foram os unicos povoadores da União Americana. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, p. 131)

Este excerto é bem pertinente aos escopos de nossa análise. Aí ficam marcantes os traços que viemos assinalando a respeito de como se constituem os discursos parlamentares de um modo geral. Um lado costumeiramente se arvorando de entendido e crítico do lado oposto, que, por sua vez, é geralmente tachado de pouco entendido do assunto e por muitas vezes também tachado de leviano em suas colocações. Neste trecho em especial se percebe um reproche a um entendimento da parte oposta que demonstra, aos olhos deste que discursa, um entendimento pouco prático e sem muita meditação da parte do processo de implantação de colônias de imigração. Ao mesmo tempo em que defende seu ponto de vista, procura reprochar veementemente o lado oposto, que, ao seu entender, era o que realmente se encontrava equivocado dentro da controvérsia que ora se instala no debate.

Neste outro se pode testemunhar um debate em que dados históricos são expostos com considerável erudição por parte de um parlamentar para demonstrar um ponto de vista que logo após interpretamos:

Sessão em 6 de Outubro de 1891

(...)

A propria America do Sul, cujas nacionalidades e Iustituições politcas testemunham o desenvolvimento moral de suas sociedades, foi povoada por deportados civis, por crimi- nosos e por aventureiros avidos de metaes preciosos.

No Brazil, observa notavel economista, reservado pelos portuguezes para deportação dos condemnados judeos, as colonias voadas por elementos irregulares, dissidentes e criminoses, prosperaram muito mais depresso do que aquellas quo foram pela metropole dirigidas com cuidado desde a infancia.

O mesmo economista, estudando as causas da decadencia do Nortto do Brazil, e das minas do diamantes do Sul, assim se exprime of mineiros mais intrepidos e opiniaticos foram os paulistas, raça oriunda de condemnados deportados o de mulheres indias, possuindo todas as qualidades e todos os defeitos des dous elementos de que descendiam: uma ener gia quasi selvagem, gostos de aventurus, independencia lavados ao extremo, a costumes republicanes. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, p. 132)

(...)

Neste ponto aprofundamos a exposição do debate que havia da parte dos que analisavam e julgavam o processo de imigração – dentro dos estereótipos referentes a essa visão – sob o ponto de vista negativo de que se tratava de uma trasladação de elementos perniciosos e corruptos de suas localidades de origem que, por sua vez, serviriam apenas para constituir num reduto de delinquentes e expatriados rejeitados de suas localidades de origem, de modo a fazer de seus destinos verdadeiros depósito de degredados e enjeitados, enquanto que a parte oposta argumentava que o processo não se procedia bem assim, mas que se filtrava e seleccionava devidamente aqueles que poderiam beneficiar as terras de origem com o seu trabalho.

Apesar de não se situarem em datas idênticas, estes discursos parlamentares se situam cronologicamente muito contíguos à época em que Romero e Bomfim publicaram as obras que analisamos nas seções anteriores desta abordagem dos dados documentais de nossa presente dissertação. Portanto, o espírito que permeia esses discursos parlamentares se situa em momentos quase concomitantes ao momento em que Romero e Bomfim elaboraram seus julgamentos e pareceres a respeito da questão imigratória europeia.

Permita-se mais esta citação, para reforçarmos ainda mais nosso argumento:

Sessão em 8 de Outubro de 1891

Há outros estados que precisam mais do que Pernambuco, e que entretanto foram contemplados com insignificantes quantias.

O SR. AZEREDO Isso é uma injustiça.

O Sr. PACIFICO MASCARENHAS⁶-Pernambuco é um dos estados mais prosperos da União, e só para suas estradas de ferro se consigna cerca de 6.000:000% no orçamento SR. TOLENTINO DE CARVALHO⁷-A Estrada de Ferro Central de Pernambuco é uma estrada muito importante.

SR. PACIFICO MASCARENHAS-Não duvidos mas sem duvida alguma a Estenda de Ferro Central do Brazil é muito mais importante do que a de Pernambuco entretanto a comissão entendeu que devia reduzir a 2.000.000\$ a verba de 3.000:0005 que o governo pediu para o seu prolongamento. A Estrada de Ferro Central do Brazil serva além disso a multos estados (...).(ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, V. 4)
(...)

Neste trecho fica mais marcante o discurso técnico e recheado de dados estatísticos de uma parte que assevera que o processo de imigração traz grandes benefícios à economia brasileira, e defende as despesas que se mostram empreendidas ao lado do investimento de estradas de ferro, demonstrando que eram investimentos que trariam bons frutos no futuro, principalmente no que compete ao processo de povoação do imenso território brasileiro, naquele momento bem mais virgem e despovoado nas faixas interioranas que ainda em dias atuais. Principalmente, também, como nova força de trabalho para fomentar o avanço e crescimento nacionais.

Prosseguimos com mais este trecho, para solidificar nosso embasamento documental em que se procedem nossas análises:

Sessão em 5 de Outubro de 1891

⁶ Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas nasceu na fazenda São Sebastião, no município de Curvelo (MG), em 7 de janeiro de 1843, filho de Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas e de Policena Ferreira Pinto Mascarenhas. Seu irmão Bernardo Mascarenhas foi um importante empreendedor no município de Juiz de Fora (MG), onde fundou em 1888 a Companhia Mineira de Eletricidade e a Companhia de Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas. Também construiu a Usina de Marmelos, primeira usina hidroelétrica da América do Sul, e foi um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Outro irmão, Sebastião Gonçalves da Silva Mascarenhas, foi deputado geral de 1885 a 1889 e deputado federal de 1909 a 1917. Estudou no Colégio do Caraça, localizado na serra do Espinhaço, em Minas Gerais, e depois formou-se em medicina. Iniciou-se na política por volta de 1870, ao ser eleito vereador e presidente da Câmara Municipal de Curvelo. Em 2 de fevereiro de 1871 casouse com Catarina Diniz Couto. Em 1886 foi eleito deputado geral pela província de Minas Gerais. Reeleito para as legislaturas seguintes, exerceu o mandato até a proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

⁷ Francisco Tolentino

Nasceu no dia 14 de julho de 1845, em São José/SC. Filho de João Francisco de Souza e de Maria Clementina Vieira de Souza.

Com o professor João Clímaco Zuzarre realizou os estudos primários e secundários. Começou a trabalhar no comércio, aos 18 anos, no estabelecimento de [José Bonifácio Caldeira de Andrada](#) e de Antônio José da Silva Júnior. Francisco formou sociedade comercial com Antônio Ramalho da Silva Xavier, mas se desligaram em 1865.

Casou com Maria das Mercês da Câmara e Souza e tiveram os filhos: Raul; Maria Cherubina; Eponina Amélia (casada com Joaquim Pinto de Lemos); Atíla Emília; Álvaro; Oscar; Lia Eugênia; Alpheu; Tito; Aída Alice; Edith Licínia; Olga Albertina; Alcides e Ary, todos "Tolentino de Souza". Os filhos Ary e Álvaro dedicaram-se ao jornalismo. Sua esposa era irmã de [João Pedro Xavier da Câmara](#) (Deputado na Assembleia Legislativa Provincial catarinense) e de Ana Ernestina Xavier de Oliveira Câmara (casada com [Antônio Luís Ferreira de Melo](#), Deputado na mesma Assembleia).

(...)

delles depende a grandeza da nossa pátria. (Apoiados.) A nossa lavoura e as industrias lutam comas maiores difficuldades pela falta de braços e de vias de communição, sso poderão prosperar quando forem dotadas desses meios indispensáveis para o con desenvolvimento e progresso. Os sacrificios que fizemos com a viação forras, navegação dos DOSSOS 1505 Immigração serão em pouco tempo tempo largamente compensados pelo grande augmento da producção nacional e da riqueza pinblica. (Apoiados.)

Cumpre, porém, que haja a maior e a mais escrupulosa fiscalisação de taes serviços a tim de que não haja estanjamentos dos dinheiros publicos e na despezas que não tragum resultados para o paiz.

(...)

Os nossos consules residentes nos portes do embarque de immigrants davam exigir dos que se destinam ao Brazil certidão de haverem deixado em seu paiz ama profissão util, o no sou desembarque devem passar por por um exame medico afim de que sejam repatriados invalidos à custa dos contractantes, (Apoiados.)

(...)

O SR. MANOEL FULGENCIO⁸ Tal idea é repellida não só por Minas, como por todo o paiz

OSA. PACIFICO MASCARENHAS-Para justificar o arrendamento da estrada Central, o nobre sanador allegou que as suas rendas, não correspondem ao capital nella empregado, que é excessivo o seu pessoal, e finalmente que o governo não pode dirigir empresas de tal ordem.

⁸ **Manoel Fulgêncio Alves Pereira** ([13 de junho de 1841](#), [Minas Novas](#) - [17 de setembro de 1928](#), [Rio de Janeiro](#)), foi um fazendeiro e [político brasileiro](#), filho do Coronel da Guarda Nacional Francisco Alves Pereira e Ana Rosa de Jesus.

Além de ser um dos Deputados com maior número de legislaturas no Brasil, sendo 12 mandatos subsequentes, foi também professor de Latin e Francês, advogado criminalista, Promotor Público no foro de Rio Pardo e em Grão Mogol. ^{[1][2][3][4][5]}

Casado com Emília da Cunha Fulgêncio Alves Pereira, tiveram sete filhos:

- Belizário Fulgêncio Alves da Cunha (1890-1960), dentista e latifundiário em Araçuaí, Minas Gerais, casou-se com Augusta Martins Fulgêncio e tiveram oito filhos.
- Tito Fulgêncio Alves Pereira (1862-1944), Desembargador e brevemente Deputado, foi Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais^[6].
- Ana Rosa Fulgêncio Alves Pereira.
- Leônidas Fulgêncio Alves Pereira.
- Franklin Fulgêncio Alves Pereira, dentista, primeiro prefeito eleito de Araçuaí, Minas Gerais, administrou o Município de 1930 a 1945.
- Epaminondas Fulgêncio Alves Pereira.
- Alzira Cunha Peixoto.

Ao longo de sua trajetória política na Câmara de Deputados foi também o agente Executivo de Araçuaí, Minas Gerais, onde também era fazendeiro.

Eleito Deputado à Assembleia Provincial de Minas Gerais da 18ª à 25ª legislaturas entre 1870 e 1885 como membro do Partido Conservador, ainda durante o [Império](#).

Aderiu-se como entusiasta á instauração da República no Brasil e então como filiado ao [Partido Republicano Mineiro \(PRM\)](#) foi eleito Deputado Federal por Minas Gerais nas eleições ao Congresso Nacional Constituinte tomando posse em 15 de Novembro 1890.

Manoel Fulgêncio Alves Pereira foi membro ativo e signatário da primeira [Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 24 de Fevereiro de 1891](#).

Reelegeu-se da 1ª à 13ª legislatura como Deputado Federal pelo 7º Distrito de Minas Gerais (1891 – 1928) e permaneceu no Congresso Nacional até o fim de sua vida, sendo um caso excepcional de parlamentar que acompanhou, ininterruptamente, a representação estadual em todas as legislaturas da [Primeira República do Brasil](#) (1891 a 1930).

Faleceu aos 87 anos, após mais de 50 anos de vida parlamentar, em 17 de Setembro de 1928 em sua casa no Rio de Janeiro sendo sepultado no Cemitério São João Batista.

Todos quanto de perto apreciam as aptidões dos immigrants que ultimamente tomamos recebido, sabem que cerca de 50% são completamente estranhos à agricultura, outros preceitos rudimentares desconhecem. Quando assim me pronunciava, Sr. presidente, um illustre collega, em aparte, lembrou que não bastava criticar (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, p. 205)

Percebe-se a grande relevância que o tema da imigração apresentava nos debates de outubro de 1891, em que ocupa consideráveis trechos das atas. Pode-se afirmar que era um assunto que estava na pauta naquele momento, discutido energicamente e sempre com estes visos de fomentar um futuro promissor para a nação, com presença sólida de dados estatísticos e uma argumentação apaixonada e asseclada de um lado que marcadamente se encontra em conflito com um antagônico, ambos tentando se arvorarem de dotados da razão enquanto que o outro esteja equivocado, neste costumeiro embate de gato e rato que constitui o debate político-parlamentar até dias atuais. Transcrevamos mais uns trechos, agora mais comedidamente, pois eles acabam se tornando redundantes quando expostos exaustivamente. Nosso esforço com isto é, porém, o de legitimar com lastros documentais todas essas afirmações por nós erigidas nesta análise.

Permanece presente aqui também o entendimento de que os imigrantes, de um modo positivo, seriam grandes auxílios como força de trabalho para o progresso deste emergente país a ser edificado naquele momento histórico. Neste mais outro abaixo, ficam marcantes as características do levantamento de dados estatísticos para reforçar essa argumentação de que os imigrantes seriam grandes reforços de mão-de-obra para fomentar o progresso econômico da nação brasileira:

Sessão em 12 de Outubro de 1891

(...)

Para animar no país a imigração europeia, de accordo com o art. 35 n. 2 da Constituição da Republica, ficando a cargo dos estudos, em que os há, segundo as vertas da tabella, os respectivos serviços de inspecção, hospedarias, desembarque, transporte interno e collocação dos immigrants, nucleos colonias nelles existentes, medições de Baas tar rus, construcções de casinhas le casinhas e casas dos nu cleos, 3.600:0005000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1. As vagas de empregos rivis que de ors em deante so derem nus repartições subordinadas ao Ministerio da Guerra Guerr e que não sejam de de accessos por direitos adquiridos de nomeação. mediante concurso, serão exclusivamente preenchidae por ollicines a praças reformadas ou honorarios, com ser- viços de guerra, que possuam as necessarias habilitações.

51. Memo no caso de concurso, em igu aldade de condições, serão aquelles os pre- feridos.

§ 2. Na falta de reformados e honorarios.

esta preferoncia se estenderá ás ex-praças de bon conducta. 53. O logar de director geral da secre

taria de Estado será de livre escolha do governo, ficando garantido acuntes em pregados da mesma asortoria da Contadaria Geral da Guerra o acesso alé no cargo de chefe de senção.

Art. 2. Revogaan-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 6 de outubro de 1801. Felisbello Freire-Baptista da Motta.

(...)(ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, V. 4)

Esta outra reforça o sentido de embate nas discussões que se aferravam entre os parlamentares, sempre com este tom combativo de defensor de seu lado e atacante do lado oposto:

(...)

Presentemente os paulistas não precisam fazer e não fazem questão da qualidade dos immigrants, porque todos alli se tornam bons, graças ao exagero que ha na remuneração do trabalho o quo olles querem a immigração em grande quantidade.

O SR. PIRES DE ALBUQUERQUE -Como fazer a descriminação entre a home o mão immigrant antes do embarcarem elles para cá?

O SL. ANTÃO DE FARIA Com o systema em vigor causa descriminação é realmente difficil, mas ainda assim ha um recurso pora evitarmos que os mãos aqui. Pelos contractos existentes os introductores de immigrants são obrigados a repatriar sua custa os que não são agricultores on não tenham aptidão para as diversas industrias.

UM SR. DEPUTADO- Isso seria a pior propaganda contra a immigração.

OSR. ANTÃO DE FARIA- Isso prova que o systema actual para resolver o problema do pornamento do solo brasileiro a mão e o aparte do nobre deputado é um grande argumento em favor das opiniões que tenho sustentado no sentido de modificar-se esse systema, do qual resulta, como lembra o illustre apartista, que para evitar um grande mal, qual o de contaminar a sociedade brasileira de tão maos elementos, é preciso pra ticar um mal talvez the inconveniente, como saja o de repatriar individuos que na Europa levantam contra nós uma campanha de dina mação.

A medida salvadora a adoptar-se & sambar com a immigração contractada a tanto por cabeça, da qual resulta essa verdadeira caçada de homens que os introductores de immigrants fazem nó velho mundo. Adopte-se o systema que indiquei no meu ultimo discurso o teremos dentro de pouco tempo estabelecido immigração expontaneo, que nos trará o trabalho, com o pessoal emprehendedor laborioso, ao augmento da fortuna publica pelos capitaes que com essa população havemos de importar fatalmente.

(...)(ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, V. 4)

Pudemos perceber neste excerto acima um exemplar bastante significativo de discurso em que são frisados com ênfase os estereótipos elencados por parte daqueles que, uma vez contrários ou profundamente críticos da maneira como se procedia o processo imigratório, procuravam sempre frisar que os imigrantes europeus que vinham para o Brasil eram em grande parte constituídos de elementos marginais e degredados dos seus países de origem, e fica ilustrado um diálogo entre parlamentares versando sobre de que forma se poderia designar quais seriam os indivíduos adequados para serem enviados como mão-de-obra qualificada para auxiliar no progresso do país, e não os degredados

indesejados que os que advogavam contra o envio de imigrantes costumeiramente evocavam como álibis para desmotivar a vinda de imigrantes para o Brasil.

Seriam os adequados prioritariamente os que fossem agricultores e operários, ou seja, força de trabalho qualificada que realmente interessaria aos escopos e interesses do processo imigratório.

Vejam os mais este outro:

(...)

Sessão em 19 de Outubro de 1891

E de duas elle propos essa demissão e não foi attendido, polo que devesse immediatamente abandonar cargo onde não podia manter-se com a precisa forgo moral. ou tinha a conbança confiança do ministro a neste caso si o empregado que prevaricou não está demittido é porque a sua demissão não fol exigida.

O SR. B. DE MENDONÇA E porque esse empregado naturalmente justificou-se. O SL. ANTÃO DE FARIA⁹ -Mas, si assita fol devia ter sido demittido o demittido o ajudante que 002- Armou As accusações feitas pelo denunciante. Bem vâ o nobre deputado que ha em tado isto provas exuberantes da anarchia que reina no serviço de terras e colonisação.

UM SA. DEPUTADO V. EX. não o risou no Rio Grande do Sul?

O SB. ANTÃO DE FARIA-Não tive tempo para isso. Nomeado ado pelo Sr. Demetrio Ribeiro, 80 exerci as funções de superintendente até o dia em que S. Ex. abandonou o ministerio, a meu pedido to fui esse amigo exonerado. A minha administração durou menos tempo do que a deste ministro, alias, esteve no governo quarenta e tantos dias apenas. A desordem que encontrei era tal, as medidas a applicar para regularisar o ser viço eram de tal gravidade, que entendi de meu dever levar ao conhecimento do ministro as irregularidades que se davam e pedir a minha substituição por pessoa que só e exclusivamente se occupasse daquelle ramo de serviço no meu estado, o que eu não podia fazer, visto como estava então a testa tambem dos serviços de fazenda e obras publicas.

Cheguei mesmo a redigir telegramma no ministerio neste sentido, telegramma que não teve destino por ter o Sr. Viseonde de Polotas, então governador, appolludo para o meu patriotismo, exigindo que continuasse, pelo manos até cessar a perturbação que havia em alguns nucleos, devida ao atrazo dos pagamentos.

Durante a minha curta administração concorri para o restabelecimento da tranquillidade nas colonias Caxias e Antonio Prado, conseguindo que fossam feitos saes pagamentos; combati sempre o augmento de pessoal na delegacia e commissões de terras, glose despezas injustificáveis, prohibi o abuso que se dava com a prática estabelecida de qualquer empregado das commissões assignar vales autorisando os negociantes a fazerem adiantamentos 50% colonos, pratica pela que abria â desenfreada gatunice de que eram victimas constantemente o Thesouro e o misero immigrante.

(ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, p. 432)

⁹ FARIA, Antônio Gonçalves de *const. 1891; min. Agric. 1891-1892; min. Faz. 1891-1892; rev. 1893. Antônio Gonçalves de Faria nasceu em São Sapé (RS) no dia 17 de janeiro de 1854, filho de Mateus Gonçalves de Faria e de Umbelina Maria do Carmo Gonçalves de Faria. Iniciou seus estudos no Colégio Gomes, em Porto Alegre, e no Colégio Marinho, na capital do Império. Posteriormente matriculou-se na Escola Naval, mas desistiu da carreira, ingressando na Escola Politécnica no Rio de Janeiro, pela qual se formou em engenharia civil em 1877. À época, a Escola Politécnica – antiga Escola Central, até 1874 – era um ambiente intelectual impregnado de teorias científicas, como o positivismo, que no Brasil foi identificado com uma das mais importantes correntes políticas favoráveis à República, o que certamente o influenciou.

Este trecho alude aos problemas que costumeiramente apareciam dentro do processo de formação das colônias de imigração, que aí se denunciavam em estado de “anarquia”, conforme alude o deputado em questão. Alude também ao estado de precariedade em que muitas vezes se operavam o processo, com imigrantes em estado de miséria, sem acesso aos víveres mais essenciais, como é o caso desta menção a colônias do Rio Grande do Sul. Estabelece-se também uma diferenciação marcante de como se procediam as colônias na região sul do Brasil, se comparada às que se procediam na região norte, e um prezo por parte deste parlamentar de se poupar recursos dos cofres públicos na consecução deste processo de instalação de colônias.

Percebe-se que aí se alude à grande concorrência que o Brasil enfrentava como destino de imigrantes, o que provoca da parte deste referido parlamentar de um sentimento de que se devia ser parcimonioso para com o processo, justamente por conta desta enorme concorrência, em que os imigrantes verdadeiramente deveriam ser seduzidos às grandes promessas do que os aguardavam como perspectiva de melhoria de vida.

(...)

de novo, ellas deixam de ser apotices, para aer papel-mooda, augmentando a massa em circulação,

Para o governo virá a realisar-se, ainda uma vez, o facto conhecido em finanças com o nome de lei de Greshama moeda ma e esta é evidentemente má expelle a moeda bea; as apolices voltarão todas ao Thesouro, depois de terem cansado ainda maior desva- lorisação no meio circulante além de di minuirem a receita, como ja disse, em

Penson mais o nobre deputado em que além dasses graves inconvenientes este projecto tira ainda so Thesouro publico o unico re- curso que as más finanças the deixaram para satisfação des нея compromissos Thezouro tem tres meios para saldar os excessos sobre a receita, das despesas a que é obrigado, tres melos que são empréstimos o papal-moeda, a apollée interna e o empréstimo externo.

(ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, p. 229)

Neste outro trecho perpassa uma sensação de lamúrias por um momento de crise financeira, em que o processo de penúria de recursos poderia inclusive prejudicar bastante o processo de imigração, revertendo-o em um processo de emigração da força de trabalho que até então imigrava.

Este outro aborda a discussão sobre a imigração chinesa:

(...)

Sessão em 11 de Julho de 1899

Não necessitamos ensaiar mais; ja temos a necessaria experiencia do que vale a Immigração chinesa no Brazil e não é difficil desvendar a sua influencia mantida nos paizes que tiveram a desventura de adoptal-a.

Data de 1855 a primeira tentativa feita no Brazil nesse sentido na segunda, em 1856, a Sampson & Teppan introduziu, por contracto com o governo

brazileiro. 368 chineses, que foram distribuídos para diversos misteres que pudessem excluir suas aptidões: uns foram internados para fazendas, outros foram encarregados de plantio do chù no Jardim Botânico e outros se collocaram como operários no arsenal de marinha.

Não durou muito que trouxessem elles a mais completa disillusão, mesmo aos mais fervorosos deffensores da immigração chinesa, a qual vai julgada nas segitintes insatisfeitas palavras do Sr. conselheiro Manuel Felisardo, director da repartição de terras publicas, intimando ao então ministro do imperio Se. marquez de Olinda: A experiencia sobre trabalhadores chins deu pessimos resultados por Salizes nos devemos dar por nos acabarmos livres do nova importação de semelhante gême, que dê certo ataquem mais receberam, nas pequenas tentativas foram emprehendidas no correr dos annos, confirmando sem vê o vaticinio do preclaro brasileiro que se acaba de citar.

Em 1870, a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional agitou a discussão da these: Si convirá ao Brazil a importação de colonos chins,

(...)

A immigração chinesa vem novamente à tela dos debates trazida as purlamento na pro- posta do Poder Executivo para um credito extraordinario destinado as despesas de uma missão especial à China. Os amuses dares daquelle anno fornecem precioso subsidio se relaciona com os destinos que o futuro prepara no nosso paiz. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1891, p. 231)

Após estas exaustivas transcrições do texto dos anais, no momento em que se mostram mais numerosas e significativas as menções ao tema da imigração dentre as coletas que empreendemos neste conjunto de Anais Parlamentares, passemos a algumas reflexões e comentários ao espírito geral destes debates e discursos.

Como já aludimos, a imigração tende a ser bem-vista pelos discursos dos parlamentares, como forma de enriquecer a força de trabalho e servir ao progresso e desenvolvimento da nação brasileira. Não encontramos muitas menções diretas aos conceitos de racismo, exceto no momento em que se alude aos imigrantes chineses e africanos que estavam ensaiando nova penetração em território brasileiro, momento em que ficam bem patentes os estereótipos racialistas que se cunhavam a respeito dessas duas matrizes étnicas, que se tendia a enxergar de um ponto de vista de inferioridade e subumanidade, se bem que o teor racialista se manifesta subsumidamente, pois, no decorrer dos discursos, não se procede a uma discussão exaustiva e direta sobre conceitos de raça da maneira como claramente o fazia Silvio Romero, por exemplo, ao menos nestas amostras que coletamos – que cremos já serem bastante significativas do espírito geral dos debates que se travavam no Parlamento Brasileiro daquela época. As discussões se concentram num espírito muito utilitarista e econômico, frisando bem os efeitos do âmbito da economia nacional que esse reforço de mão-de-obra livre europeia traria ao fomento do crescimento econômico do Brasil naquele instante, frisando com maior ênfase a questão do financiamento e manutenção das colônias de imigrantes.

O sentimento contrário a este que prevalece parte sempre do entendimento de que os imigrantes europeus – novamente se baseando em estereótipos – em sua maioria dos que vinham para a terra brasileira eram constituídos em sua maioria pela pior escória que havia dentre a população pobre desses países, integrada por marginais e perturbadores da ordem, que mais trariam problemas do que soluções para as necessidades de força de trabalho que ora se configuravam naquele momento. Isso fica reforçado pela alusão aos problemas que se elencavam na maneira como eram constituídas as colônias de imigrantes no que toca à precariedade, onerosidade e falta de organização e eficiência na maneira como elas estavam sendo operadas e dirigidas, algo largamente criticado e polemizado por Romero. Neste ponto, portanto, encontramos um elemento coincidente às reprimendas e lamúrias que reiteradamente Romero dirige à forma improvisada e ineficaz a partir da qual grande parte das colônias era estabelecidas.

Porém, como se trata de textos de discurso parlamentar, esses temas em nenhum momento ficam explorados de forma exaustivamente sistemática, mas apenas pincelados e aludidos num momento ou outro do texto, ora no meio do discurso de um parlamentar, em meio aos recursos retóricos, dados estatísticos e momentos de erudição de conhecimentos gerais da parte dos parlamentares acerca dos assuntos mais discutidos naquele momento.

Lancemos algumas considerações críticas a respeito deste pequeno dossiê das atas parlamentares, relacionando-os às temáticas discutidas pelos autores que trabalharemos a seguir nesta dissertação

Quanto aos debates parlamentares, percebemos que há uma significativa presença de críticos ao processo imigratório, todos eles frisando intensamente uma visão estereotipada de que os imigrantes se constituem de elementos marginalizados nos seus países de origem e composta basicamente de mendigos e marginais, que visavam perturbar a ordem social do Brasil, de implantarem elementos populacionais estranhos e perniciosos ao restante do país. Este último ponto, aliás, coincide com a decepção por que passa Silvio Romero, retratado em seu opúsculo sobre o Alemanismo, se bem que esta decepção não chega a arrefecer seu interesse pela implantação da matriz étnica germânica dólico-loura como maneira de “branquear” a população brasileira.

Notamos também que as discussões parlamentares possuem um caráter muito mais pragmático do que o que se percebe entre as teorizações dos intelectuais – ou seja,

mostram-se plenamente realistas, baseada nos fatos, a partir de onde são tecidas as discussões. Os intelectuais se desvelam mais no campo teórico das ideias – o que não significa que não tenham seu tanto de pragmatismo –, ou seja, pelo que deveria existir, e não pelo que existe ou há condições de existir de fato. Através das discussões parlamentares conseguimos captar o espírito prático das discussões, os embates diretos e renhidos entre os parlamentares de um e outro posicionamento, de uma e outra região, muitas vezes com a crueza do debate prático sem muita riqueza teórica, mas com muita retórica, porventura com mais retórica do que ideias, muito embate pessoal entre as partes, num combate repetitivo de réplicas e trélicas, de caráter intensamente pessoal e passional, bairrista, obsessivo.

Mas, cremos que estas alusões já demonstram que esses elementos temáticos se faziam presentes de forma bem significativa no cotidiano dos debates e discursos que os parlamentares entabulavam naquelas sessões. As características passionais destes discursos, por vezes exaltados e em meio a rivalidades e trocas de ataques e acusações, muito se assemelham ao espírito dos embates políticos que permanecem presentes em dias atuais dentro do jogo político que se procede dentro do campo político, para aludirmos aos conceitos bourdieusianos em que se escora teoricamente este nosso estudo. Muito do que existe hoje no campo do jogo político, pelo que podemos perceber, nasceu já há considerável tempo de maneira muito similar aos nossos dias.

Apesar de não encontrarmos uma prova direta e cabal dentro dos discursos parlamentares de que os debates acadêmico e político sejam indubitavelmente coincidentes ou mesmo um prolongamento um do outro (no sentido de encontrarmos parlamentares que fossem necessariamente intelectuais da envergadura de Silvio Romero e Manoel Bomfim), pudemos perceber que eles em grande parte se coincidem e se aproximam um do outro, pois notamos que os pareceres de Romero e Bomfim encontram eco significativo nos discursos de parlamentares que amostralmente expusemos no decorrer do nosso texto.

De um modo geral, há uma considerável discrepância no espírito que permeia a grande maioria dos intelectuais da época – e a totalidade dos que selecionamos neste trabalho – e o que pudemos perceber nas amostras das discussões parlamentares que tratam diretamente da questão imigratória. Enquanto todos os intelectuais que analisamos, quer de um posicionamento intelectual, quer de outro, mostram-se favoráveis e mesmo entusiastas da vinda de imigrantes europeus ao Brasil, uns como forma de

“branqueamento” étnico da população, ao gosto de suas teses racistas e eugenistas – de que Silvio Romero é um exemplo típico; outros, como forma de fomentar a mão-de-obra de trabalho, sem propriamente se aterem a questões raciais eugenistas – como é o caso de vários dos intelectuais que analisaremos, tais como Manoel Bomfim –, que não eram em grande quantidade, com Manoel Bomfim encontrando poucos pares em que se unir.

CONCLUSÃO

No decorrer desta dissertação, pudemos perceber que os antagonismos de visões acerca do fenômeno imigratório ao Brasil nos finais do século XIX e início do século XX estiveram como dos assuntos mais discutidos e polemizados, tanto no âmbito dos intelectuais – ou campo intelectual – quanto no debate político travado entre os parlamentares no Congresso Nacional – o campo político.

Baseando-nos nas análises das ideias destes dois autores em especial que estivemos analisando neste presente trabalho – Silvio Romero e Manoel Bomfim –, e os tomando como exemplares de dois posicionamentos intelectuais não apenas distintos como diametralmente opostos na maior parte dos quesitos, pudemos perceber que, mesmo que diametralmente opostos na maneira como explicam o atraso civilizacional que achacava a nação brasileira e o continente latino-americano como um todo, os dois compartilham, de um modo geral, de uma visão pessimista acerca do estado da Civilização Brasileira naquele momento histórico – afastando-se diametralmente na explicação que buscavam para entender as razões de tal atraso.

Do ponto de vista do processo imigratório, pudemos perceber também que há uma certa similitude entre os entendimentos dos dois autores – os dois o veem com um olhar positivo, mas clamando que este processo de imigração se operasse com a incorporação dos hábitos e feições culturais dos imigrantes ao espírito da nação brasileira. Eles se discrepam no objetivo que este processo imigratório deveria protagonizar – Romero o enxergava como um meio de “branquear” e “europeizar” a sociedade brasileira, fórmula a partir da qual ele entendia que o Brasil poderia alcançar os patamares civilizacionais que caracterizavam os povos europeus, principalmente os “arianos” ou a “raça superior” que estava no ponto apical de desenvolvimento civilizacional da raça humana, entre as “raças humanas” – as quais ele, como quaisquer dos racialistas naquele momento, enxergava como existindo dentro de uma estrutura hierárquica e de estratificação naturalizados, operados por um entendimento biologicizante da natureza étnico-racial da humanidade. Bomfim, pelo contrário, rechaçava completamente esse entendimento hierarquizante do ser humano, entendendo-o como reflexo de um processo histórico-cultural, procurando de todos os modos desconstruir esse entendimento cientificista que seu arquirrival Romero defendia com unhas e dentes, buscando demonstrar que todo o motivo do atraso civilizacional do Brasil e do Continente Latino-americano era consequência de um processo patológico de colonização da América Latina, que

incorporava – segundo a sua interpretação – um espírito belicoso, violento e sanguessuga que se originavam lá nos tempos mais remotos da formação da Península Ibérica, e que, trazidos para o caráter e feição da forma como se procedeu a colonização da América Latina, potencializou o processo de ódio entre as matrizes étnicas e classes sociais bastante estratificadas e a vocação dos ibéricos – portugueses e espanhóis – para truculentamente sugar a seiva das riquezas do Continente Latino-americano até a última gota, deixando-os fracos e débeis da forma como se encontravam naquele momento histórico que resultou de todo esse processo histórico-social-cultural que Bomfim analisou com tonalidades bastante tétricas e amargas na obra *América Latina*.

No tocante às Atas Parlamentares, pudemos perceber que, em meio às controvérsias e disputas verbais entre os parlamentares, abriam-se duas vertentes de entendimento no debate que se travava: uns combatiam a imigração com o argumento deturpado e estereotipado de que os imigrantes que para aqui vinham se constituíam majoritariamente do que havia de pior entre os membros de suas sociedades – ou seja, de degredados, marginais, arruaceiros, a escória da sociedade europeia, que aqui chegando somente traziam prejuízo e desordem, em vez de benefícios reais. A outra vertente, pelo contrário, enaltecia o grande auxílio ao desenvolvimento da nação brasileira que este reforço de força de trabalho trazia para a economia brasileira – de alguma forma, também estereotipando, mas opostamente à outra vertente, as características e feições destes imigrantes – ignorando que entre eles também havia elementos de degredados e que surgiram significativos problemas na forma como se constituíram as colônias de imigrantes tanto no norte quanto no sul do Brasil daquela época.

Nossas expectativas ou hipóteses foram em grande parte confirmadas pelo processo de investigação que lançamos nesta dissertação – de que Silvio Romero e Manoel Bomfim eram diametralmente opostos em grande parte de seus posicionamentos: que Romero era bem visto em seu tempo e enxergava a questão imigratória sob um ponto de vista largamente eivado pelas ideias cientificistas e racialistas de sua época, que largamente condicionava seu entendimento paradoxal, que largamente expusemos no decorrer desta dissertação, e de que Manoel Bomfim era relegado a segundo plano e rejeitado bastante em seu tempo pelo fato de defender ideias avançadas e deslocadas do entendimento normal da maioria dos intelectuais de sua época, ao mesmo tempo em que nos surpreendemos com os resultados alcançados com a leitura e análise de amostras significativas do extenso volume dos Anais Parlamentares. Somente nos surpreendemos

por perceber que, por mais que Romero e Bomfim sejam tão antagônicos em tão vastos quesitos, subsistem algumas significativas semelhanças, principalmente na maneira como entendiam como deveria se proceder, do ponto de vista de cada um dos dois, o processo imigratório – sem embargo de todas as discrepâncias que existiam entre eles em outros quesitos. No tocante às Atas Parlamentares, naquilo que pudemos depreender das amostras que coletamos, pudemos perceber que, guardadas as proporções de cada época, o debate político se fazia de forma muito similar a como se o faz até nossos dias – com um rígido e apaixonado processo de polarização e estereotipação das ideias, que tendem a distorcer e malear os dados de modo a que eles se mostrem favoráveis ao seu ponto de defesa e em contradição ao entendimento antagônico. Mas notamos que um dos entendimentos – o favorável à imigração – contava com um espírito mais realista, e, por isso, conseguia se firmar como o predominante e mesmo hegemônico dentro dos debates que se travavam.

Nosso posicionamento quanto ao espírito geral de nosso trabalho está todo subsumido nos comentários que marginal ou diretamente fizemos no decorrer desse texto – ou seja, que Manoel Bomfim, em dias atuais, ao nosso ver merece todo o processo de revisitação e revalorização da sua obra, pelo caráter progressista e avançado de suas ideias, e que Romero, por mais que obsoleto e ultrapassado em muitos pontos, ainda merece ser estudado por tudo aquilo que trouxe de contribuição na sua obra e naquilo que deve ser rechaçado em dias atuais, para se evitar que se valorizem esses lados negativos. A melhor maneira de combatê-los, ao nosso ver, é em profundidade conhecê-los. Quanto ao aspecto tocante à questão imigratória, acreditamos que o paradoxal que existe no entendimento de Romero de ao mesmo tempo venerar a “pureza racial” dos alemães, ao mesmo tempo que queixar-se de sua rejeição a se imiscuírem na matriz populacional brasileira, é grandemente condicionada pela sua natureza paradoxal, cheio de idas e vindas, avanços e recuos, mudanças drásticas de tom e postura nos seus posicionamentos e sentimentos pessoais, e de analisar precipitadamente a realidade em baseada em percepções incompletas e muitas vezes bastante superficiais. Quanto a Bomfim, não nos surpreende que ele enxergasse o processo de imigração de uma postura diferenciada da de Romero, mas nos surpreendem que elas convergissem tanto como percebemos que elas convergiam, no sentido de enxergarem de maneira positiva o processo de imigração, se bem que por motivos bem diferenciados e sob matizes e posturas pessoais bem distintas, em certa parte até totalmente incompatíveis.

Esperamos que o conjunto desta dissertação possa trazer consideráveis contribuições à obra sociológica empreendida dentro desta temática, por mais que modestamente apenas ambicionemos alguma contribuição mais sutil e pontual. A abordagem das Atas Parlamentares, cremos nós, é o ponto que mais acreditamos trazer contribuições mais significativas para a obra acadêmica, por se tratar de um ponto ainda pouco explorado pelos pesquisadores.

É justamente neste ponto onde residem as maiores limitações de nosso presente estudo. Como o fizemos através de amostras, e com um tempo exíguo para que pudéssemos aprofundar mais este estudo, cremos que neste ponto é que residem as maiores limitações e quiçá deficiências de nossa dissertação. Neste ponto de fragilidade é que justamente pretendemos aprofundar nosso estudo numa continuação que empreendermos numa tese de Doutorado mais adiante. Pudemos retirar apenas umas primeiras impressões desta análise que fizemos. Elas não estão maduras ainda para que possamos considerá-las nem minimamente amadurecidas. Demandam um aprofundamento muito maior das análises do corpo as Atas Parlamentares, para o qual não tivemos tempo suficiente ainda para fazê-lo em maior profundidade. Pretendemos empreendê-lo futuramente, dentro em breve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, Manuel. (s.d.). *A América Latina: males de origem* 2.ed. Prefácio de Azevedo Amaral. Rio de Janeiro: A Noite.

_____. (1993). *A América Latina: males de origem* 3.ed. Prefácios de Darcy Ribeiro e de Franklin de Oliveira. Rio de Janeiro: Topbooks.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

_____. *Cosas dichas*. Buenos Aires: Gedisa, 1988.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Pref. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983.

_____. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Pierre Bourdieu. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

CANDIDO, Antonio. (1988) [1963]. *O método crítico de Silvio Romero* São Paulo: Edusp.

ENNES, Marcelo Alario; MORATO, Rosinadja e SANTOS, Caio F. dos Santos. Dois olhares sobre a Imigração Internacional no Nordeste Brasileiro, 2020

LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e Ideologia*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1980.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. *Silvio Romero: sua formação intelectual (1851-1880)*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938

ROMERO, Sylvio. O allemanismo no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 67 p., 1906.

ROMERO, Sylvio. O Elemento Português no Brasil. Lisboa: Typografia da Cia. Ed. Nacional, 1902.

_____. [1882] Introdução à história da literatura brasileira. In: Literatura, história e crítica. Rio de Janeiro, Imago. Aracaju, Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2002a.

_____. [1906] Compêndio de história da literatura brasileira. Rio de Janeiro, Imago. Aracaju, Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2001.

_____. [1888] História da Literatura brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio. 7ª. Edição, 1980. _____. Negro: objeto de ciência. In: CARNEIRO, Edson. Antologia do Negro Brasileiro. Rio de Janeiro, Agir, 2005.

_____. História e Crítica em Silvio Romero In: ROMERO, Silvio. Compêndio de História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro; Imago. Aracaju; UFS, 2001

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Silvio Romero, hermeneuta do Brasil. São Paulo, Annablume, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930. São Paulo; Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. O preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. Silvio Romero: um guerrilheiro desarmado. In: Ideologia do Colonialismo. Rio de Janeiro, ISEB, 1961.

VENTURA, Roberto. Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias, 1870-1914. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

WILLEMS, Emílio. Assimilação e Populações Marginais no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. A Aculturação dos Alemães no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliiana, 1980.

_____. *Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo Antropológico dos Imigrantes e Seus Descendentes no Brasil.* São Paulo: Cia. ed. Nacional, 1946.

APÊNDICE – PERFIS BIOGRÁFICOS DOS INTELECTUAIS MAIS RELEVANTES
AO NOSSO TEMA ANALISADOS, COM BASE NA ACADEMIA BRASILEIRA DE
LETRAS E OUTRAS FONTES SINTÉTICAS

SILVIO ROMERO

Sílvio Romero (Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero), crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. Convidado a comparecer à sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 28 de janeiro de 1897, fundou a cadeira nº 17, escolhendo como patrono Hipólito da Costa.

Foram seus pais o comerciante português André Ramos Romero e Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira. Na cidade natal iniciou os estudos primários, cursando a escola mista do professor Badu. Em 1863, partiu para a corte, a fim de fazer os preparatórios no Ateneu Fluminense. Em 1868, regressou ao Norte e matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Formou, ao lado de Tobias Barreto (que cursava o 4º. ano quando Sílvio se matriculou no primeiro) e junto com outros moços de então, a Escola do Recife, em que se buscava uma renovação da mentalidade brasileira. Sílvio Romero foi, no início, positivista. Distinguiu-se, porém, dos que formavam o grupo do Rio, onde Miguel Lemos levava o Comtismo para o terreno religioso. Espírito mais crítico, Sílvio Romero se afastaria das idéias de Comte para se aproximar da filosofia evolucionista de Herbert Spencer, na busca de métodos objetivos de análise crítica e apreciação do texto literário.

Estava no 2º. ano de Direito quando começou a sua atuação jornalística na imprensa pernambucana, publicando a monografia “A poesia contemporânea e a sua intuição naturalista”. Desde então, manteve a colaboração, ora como ensaísta e crítico, ora como poeta, nas folhas recifenses, entre elas *A Crença*, que ele próprio dirigia juntamente com Celso de Magalhães, o *Americano*, o *Correio de Pernambucano*, o *Diário de Pernambuco*, o *Movimento*, o *Jornal do Recife*, *A República* e *O Liberal*.

Assim que se formou, exerceu a promotoria em Estância. Atraído pela política, elegeu-se deputado à Assembleia provincial de Sergipe, em 1874, mas renunciou, logo depois, à cadeira. Regressou ao Recife para tentar fazer-se professor de Filosofia no Colégio das

Artes. Realizou-se o concurso no ano seguinte e ele foi classificado em primeiro lugar, mas a Congregação resolveu anular o concurso. A seguir, defendeu tese para conquistar o grau de doutor. Nesse concurso Sílvio Romero se ergueu contra a Congregação da Faculdade de Direito do Recife, afirmando que “a metafísica estava morta” e discutindo, com grande vantagem, com professores como Tavares Belfort e Coelho Rodrigues. Abandonou a sala da Faculdade; foi então submetido a processo pela Congregação, atraindo para si a atenção dos intelectuais da época.

Em fins de 1875, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Foi para Paraty, como juiz municipal, e ali demorou-se dois anos e meio. Em 1878, publicou o livro de versos *Cantos do fim do século*, mal recebido pela crítica da Corte. Depois de publicar *Últimos harpejos*, em 1883, abandonou as tentativas poéticas. Já fixado no Rio de Janeiro, começou a colaborar em *O Repórter*, de Lopes Trovão. Ali publicou a sua famosa série de perfis políticos. Em 1880 prestou concurso para a cadeira de Filosofia no Colégio Pedro II, conseguindo-a com a tese “Interpretação filosófica dos fatos históricos”. Jubilou-se como professor do Internato em 2 de junho de 1910. Fez parte também do corpo docente da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

No governo de Campos Sales, foi deputado provincial e depois federal pelo Estado de Sergipe. Nesse último mandato, foi escolhido relator da Comissão dos 21 do Código Civil e defendeu, então, muitas de suas ideias filosóficas.

Na imprensa do Rio de Janeiro Sílvio Romero tornou-se literariamente poderoso. Admirador incondicional de Tobias Barreto, nunca deixou de colocá-lo acima de Castro Alves; além disso, manteve, durante algum tempo, uma grande má-vontade para com a obra de Machado de Assis, contra o qual chegou a produzir ataques de impressionante baixeza. Sua crítica injusta motivou Lafayette Rodrigues Pereira a escrever a defesa de Machado de Assis, sob o título *Vindiciae*. Como polemista deve-se mencionar ainda a sua permanente luta com José Veríssimo, de quem o separavam fortes divergências de doutrina, método, temperamento, e com quem discutiu violentamente. Nesse âmbito, reuniu as suas polêmicas na obra *Zeveirissimações ineptas da crítica* (1909).

Sílvio Romero foi um pesquisador bibliográfico sério e minucioso. Preocupou-se, sobretudo, com o levantamento sociológico em torno de autor e obra. Sua força estava nas ideias de âmbito geral e no profundo sentido de brasilidade que imprimia em tudo que

escrevia. A sua contribuição à historiografia literária brasileira é uma das mais importantes de seu tempo. Inepto para a apreensão estética da arte literária, limitou-a a seus aspectos sociológicos, no que, a bem da verdade, fez escola no Brasil. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias.

Recebeu o acadêmico Euclides da Cunha.

MANOEL BOMFIM

Natural de Sergipe, Manuel Bomfim formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1890. Ingressou no magistério oito anos depois, lecionando Educação Moral e Cívica na Escola Normal do Rio de Janeiro, na qual assumiu logo depois a cátedra de Pedagogia e Psicologia.

Em viagem a Paris, realizada no ano de 1902, desenvolveu seus estudos em Psicologia, tendo freqüentado o Laboratório de Psicologia anexo à Clínica Jouffroy, em Saint'Anne. Neste período, Bomfim estudou com George Duma e Alfred Binet, com quem planejou a instalação do primeiro Laboratório de Psicologia Brasileiro, instalado em 1906 no Pedagogium, do qual foi diretor por quinze anos. De volta ao Brasil, foi nomeado diretor da Instrução Pública.

Autor de vasta obra, escreveu sobre História do Brasil e da América Latina, Sociologia, Medicina, Zoologia e Botânica, além de vários livros didáticos, entre os quais estão alguns de Língua Portuguesa, em co-autoria com Olavo Bilac. Bomfim escreveu ainda, na área de Psicologia e Educação, as obras *Lições de Pedagogia* (1915) e *Noções de *psychologia** (1916), utilizadas como suporte para as suas aulas na Escola Normal.

Na obra *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923), Bomfim demonstra vasta cultura geral e domínio das mais importantes correntes de Psicologia de sua época. Também são de sua autoria os livros: *O methodo dos testes* (1926); *Cultura do povo brasileiro* (1932); *Crítica à Escola Activa*, *O fato psychico*, *As alucinações auditivas do perseguido* e *O respeito à criança*.

Sua obra escrita revela um pensador original e não articulado às idéias correntes na época. Sua interpretação de Brasil apoia-se na análise histórica da colonização empreendida pela metrópole, na exploração e na espoliação das riquezas brasileiras, com conseqüências

sobre as condições culturais do povo. Assim, Manuel Bomfim defende a expansão da educação pública como meio privilegiado para a construção de uma sociedade democrática, calcada na liberdade que somente poderia ser atingida pelo acesso de todos ao saber.

Suas concepções de Psicologia, fenômeno psicológico e método para seu estudo também seguem caminhos diversos do corrente na época. Ele considerava o fenômeno psicológico como eminentemente histórico-social, constituído nas relações entre consciência, mediatizadas pela linguagem, compreendida como produto e meio da socialização. Bomfim critica a pesquisa realizada em laboratório, considerando que a complexidade do psiquismo não seria passível de ser apreendida em condições tão restritas e artificiais. Ele propôs o método interpretativo para o estudo do psiquismo, baseado no estudo das múltiplas manifestações humanas, no qual deveria ser incluído o estudo da história forjada pela humanidade ao longo do tempo, expressão maior da inteligência e fonte para sua compreensão.

É possível dizer que Bomfim antecipou algumas idéias posteriormente adotadas pela Psicologia, como as de Vigotski e Piaget, assim como teria antecipado as idéias de Ernest Bloch e Antonio Gramsci em sua interpretação da sociedade. Entretanto, Bomfim permaneceu esquecido na historiografia brasileira, fenômeno esse que pode ser parcialmente explicado por suas diferenças e pela contraposição de seus pensamentos para a época.